



CENTRO DE TECNOLOGIA E URBANISMO

THAMINE DE ALMEIDA AYOUB AYOUB

**CONJUNTOS HABITACIONAIS E ESPAÇOS LIVRES:
CORRELAÇÕES SOCIOESPACIAIS E ORIENTAÇÕES
PROJETUAIS.**

Prof.^a Dr.^a Milena Kanashiro
Orientadora

Londrina
Paraná
Abril de 2014

THAMINE DE ALMEIDA AYOUB AYOUB

**CONJUNTOS HABITACIONAIS E ESPAÇOS LIVRES:
CORRELAÇÕES SOCIOESPACIAIS E ORIENTAÇÕES
PROJETUAIS.**

Prof.^a Dr.^a Milena Kanashiro
Orientadora

Dissertação apresentada como parte das exigências para obtenção do título de MESTRE EM METODOLOGIA DE PROJETO, no Programa de Pós-Graduação em Metodologia de Projeto de arquitetura e urbanismo da Universidade Estadual de Londrina.

Londrina, Estado do Paraná.
Janeiro de 2014.

TERMO DE APROVAÇÃO

**CONJUNTOS HABITACIONAIS E ESPAÇOS LIVRES: CORRELAÇÕES
SOCIOESPACIAIS E ORIENTAÇÕES PROJETUAIS**

Por

THAMINE DE ALMEIDA AYOUB AYOUB

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Metodologia de Projeto, área de concentração em Arquitetura e Urbanismo, do Centro de Tecnologia e Urbanismo, da Universidade Estadual de Londrina.

Prof. Dr. Jorge Daniel de Melo Moura
Coordenador do Programa – UEL

Prof.^a Dr.^a Milena Kanashiro
Orientadora – UEL

Prof.^a Dr.^a Cibele Saliba Rizek
Membro Externo – USP

Prof.Dr. Humberto Tetsuya Yamaki
Membro – UEL

Prof. Dr. Renato Leão Rego
Membro – UEM

Londrina, 27 de Janeiro de 2014

**Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

A983c Ayoub, Thamine de Almeida Ayoub.
Conjuntos habitacionais e espaços livres : correlações socioespaciais e orientações projetuais / Thamine de Almeida Ayoub Ayoub. – Londrina, 2014.
158 f. : il. + apêndice no final da obra.
Orientador: Milena Kanashiro.
Dissertação (Mestrado em Metodologia de Projeto) – Universidade Estadual de Maringá ; Universidade Estadual de Londrina, Centro de Tecnologia e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2014.
Inclui bibliografia.
1. Praças – Teses. 2. Espaços públicos – Teses. 3. Conjuntos habitacionais – Teses. 4. Planejamento urbano – Teses. I. Kanashiro, Milena. II. Universidade Estadual de Maringá. III. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Tecnologia e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. IV. Título.

CDU 712.25

Para meus pais, Gláucia e Ayoub

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais e irmã pelo apoio e carinho constantes, e por todas as reflexões que motivaram meu interesse pela pesquisa.

Ao meu companheiro Renato por toda a ajuda indispensável, pelo carinho e motivação, e por embelezar o trabalho com as ilustrações.

Aos meus grandes amigos Lígia, Lívia, Livia, Mariana, Louisa e Guilherme que acompanharam de perto o desenvolvimento do trabalho transmitindo alegria, confiança e descontração a essa jornada.

Agradeço à minha orientadora Milena Kanashiro pela confiança, constante motivação e imensa dedicação a este trabalho, por todas as orientações e conversas que foram essenciais não apenas para o desenvolvimento da dissertação, mas para meu crescimento pessoal e profissional.

Ao professor Humberto Yamaki, pelo conhecimento compartilhado e pelas sábias considerações fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

Às professoras Cibele Rizek e Karin Meneguetti pelas importantes ponderações na fase de qualificação.

Aos meus companheiros de turma pela parceria.

À CAPES pela bolsa de mestrado.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Conjunto Habitacional Vista Bela — Londrina, PR.	16
Figura 2 Delineamento da pesquisa	19
Figura 3 Mapa de Londrina com destaque para a zona norte	70
Figura 4 Mapa das praças localizadas na Zona Norte de Londrina	71
Figura 5 Mapa de Londrina com a localização dos conjuntos.....	75
Figura 6 Mapa loteamentos década de 80.....	96
Figura 7 Exemplos de recreação ativa	101
Figura 8 Exemplos de recreação passiva	102
Figura 9 Exemplos de circulação na praça.....	103
Figura 10 Exemplos de sociabilização nas praças.....	107
Figura 11 Exemplos de personalização do espaço	109
Figura 12 Exemplos de praças concebidas como o "coração" do conjunto habitacional	144
Figura 13 Exemplos de pequenas praças em conjuntos habitacionais.....	146
Figura 14 Exemplos de grandes praças em conjuntos habitacionais.....	146
Figura 15 Exemplos de oportunidade para recreação ativa	150
Figura 16 Exemplos de oportunidade para recreação passiva.....	150

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Estrutura síntese das diretrizes projetuais para praças residenciais	58
Tabela 2 Listagem dos conjuntos habitacionais onde se localizam as praças em estudo	75
Tabela 3 Categorias e respectivos atributos e itens de projeto componentes do checklist	76
Tabela 4 Sistematização dos itens socioculturais verificados nas praças	100
Tabela 5 Principais atividades desenvolvidas nas praças.....	104
Tabela 6 Sistematização das informações relacionadas à sociabilização	106
Tabela 7 Sistematização das informações relativas à territorialidade.....	108
Tabela 8 Sistematização dos itens relativos à localização, acessos, circulação e incidência solar	118
Tabela 9 Sistematização dos itens referentes à conformação do espaço	121
Tabela 10 Sistematização dos itens referentes aos aspectos visuais.....	124
Tabela 11 Sistematização dos dados referentes aos componentes do espaço	126
Tabela 12 Sistematização dos dados referentes às oportunidades aos usuários.....	130
Tabela 13 Síntese das informações	133

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Diagnóstico sociocultural	113
Gráfico 2 Diagnóstico físico-espacial	133
Gráfico 3 Confronto entre as dimensões física e social	135

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH – Banco Nacional da Habitação

CEF – Caixa Econômica Federal

CHIS – Conjuntos Habitacionais de Interesse Social

CODAL – Companhia de Desenvolvimento Rural

COHAB – Companhia de Habitação

COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná

CURA – Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

INOCOOP – Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais

IPPUL – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina

SUMÁRIO

RESUMO.....	14
ABSTRACT	15
1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Objetivos da pesquisa.....	17
1.2 Delineamento da pesquisa.....	18
2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO DA HABITAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA	20
3 ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DE LAZER: AS PRAÇAS COMO RECORTE ESPACIAL	30
3.1 Conceituação e classificação.....	30
3.1.1 A Praça: definições existentes.....	36
3.2 Praças em conjuntos habitacionais de interesse social	37
3.2.1 Espaços de lazer	41
3.2.2 Espaços de sociabilização	43
4 METODOLOGIA DA PESQUISA	44
4.1 Problema, hipótese e objetivos da pesquisa.....	44
4.2 Definição das estratégias da pesquisa: exploração da literatura e estudos de casos	45
5 DIRETRIZES PROJETOVAIS PARA PRAÇAS RESIDENCIAIS.....	49
5.1 Referencial teórico prescritivo	49
5.2 Subsídios teóricos para o desenvolvimento da estratégia metodológica	58
6 ESTUDOS DE CASOS.....	67
6.1 Breve histórico da cidade de Londrina com foco na produção da habitação social	67
6.2 Seleção das amostras.....	72
6.3 Estratégia de levantamento <i>in loco</i>	76
6.4 Evidências coletadas	77
7 ANÁLISE DAS EVIDÊNCIAS	94
7.1 Dimensão temporal	96
7.2 Dimensão sociocultural	98

7.2.1 Usos/usuários	99
7.2.2 Sociabilização	105
7.2.3 Territorialidade	108
7.2.4 Diagnóstico sociocultural	112
7.3 Dimensão físico-espacial	115
7.3.1 Localização, acessos, circulação e incidência solar	116
7.3.2 Conformação do espaço	121
7.3.3 Aspectos visuais	123
7.3.4 Componentes do espaço	125
7.3.5 Oportunidades aos usuários	129
7.3.6 Síntese das informações	132
7.3.7 Diagnóstico físico-espacial	133
7.4 Confronto entre as dimensões sociocultural e físico-espacial.....	135
8 RESULTADOS OBTIDOS	138
8.1 Orientações de projeto para praças de conjuntos habitacionais de interesse social:	
associação ideal dos aspectos projetuais	143
8.2 Orientações de projeto para praças de conjuntos habitacionais de interesse social:	
associação mínima dos aspectos projetuais	151
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
REFERÊNCIAS	154
APÊNDICES.....	160

“Habitar não se resume à vida no interior de uma casa.”
(Affonso Eduardo Reidy).

RESUMO

Este trabalho parte de constatações referentes ao processo de produção de conjuntos habitacionais de interesse social brasileiros, em que a conquista pelo maior número de unidades habitacionais consiste no principal objetivo em detrimento da concepção dos espaços públicos. No entanto, entende-se que em áreas residenciais em que predominam terrenos e unidades habitacionais de dimensões mínimas, a apropriação dos espaços livres de uso público como complementares ao ambiente privado é intensificada, fato que aviva a necessidade de revisão da forma de produção desses espaços. Nesse sentido, este trabalho tem como principal objetivo traçar orientações de projeto para os espaços livres de uso público, mais especificamente as praças, localizados em conjuntos habitacionais de interesse social, visando fornecer o suporte físico necessário para que cumpram adequadamente suas funções sociais no contexto da vizinhança. Para tanto, parte-se de uma revisão bibliográfica de onde se extrai um primeiro referencial teórico responsável por conceituar o objeto da pesquisa e definir suas funções fundamentais, e um segundo referencial prescritivo que fornece orientações de projeto para praças residenciais. Para adaptar tais orientações ao contexto, são desenvolvidos levantamentos de campo em praças de conjuntos habitacionais na cidade de Londrina concebidas em consonância com os preceitos teóricos. As evidências coletadas são sistematizadas para viabilizar a análise nos eixos temporal, sociocultural e físico-espacial e o confronto das informações levantadas como forma de identificar o projeto físico-espacial mais adequado ao contexto sociocultural próprio de praças localizadas em conjuntos habitacionais de interesse social.

Palavras-chave: Espaços livres, Praças; Conjuntos habitacionais de interesse social; Físico-espacial; Sociocultural; Orientações de projeto.

ABSTRACT

This work is founded upon evidence drawn from the building process of Brazilian social interest housing estates, in which the pursuit for maximum housing unit acquisitions is the main goal, to the detriment of the conception of public spaces. On the other hand, it is understood that in residential areas with prevailing minimal size land and housing units, the appropriation of available public spaces to enlarge the private area is intensified. This fact prompts the need to review the ways such spaces are created. With this viewpoint, the study in this work is aimed at establishing guidelines for design of free spaces, specifically the squares, located at social interest housing estates, in search of offering the physical support required to fulfill their social roles in the context of a neighborhood. To that end, a review of literature is performed to initially obtain an amount of theoretical fundamentals to be progressively enhanced by a prescriptive referential to enable the research object to be properly appraised and the project for residential squares to be adequately explained. Field research into squares located in housing states in the city of Londrina are conducted to validate the aforementioned guidelines by applying the theoretical principles earned from the process. Collected data are organized to allow for their analysis in temporal, socio-cultural and physical spatial axes, for further comparative evaluation as a means to identify the physical spatial project most suitable to the socio-cultural context encountered in squares located at social interest housing estates.

Keywords: Free spaces, Squares; Social interest housing estates; Physical spatial; Socio-cultural; Design guidelines.

1 INTRODUÇÃO

A produção da habitação de interesse social no cenário brasileiro tem sido marcada pela baixa qualidade projetual dos empreendimentos em decorrência dos objetivos vinculados à quantidade de unidades habitacionais produzidas, em detrimento da qualidade espacial resultante. As propriedades físicas que caracterizam este processo consistem em traçados ortogonais, unidades habitacionais idênticas, falta de elementos humanizadores, distanciamento significativo das centralidades urbanas, ausência de serviços e áreas institucionais, e negação dos espaços de uso público.

Tais características têm sido reproduzidas desde as primeiras etapas da produção da habitação de iniciativa pública, na década de 60, e não têm demonstrado sinais de avanço em termos de qualidade, como pode ser visto na produção dos conjuntos lançados pelo recente programa Minha Casa Minha Vida — MCMV (Figura 1).

Figura 1 Conjunto Habitacional Vista Bela — Londrina, PR.



Fonte: Grupo de Pesquisa de Design Urbano

Essa forma de produção, além de reforçar o processo de segregação sócio-físico do território, também dificulta a consolidação das comunidades nos bairros, visto que os espaços comuns, sede da sociabilização entre os residentes, são concebidos aleatoriamente nas “sobras” da implantação dos terrenos privados.

Como consequência, há praças públicas implantadas em espaços marginalizados que não cumprem sua função social. Entretanto, nessas áreas em que predominam elevadas densidades e lotes e unidades habitacionais de dimensões mínimas, a demanda por espaços livres de uso público destinados ao lazer é intensificada.

Considerando o papel restritivo da legislação na concepção dos espaços urbanos, entende-se que o estabelecimento de aspectos técnicos mínimos que condicionam a aprovação dos loteamentos assegura aos projetistas a oportunidade de projetar apenas sob critérios quantitativos, abstendo-se de preocupações relativas à qualidade espacial resultante.

1.1 Objetivos da pesquisa

Tendo em vista o prospecto apresentado, a pesquisa justifica-se no padrão de projeto de conjuntos habitacionais produzidos desde os financiamentos do extinto BNH — Banco Nacional da Habitação — até hoje, com o atual programa Minha Casa Minha Vida, em que os espaços livres de lazer não são projetados em consonância com suas funções, resultando em áreas marginalizadas sem suprir a demanda existente.

Considerando os espaços públicos como uma complexidade dotada de, pelo menos, duas dimensões complementares — a espacial e a social —, pretende-se demonstrar que os espaços livres públicos de lazer são áreas fundamentais para o bem estar e vida em comunidade, e que seu uso é mantido e intensificado quando projetados apropriadamente. São espaços proeminentes para dar suporte ao lazer dos habitantes do bairro e para a consolidação da comunidade através das formas de sociabilidade entre os moradores.

Nesse sentido, propondo uma reflexão quanto ao processo de projeto referente aos espaços livres de lazer de conjuntos habitacionais de interesse social, sobretudo às praças, o principal objetivo desta pesquisa consiste em traçar orientações de projeto para que os espaços sejam concebidos em consonância com as expectativas sociais, cumprindo adequadamente as funções inerentes a eles para esse contexto.

1.2 Delineamento da pesquisa

Para realizar o principal objetivo, busca-se primeiramente um referencial teórico que permita a conceituação e caracterização do objeto da pesquisa e a compreensão de suas funções no contexto residencial. Partindo do pressuposto de que esses espaços apresentam as funções fundamentais de lazer, de sociabilização entre os moradores e, ainda, de suporte à circulação de pedestres no bairro, levanta-se um segundo referencial teórico prescritivo que indica orientações de projeto para garantir o cumprimento de tais funções. Neste segundo referencial, são identificados os autores que trazem como principal objetivo de suas respectivas pesquisas o desenvolvimento de um projeto físico-espacial para garantir o uso efetivo pela população. A partir deste recorte, faz-se uma exploração bibliográfica para a extração e sistematização das diretrizes projetuais para os espaços livres de lazer de áreas residenciais.

Contudo, a literatura pesquisada não corresponde necessariamente à realidade dos conjuntos habitacionais, o que torna necessária a utilização da estratégia metodológica do estudo de caso para a verificação da aplicabilidade da teoria no contexto pesquisado. Baseando-se no referencial teórico que conceitua e caracteriza esses espaços, são selecionados os estudos de casos de conjuntos habitacionais em Londrina que viabilizem a investigação de bons projetos.

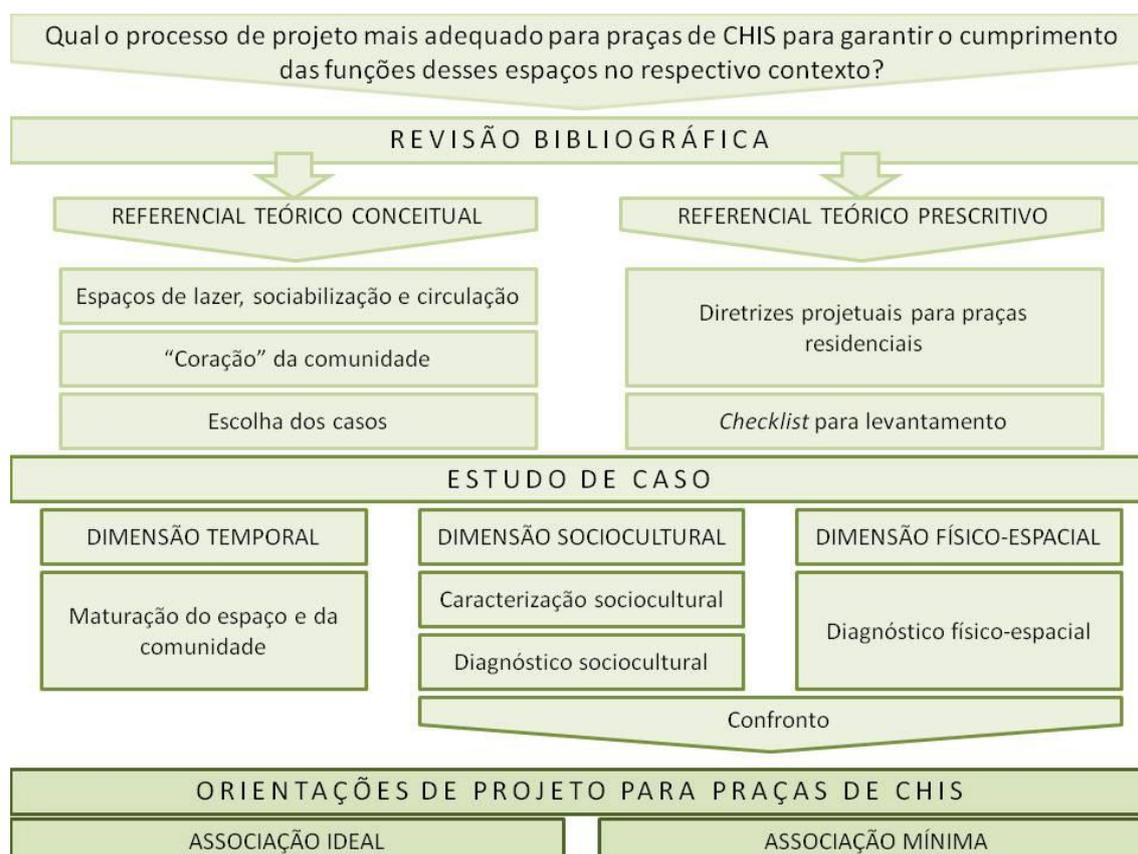
Nessas praças encontradas em Londrina será realizado o levantamento das características físico-espaciais com o auxílio de um protocolo a ser desenvolvido a partir da sistematização das diretrizes projetuais encontradas na literatura prescritiva. Do mesmo modo, serão levantadas as características socioculturais inerentes a esses espaços a partir da observação e de entrevistas informais com moradores-usuários das praças.

A sistematização dos dados levantados será realizada em eixos que permitam a separação entre os dados sociais e espaciais, visando estabelecer primeiramente uma caracterização sociocultural das praças de CHIS e, posteriormente, instituir um confronto entre esses dados que possibilitará o reconhecimento do conjunto de aspectos de projeto físico-espaciais mais adequados para o cumprimento das funções sociais no

referido contexto. Tendo em vista o padrão da legislação brasileira, busca-se ainda definir os aspectos projetuais que conformam uma associação mínima que deveria condicionar a aprovação do loteamento.

O processo descrito é ilustrado na figura abaixo:

Figura 2 Delineamento da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO DA HABITAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

As áreas residenciais constituem a maior porção do tecido urbano das cidades brasileiras e, sendo assim, apresentam papel significativo na concepção das paisagens das cidades. Ainda, são essas áreas que abrigam a população nas unidades habitacionais que as compõem, das famílias menos abastadas às de maior poder aquisitivo, conformando a noção de habitar no imaginário dos indivíduos.

É fato que a habitação tem significado muito além do que o simples abrigo. Ela consiste em elementos físicos de construção e infraestrutura somados a elementos subjetivos relacionados a aspectos socioeconômicos, culturais e legislativos (PINA e KOWALTOWSKI, 2000).

Plambel (1974 Apud SOUZA e CARNEIRO, 2007) detalha três funções habitacionais fundamentais da moradia: o abrigo, referente ao terreno somado à infraestrutura e à construção; a localização, considerando a inserção e articulação do espaço da moradia com a estrutura urbana; e a segurança, relacionada aos outros dois fatores podendo ser tanto física como social.

No entanto, embora o significado e as funções sejam similares para toda a população, observa-se expressiva variação na qualidade — em termos projetuais — dos espaços de moradia brasileiros, sejam eles na escala da unidade habitacional ou de um conjunto de unidades conformando um bairro. O acesso a essa qualidade está vinculado à renda do indivíduo e, principalmente, aos preços estabelecidos pelo mercado imobiliário sobre o solo urbano. Com relação a esses dois fatores, considerando que grande parte da população brasileira não tem acesso à renda necessária para saldar o preço imposto pelo mercado, muitas pessoas não possuem um lugar para morar. É dentro dessa perspectiva que se configura a demanda por habitações no cenário brasileiro.

Com um panorama nacional composto por essa demanda que é crescente, adicionada ao número excessivo de população carente e centros urbanos consolidados, o Governo Federal tem lançado programas de auxílio à

obtenção de moradia desde a década de 60, com o extinto BNH — Banco Nacional de Habitação — e as Companhias de Habitação estaduais e municipais e, atualmente, com o programa MCMV — Minha Casa Minha Vida.

Os programas consistem fundamentalmente em doações ou financiamentos diferenciados de unidades habitacionais para a população de baixa renda em conjuntos habitacionais construídos em parceria do Governo Federal com a Caixa Econômica Federal — CEF — e construtoras particulares.

Na realidade brasileira¹, as políticas habitacionais tiveram início durante o Governo Militar, na década de 60, por meio de um sistema financeiro de captação de poupanças privadas para investimentos habitacionais (CARDOSO e ARAGÃO, 2013). O processo contava com a disponibilização da verba advinda de mecanismos jurídico-financeiros por parte do BNH para as Companhias de Habitação estaduais e municipais responsáveis pela construção dos conjuntos habitacionais. Este processo é descrito por Corrêa (1999) como solução adotada pelo Estado para viabilizar a acumulação capitalista por meio da produção habitacional, a fim de tornar lucrativa a construção de residências para essa parcela da população que não é rentável do ponto de vista do mercado imobiliário. O sistema foi administrado pelo BNH até sua extinção em 1986, quando a gestão passa a ser feita pela Caixa Econômica Federal, como ocorre até hoje.

A produção habitacional iniciada na década de 60 tinha como principais características os objetivos quantitativos e o caráter funcional dos projetos, adotando a padronização das unidades habitacionais e das formas de implantação, além de apresentarem diversas falhas na execução dos projetos. Os conjuntos eram numerosos, dispostos nas periferias urbanas e constituídos, em grande maioria, por fileiras paralelas de edifícios sem oferecer nenhum diálogo com o entorno. Os espaços livres de lazer eram alocados nas áreas remanescentes do parcelamento do solo, onde não era possível a instalação de

¹ As primeiras soluções adotadas em estratégias governamentais ocorreram em países da Europa e Estados Unidos ao final do séc. XIX a partir de cobranças de movimentos operários para a construção de habitações populares pelo Poder Público. Tais alternativas foram influenciadas por dois paradigmas opostos: o primeiro caracterizado pela intenção de “desadensamento” dos grandes centros com a criação de pequenos núcleos compactos instalados na área rural, e um segundo oposto propondo altas densidades e reprodução da malha urbana existente (SILVA, 2001).

mais residências (SERPA, 1997). Esta produção é debatida por Maricato (2009 Apud CARDOSO e ARAGÃO, 2013), argumentando que a produção habitacional do período militar foi baseada em metas quantitativas, abstendo-se de preocupações relativas à qualidade espacial dos empreendimentos. De acordo com Corrêa (1999), essas características adotadas como padrão projetual refletem espacialmente as estratégias dos agentes envolvidos neste processo para garantir a rentabilidade da produção da habitação de interesse social.

Esse processo tem sido reproduzido pelas Companhias de Habitação, mesmo após a extinção do BNH, em função da manutenção da dinâmica do mercado. Atualmente, ainda é possível observar a continuidade dessa prática no programa mais recente de obtenção de moradia lançado pelo Governo Federal em março de 2009, o Minha Casa Minha Vida — MCMV. Segundo dados do DIEESE (2011), há investimento crescente por parte do Poder Público Federal objetivando atingir a meta proposta de um milhão de unidades habitacionais até 2014 pelo programa MCMV, indicando volumosas implantações de novas áreas habitacionais unifamiliares e coletivas nas cidades brasileiras.

Com relação ao lançamento do MCMV, Bonduki (2009) argumenta que o programa é um avanço na conquista de habitações, porém ainda está limitado quanto à solução do problema habitacional do Brasil em longo prazo. Assim, avalia o MCMV como um produto para solução de problemas imediatos.

O recente programa representa de fato um avanço no processo de produção habitacional por ser o primeiro que realmente contempla o atendimento à faixa de zero a três salários mínimos, a mais necessitada de políticas habitacionais, pois fornece o subsídio necessário ao mercado privado para que incorpore as classes média e média-baixa, permitindo que a política seja direcionada à baixa renda efetivamente.

Para essa faixa, segundo Ferreira (2012), a Caixa Econômica Federal é o órgão financiador que mantém restrições de concepção dos conjuntos por meio de regulamentações impostas pela cartilha do MCMV, em função do amplo número de agentes participantes do processo produtivo. Já

para a produção do segmento econômico (até 10 salários mínimos), também contemplada pelo programa, é dada maior liberdade construtiva pela CEF decorrente da participação mais influente das construtoras. Nesse sentido, o autor afirma que enquanto a produção para baixa renda submete-se a padrões de qualidade mínimos, observa-se no segmento econômico uma quase ausência de parâmetros, apesar da significativa implantação desses conjuntos nas cidades brasileiras.

Os projetos desses empreendimentos são apresentados pelos estados e municípios juntamente às construtoras na forma de parcerias (ou não), e então analisados e contratados pela Caixa Econômica Federal. As regras estabelecidas quanto às condições do projeto arquitetônico são referentes à funcionalidade e à segurança — acessibilidade, compartimentação, iluminação e ventilação —, avaliação do valor de mercado das unidades habitacionais, orçamento da obra com foco nos quantitativos de serviços e preços unitários e análise do cronograma físico-financeiro. Baseando-se nessas normas é feita a avaliação dos projetos dos conjuntos habitacionais pelo setor de engenharia da Caixa Econômica Federal (NASCIMENTO e TOSTES, 2011).

Dessa forma, com a elaboração da cartilha e da definição de critérios técnicos mínimos de aprovação, a CEF condiciona os projetistas a limitarem-se a cumprir as exigências técnicas mínimas estabelecidas que, em verdade, não garantem a presença de fundamentos básicos de projeto como adequação ao local, boa localização e orientação, qualidades visuais, entre outros. Contudo, essa produção não tem demonstrado progresso com relação ao processo iniciado na década de 60 no que diz respeito à consideração de tais aspectos qualitativos nos projetos arquitetônicos e urbanísticos (CARDOSO e ARAGÃO, 2013).

Isto se dá pelo comprometimento do processo com o setor imobiliário, onde os lucros dos proprietários, promotores imobiliários e construtoras dependem da compensação do baixo preço das unidades a partir da grande quantidade de moradias instaladas em terrenos de valores baixos. Além de uma série de fatores excludentes consequentes da localização, complicações relacionadas à infraestrutura e transporte também são suscitadas. Ainda, o modelo produzido, em sua maioria, não respeita as características do

sítio, impondo traçados ortogonais muitas vezes inadequados às condições naturais do terreno, causando danos futuros como problemas de drenagem de água pluvial e esgoto. Ferreira (2012) complementa com a afirmação de que, no Brasil, as preocupações referentes à habitação social giram em torno da unidade habitacional em si, sem considerar a qualidade urbana do local onde se insere. Isto se deve pela cultura enraizada na qual a qualidade do conjunto é alcançada em função da eficiência econômica, medida a partir da quantidade de lotes resultantes do parcelamento do solo.

A pesquisa de Lavos (2009), dentre outras, critica os mesmos processos observados nos conjuntos produzidos pelo MCMV a respeito da produção habitacional anterior ao programa. De um modo geral, os conjuntos habitacionais brasileiros são excluídos das centralidades e serviços urbanos em função da especulação imobiliária (LAVOS, 2009) e têm seus projetos marcados por uma monotonia consequente da imposição de um traçado regular que objetiva a maximização dos espaços privados e renega o espaço público, associada às habitações idênticas e falta de elementos naturais que humanizem o espaço (KOWALTOWSKI, 2004). De forma geral, os conjuntos também não contam com serviços e áreas comerciais ou institucionais, que acabam por surgir espontânea e ilegalmente ou por meio de intervenções obsoletas do Poder Público.

As características descritas são prejudiciais à apropriação, bem-estar e qualidade de vida da população, além de causarem impactos negativos ao meio ambiente e à paisagem urbana. Da mesma forma, ilustram o comprometimento em fornecer quantidade de habitações e não de garantir o “direito à cidade²” a esta população que passa por um processo histórico de exclusão social.

Para Lavos (2009), direcionando a discussão à produção habitacional da COHAB-SP, o modelo que se produziu (e ainda é produzido) de assentamentos para famílias de baixa renda teve influência dos modelos de “standartização” modernistas, onde o abrigo privado deveria ser mínimo e estritamente funcional, objetivando a redução de custos, e os espaços de uso

² Conceito inserido por Lefebvre (2008) para afirmar quanto ao direito de acessar a cidade, não no sentido físico de adentrá-la, mas ao uso pleno de todos os serviços e benefícios oferecidos pelo meio urbano, normalmente acessados apenas por quem detém o poder econômico.

coletivo deveriam ser maximizados. Entretanto, no Brasil, prevalecem as dimensões mínimas em ambos os setores.

O padrão produzido renega os espaços de uso público (NASCIMENTO e TOSTES, 2011, LAVOS, 2009) indispensáveis nessas áreas de altas densidades em que predominam unidades habitacionais de dimensões mínimas (ANDRADE, JAYME e ALMEIDA, 2009). Na grande maioria das vezes, as habitações dos conjuntos não são projetadas de acordo com as expectativas e necessidades dos futuros moradores (PINA e KOWALTOWSKI, 2000), que entendem o espaço livre privado como possibilidade de ampliação da residência, e não como área de lazer. Quando a ampliação é possível, a construção ocupa quase todo o lote, reforçando a necessidade de um espaço livre complementar à residência (MONTEIRO, PINA, *et al.*, 2007).

No entanto, em pesquisa anterior, demonstra-se que os espaços livres de lazer de uso público de conjuntos habitacionais têm seus projetos concebidos, em grande maioria, como consequência do traçado das quadras e localizadas nos espaços não parceláveis nas extremidades dos loteamentos (AYOUB e KANASHIRO, 2012). Tal processo traz como consequência a subutilização e marginalização desses espaços.

Nascimento e Tostes (2011) mostram que nas normas estabelecidas para aprovação pela Caixa Econômica para o programa MCMV não existem diretrizes específicas quanto aos projetos dos espaços públicos. As autoras entendem que falta a noção de que os espaços públicos são “acolhedores da diversidade social”, sendo concebidos de forma simplista apenas como um espaço externo às propriedades privadas.

Cardoso e Lago(2013), analisam as avaliações pós-ocupação desenvolvidas em conjuntos habitacionais implantados pelo MCMV e, no que concerne aos espaços públicos, acrescentam ao debate a questão do espírito comunitário e da territorialidade, conceitos relacionados ao sentimento de pertencimento e vínculo com a comunidade, desenvolvidos predominantemente a partir da vivência entre vizinhos nos espaços comuns. A pesquisa afirma que a forma como têm sido construídos os conjuntos dificulta a consolidação desse espírito entre os moradores. O espírito comunitário e a territorialidade são importantes fatores para que os moradores apreciem seu ambiente de moradia e

optem por conservar e dar manutenção a esses espaços. Entretanto, observa-se nos conjuntos habitacionais espaços livres públicos deslocados das centralidades dos bairros, sem equipamentos adequados para o lazer e a permanência, desfavorecendo a sociabilização.

Por outro lado, o desenvolvimento de um “espírito comunitário” pode ser considerado um aspecto social negativo do ponto de vista Sennetiano³, encarado como uma negação da cidade. Entretanto, tendo em vista que a população residente nos conjuntos não vivencia um processo de escolha e/ou opção pelo local de moradia, da mesma forma como não detém o “direito à cidade”, o estabelecimento do local de implantação dos conjuntos é o principal fator responsável pela exclusão dessa população da cidade enquanto centralidade, e não o inverso. Esse processo segregatório coloca essa população em situação de fragilidade frente à exclusão social da qual é vítima e, portanto, unir-se em uma comunidade e sentir-se pertencente a ela torna-se um aspecto positivo para a vida em sociedade.

“Soluções pela via do mercado refletem não apenas as preferências que os indivíduos têm, as quais são socialmente informadas, mas sua capacidade de manifestá-las, que é economicamente determinada. A renda emerge nesse contexto como uma variável central, influenciando tanto os padrões de escolha — o que se quer —, quanto as escolhas efetivamente feitas — o que se pode querer. Numa sociedade com um padrão de distribuição de renda histórica e estruturalmente desequilibrado como a brasileira, aquilo que parte expressiva da população pode efetivamente escolher revela escopo muito restrito. É o que ocorre, em particular, nas escolhas referentes aos processos de morar (...)” (SOUZA e CARNEIRO, 2007, p. 367).

Dentro do prospecto apresentado, uma discussão inicial é quanto aos critérios técnicos mínimos instituídos pela legislação para aprovação de loteamentos residenciais. Da maneira como são instituídos, dão suporte para que essa prática de produzir habitações abstendo-se de preocupações qualitativas repita-se sem restrição e de forma generalizada independente do

³ Como discutido por Queiroga (2012) que considera “reduzora” a tese de Sennet (1988) de que a vida em comunidade consiste na negação da cidade e, portanto, é um aspecto negativo da vida em sociedade.

contexto local. A mesma reflexão pode ser aplicada à produção dos espaços livres de uso público a respeito da negação destes em função da valorização dos espaços privados.

A Lei Federal de Parcelamento do Solo Urbano nº 6.766/79 estabelece apenas a infraestrutura básica mínima necessária para aprovação do projeto de um loteamento. Define que as áreas de circulação, os equipamentos e os espaços livres deverão ser proporcionais à densidade permitida, além das dimensões mínimas dos lotes, delimitações de áreas não edificáveis e sobre a articulação das vias. Sua atualização, a Lei nº 9.785/99, no que se refere aos espaços públicos de lazer, vincula as exigências ao Plano Diretor Municipal ou à legislação específica municipal que, no entanto, tendem a reproduzir os parâmetros da Lei Federal reafirmando a repetição desse processo.

A ponderação relativa à contraposição entre projetos urbanos e legislação é inserida por Carmona (2001), que afirma que instituídos parâmetros mínimos na legislação, eles tendem a se tornar os padrões máximos oferecidos pelos projetistas, resultando em paisagens uniformes e homogêneas. O autor explica sobre as formas de controle de projetos para áreas residenciais na Inglaterra, onde o Poder Público municipal institui controle rígido quanto à produção dessas áreas através dos Guias de *Design*⁴ para áreas residenciais, portadores de orientações projetuais qualitativas essenciais para aprovação dos projetos no âmbito municipal.

A implantação urbana e a qualidade das unidades habitacionais dependem das leis municipais de uso e ocupação do solo, dos códigos de obras e de alguns parâmetros técnicos mínimos que, no âmbito local, são em geral pouco rigorosos com os interesses dos empreendedores imobiliários. Entretanto, nem todas as responsabilidades desses resultados devem ser depositadas sobre os interesses do mercado imobiliário, evidentes perante o capitalismo. As consequências desse processo refletem também o desempenho dos demais órgãos envolvidos na aprovação dos projetos e, no caso de políticas

⁴ Os Guias de *Design* para áreas residenciais são documentos utilizados como complemento da legislação municipal para controle da qualidade de projetos de áreas residenciais em países da Europa, EUA, Canadá e Austrália. Os modelos variam entre orientações de projeto que especificam exatamente como deve ser determinada intervenção, predominante em áreas de preservação de caráter histórico, ou orientações que traçam parâmetros de qualidade espacial a serem seguidos no processo de projeto como condição para aprovação dos loteamentos (KANASHIRO e AYOUB, 2012).

públicas, na liberação do financiamento da produção habitacional (FERREIRA, 2012).

Para Ferreira (2012), tanto o Governo Federal como os municípios têm papel fundamental no controle da qualidade de produção dos programas habitacionais. O primeiro, a partir da avaliação de desempenho do programa que lhe cabe, deveria exercer maior interferência no estabelecimento de parâmetros de qualidade tanto arquitetônicos como urbanísticos. O autor pleiteia a ideia de que o Governo Federal tem influência suficiente para condicionar o financiamento dos conjuntos habitacionais a esses parâmetros. Quanto aos municípios, são responsáveis pela oferta de terrenos e aprovação dos loteamentos, e caberia a eles também propor soluções mitigadoras aos impactos gerados pelos empreendimentos. Assim, o Estado atuaria mais como agente regulador do que como promotor imobiliário ao longo do processo.

A partir das considerações, entende-se que as políticas brasileiras de produção de habitação social que seguiram posteriormente à do BNH, inclusive a atual, herdaram a forma de produção iniciada no período militar. Como consequência, há a implantação de grandes empreendimentos sem projeto adequado impactando o meio ambiente e as cidades brasileiras por décadas. As principais características desta herança são as casas idênticas, os edifícios em formato H, a reprodução serial, péssima qualidade construtiva, monofuncionalidade, minimização dos espaços públicos e o distanciamento das centralidades urbanas. Tais características correspondem aos critérios numéricos adotados como medidores da qualidade do empreendimento desconsiderando os aspectos sociais a ele correspondentes (CARDOSO e ARAGÃO, 2013, BARROS, 2008).

“Justiça e direito não se resumem ao abrigo, mas em universalizar os serviços urbanos básicos, o acesso a serviços de uso coletivo — rede viária e de transportes, equipamentos de educação, saúde, lazer e sociabilidade —; regularizar o acesso a terra e ao abrigo, ou seja, o cumprimento do que determina a função social da propriedade, e garantir a promoção social para aumentar as opções” (SOUZA e CARNEIRO, 2007, p. 416).

A principal questão engendrada neste debate é o fato dos programas de obtenção da casa própria fornecerem unidades habitacionais, porém se abstendo do compromisso de assegurar que a população detenha o “direito à cidade”. Maricato (2011, p. 119) enfatiza que a produção da moradia demanda “um pedaço de cidade e não de terra nua”. Entretanto, o valor da terra gere a dinâmica do território e condiciona as ações dos agentes envolvidos neste processo — poder público, construtoras, CEF, entre outros — a visualizar metas quantitativas e não qualitativas para a produção da habitação social brasileira.

3 ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DE LAZER: AS PRAÇAS COMO RECORTE ESPACIAL

Tendo em vista o modelo de produção dos conjuntos habitacionais brasileiros, essa pesquisa evidencia os espaços livres de uso público inseridos nesses conjuntos, entendendo que esses representam papéis fundamentais na vida em comunidade e na inserção do bairro na área urbana, e refletem a atuação do poder público enquanto gestor dos espaços urbanos. Dado o contexto de exclusão espacial e social dos conjuntos habitacionais, definir o recorte de pesquisa nas praças permite uma leitura do suporte dado por estes espaços para a população de baixa renda.

3.1 Conceituação e classificação

Entende-se que o recorte aqui definido consiste em espaços livres destinados ao uso público no espaço urbano, inseridos em áreas residenciais que apresentam como principal característica a moradia para a população de baixa renda.

O termo espaço livre infere que o espaço é livre de edificação e, neste caso, inserido na malha urbana na escala do bairro (MAGNOLI, 2006). De acordo com Magnoli (2006, p. 202) “o enfoque do espaço livre enquanto objeto de desenho só é relevante desde que analisado em face das atividades e necessidades do homem urbano”.

Em se tratando de espaços públicos, Gehl (2011) argumenta quanto à presença de duas estruturas fundamentais: a estrutura social e a estrutura física. Segundo o autor, a estrutura física deve refletir e dar suporte à estrutura social e à vida existente nos espaços externos às residências, correspondentes às atividades diárias espontâneas. De forma geral, grande parte das abordagens, como Carr, Francis, *et al.* (1992), Whyte(1980), Spreiregen (1971), Alexander, Ishikawa e Silverstein (1980), entre outros, entende o espaço público como palco de relações sociais.

Para efeito dessa pesquisa, em consonância com o discurso de Gehl (2011), compreende-se a existência de uma esfera pública geral na cidade, conceito debatido por Queiroga (2012), que engloba tanto as chamadas esferas de vida como os espaços físicos em que elas se espacializam. Dialogando com o que propõem Carmona, Tiesdell, *et al.* (2010) e Gehl (2011), as primeiras seriam correspondentes ao que os autores definem como a dimensão social, enquanto os espaços são relativos à dimensão física, ambas componentes indissociáveis da esfera pública.

A proposta de Queiroga (2012) para a esfera pública geral incide no agrupamento das diversas esferas de vida existentes na sociedade, definidas pelo autor a partir das teorias de Arendt (1991) e Habermas (1984), que consistem no campo das relações sociais vivenciadas no mundo pelos habitantes. No contexto brasileiro, o autor propõe a existência de inúmeros tipos distintos de esfera pública dentre os quais se destacam uma esfera pública oficial, de caráter predominantemente burguês, e uma esfera pública popular, da qual são integrantes membros das classes menos abastadas das cidades e que não tem reconhecimento como esfera pública perante a grande mídia e os grupos sociais de maior poder aquisitivo.

Como o foco de estudo desse trabalho incide em espaços livres localizados em bairros residenciais de baixa renda, ressalta-se também o conceito de esfera de vida cotidiana (QUEIROGA, 2012), que consiste nas relações sociais de vida em comunidade incluindo as práticas de lazer, de sociabilização entre vizinhos e circulação diária. Entende-se, dessa forma, que o espaço para o qual se dedica esse estudo insere-se na esfera pública popular cotidiana.

No âmbito da dimensão social, Carmona, Tiesdell, *et al.* (2010) direcionam o debate para a prática de atividades e classificam a vida pública pertencente ao espaço social em vida pública formal ou informal. Vinculando às atividades definidas por Gehl (2011), a vida pública formal caracterizaria as atividades necessárias ou obrigatórias, e a vida pública informal estaria relacionada às atividades opcionais.

Da mesma forma, Gehl (2011) foca seu debate nas atividades que ocorrem nos espaços externos aos espaços privados e afirma que estas são

influenciáveis pelas condições físicas dos espaços. Tais atividades são classificadas em categorias baseadas no grau de opção do indivíduo para realizá-las, a saber: as atividades necessárias, que independem das condições do ambiente; as atividades opcionais, que ocorrem apenas quando há condições favoráveis; e as atividades sociais, correspondentes às formas de interação entre os indivíduos.

O primeiro grupo é referente às atividades obrigatórias diárias, principalmente relacionadas à circulação. Elas irão acontecer quase independentemente das condições do espaço físico, pois os participantes não têm opção de escolha. Os exemplos envolvem ir ao trabalho, à escola, serviços de correios, entre outros. A segunda categoria refere-se às atividades que dependem do anseio do participante em realizá-las e das condições favoráveis do ambiente físico. Dessa forma, elas só irão ocorrer quando o clima e o ambiente forem convidativos, ou seja, essas atividades são dependentes do ambiente externo. Como exemplos estão a caminhada, sentar e observar a paisagem ou as pessoas, etc. O terceiro grupo corresponde às atividades que dependem de outras pessoas no espaço, mesmo que não ocorra interação direta entre elas. As atividades sociais podem ser consideradas como resultado espontâneo do acontecimento das duas categorias anteriores, que induzem a presença de pessoas e os consequentes encontros no espaço público. Os exemplos envolvem jogos, conversas, qualquer atividade desenvolvida em comum, inclusive contatos passivos como apenas observar ou ouvir outras pessoas.

Gehl (2011) concentra-se na segunda categoria, e afirma que diferentes atividades tendem a acontecer ao mesmo tempo nos espaços públicos como futebol, encontros políticos, religiosos, concertos, teatros, performances, cafés, jogos, dança, entre outras. Considera ainda que as qualidades do espaço público estão vinculadas com as possibilidades de desenvolver tais atividades. Assim, quanto maior o número de atividades permitidas pelo espaço, mais pessoas passam a usar esse espaço, inclusive por mais tempo (GEHL, 2011). Esse processo chamado pelo autor como “processo positivo” passa a influenciar os moradores para que saiam a pé e permaneçam

alguns minutos a mais. Nesse sentido, a duração da permanência no espaço público é tão importante quanto o número de atividades promovidas.

Ainda tratando dos tipos de atividades desenvolvidas no espaço público, Carmona, Tiesdell, *et al.* (2010) e Carr, Francis, *et al.* (1992) inserem duas categorias: o comprometimento ativo e o comprometimento passivo⁵. O comprometimento ativo consiste nas oportunidades criadas pelo espaço para encontros entre as pessoas durante a prática de atividades, como jogos e eventos, por exemplo. Já o comprometimento passivo envolve a oportunidade para observação do que se passa no espaço, das pessoas em atividades ou do próprio cenário.

Spreiregen (1971) e Whyte (1980) adicionam as funções de passagem e cruzamento, relacionadas à circulação de pedestres. Os eventos como a prática de cerimônias tradicionais locais também devem ser considerados (SPREIREGEN, 1971). Já Lynch (1981) considera o espaço público como um cenário natural em meio ao urbano que permite a observação da paisagem, também contemplada por Whyte(1980).

Queiroga (2012) classifica as práticas sociais correspondentes à esfera pública como espacialidades, que ocorrem majoritariamente no espaço público. Dependendo das práticas elas não caracterizam (ou sim) a esfera pública.

Dentre as práticas sociais correspondentes às praças residenciais predominam a sociabilização, o lazer, a circulação, a territorialidade, entre outras. Observa-se muitas vezes o desenvolvimento de um sentimento de posse pelo espaço público por parte dos habitantes, em função de uma série de fatores sócio-espaciais. Muitas vezes, esse senso de propriedade é atingido em um grau que acaba por descaracterizar o caráter público do espaço. No caso dos CHIS, o fato de estarem deslocadas da centralidade urbana pode intensificar esse processo criando comunidades isoladas descaracterizadas enquanto esfera pública.

No âmbito da dimensão física da esfera pública, em uma formação social comunitária, ou seja, habitada por “iguais” componentes de um

⁵ Comprometimento ativo e comprometimento passivo traduções livres da autora para as expressões originais em inglês Active engagement e Passive engagement.

mesmo grupo social — como é o caso em CHIS —, todo espaço que não é privado é chamado por Faria (2008) de domínio público, a instância mais elementar da esfera pública. No âmbito da cidade, na medida em que os conflitos decorrentes das alteridades entre os grupos sociais existentes se intensificam, há a necessidade de se criar uma instância de deliberação para essas diferenças, que consiste no espaço público (FARIA, 2008).

Quanto à definição do conceito de espaço público, esse seria uma instância social híbrida composta conjuntamente por objetos, que representam a materialidade do espaço, e agentes ou ação. Este espaço é considerado como de propriedade pública, podendo se prestar à esfera pública — restrita ou geral — ou não (QUEIROGA, 2012). No caso do recorte definido, se presta à esfera pública popular, visto que passa por um processo de exclusão, e também a cotidiana. Algumas vezes caracteriza-se apenas como popular cotidiana, já que a comunidade pode estar segregada da cidade a ponto de perder seu caráter público.

Neste âmbito, Carmona, Tiesdell, *et al.* (2010) indicam a relação proporcional entre a intensidade do caráter público do espaço com a presença de três principais fatores, a saber: de posse, no sentido de ser de posse do poder público ou não; acesso ao público em geral; e usos ou atividades aos quais o espaço dá suporte. Madanipour (1996) dialoga nesse sentido ao fazer a revisão sobre aspectos legislativos e constatar que, legalmente, posse e direito de acesso são conceitos fundamentais na garantia do uso público do espaço.

Segundo Carmona, Tiesdell, *et al.* (2010), a vida pública acontece no espaço social ou espaço de interação social, que pode estar tanto no espaço público como no privado, desde que o público em geral tenha acesso. Dessa forma, para os autores, o espaço público físico pode ser estendido para todos os espaços físicos acessíveis e utilizados pelo público, classificados como espaços públicos externos, espaços públicos internos e espaços semipúblicos internos e externos.

Os espaços públicos externos, categoria onde se localizam as praças de conjuntos habitacionais, são definidos como toda faixa de terra localizada externamente ao setor privado, acessíveis e disponíveis a todos, caracterizando o que os autores consideram como a forma mais pura do Espaço

Público. Da mesma forma, Tângari, Rego, *et al.* (2012) também propõem categorias para classificação dos espaços livres, segundo as quais é possível qualificar as praças dos conjuntos habitacionais como espaços livres urbanos de uso e acesso públicos, em tese dotadas de vegetação e equipamentos de lazer.

Entretanto, cabe destacar que há discussões sobre possíveis transformações quanto ao uso e o papel desses espaços no contexto urbano. A Esfera Pública foi debatida por Arendt (1991) e Habermas (1984) afirmando que o espaço público é o local onde diversos grupos sociais interagem e debatem entre si. Arendt (1991) se refere a essa interação social no espaço público como uma realização política. Entretanto, Habermas (1984) argumenta que com a inserção do sistema capitalista após a Segunda Guerra os cidadãos tornaram-se consumidores e, portanto, suas trocas não podem mais serem consideradas políticas. Assim, acrescenta a essa justificativa a denominação de uma “esfera pública social” (CUSTÓDIO, CAMPOS, *et al.*, 2011, LAVOS, 2009, LEITE, 2004). Nesse sentido, Sennet (1988) argumenta ainda que o declínio do espaço público está associado à privatização da vida e ao fim de uma “cultura pública” (CARMONA, TIESDELL, *et al.*, 2010).

Apesar da discussão descrita, o uso do espaço público em locais habitados pela população de baixa renda permanece com características tradicionais (ANDRADE, JAYME e ALMEIDA, 2009). Esse fato se dá, em grande parte, em função da necessidade da população de espaços complementares às dimensões mínimas de lotes e unidades habitacionais.

A partir das reflexões, para fins desta pesquisa, adota-se a ideia de que existe nas cidades uma esfera pública geral (QUEIROGA, 2012) que abrange tanto uma dimensão social composta pelas diversas esferas de vida — campos de relações sociais — existentes, como por uma dimensão física caracterizada por associações entre hibridéz material e ações, onde cada uma (ou mais) dessas esferas de vida se espacializam. Em se tratando de praças de CHIS, entende-se que as esferas de vida reproduzidas enquanto relações sociais entre os moradores consistem em uma esfera pública popular, caracterizada por uma publicidade marcada pela exclusão sócio-espacial e, da mesma forma, em uma esfera pública cotidiana, decorrente das relações sociais vivenciadas no âmbito da comunidade.

Apesar de definidas por lei como espaços públicos, nas praças de CHIS ambas as esferas de vida citadas se especializam de forma a caracterizar mais o domínio público enquanto instância elementar descrita por Faria (2008) do que um espaço público por essência, visto que estão afastadas significativamente da centralidade urbana onde as alteridades e contradições entre os grupos sociais são objetos de deliberação (ou já foram). Em comunidade, sem reduzir totalmente às distorções apontadas por Sennet (1988 Apud QUEIROGA, 2012), predominam relações sociais entre “iguais”.

3.1.1 A Praça: definições existentes

Segundo Carmona, Tiesdell, *et al.* (2010), o termo “praça” normalmente refere-se a um espaço cercado por edifícios. Entretanto, os autores indicam ser necessária a distinção entre praças projetadas para provocar um prestígio cívico, representar grandeza ou exibir um edifício em particular, para aquelas projetadas como espaços para as pessoas, ou seja, praças definidas para dar suporte à vida pública informal.

Lynch (1981) define a praça como um espaço vital, foco de atividades de uma área urbana, que tem por objetivo a atração de diferentes grupos e a promoção de encontros entre indivíduos.

Para Kroll (1991), outra diferenciação deve ser feita entre uma praça pública e um espaço aberto, em função da obrigatoriedade de um planejamento seguindo procedimentos referentes à primeira e os processos naturais que caracterizam o segundo. O espaço público na escala da vizinhança pode ser definido de ambas as formas, que normalmente são escolhidas aleatoriamente pelos arquitetos que projetam mecanicamente através da imposição de traçados geométricos, sem a devida consideração com o processo de projeto adequado ao uso do espaço público. Entretanto, muitos espaços erroneamente nomeados como praças na malha urbana são apenas espaços abertos que não tiveram qualquer edificação construída sobre ele (ZUCKER, 1959 Apud YAMAKI, 2008).

Para Zucker (1959), a praça é responsável por determinar a trajetória da vida pública em uma dimensão que ultrapassa seus limites físicos, estendendo-se às adjacências onde as ruas se mesclam com suas balizas. O

autor ainda compara a praça a uma obra de arte, justificando-se na sensação provocada ao indivíduo pela estrutura única resultante da relação entre o espaço livre da praça, as edificações que delimitam o entorno e o céu acima. Segundo ele, a praça quando considerada como o elemento central do loteamento é a responsável pela construção da comunidade.

Zucker (1959) propõe cinco categorias para a classificação das praças, com possibilidade de sobreposição, consideradas de relevância artística: a praça fechada, caracterizada pela sensação de fechamento provocada pelos edifícios similares do entorno; a praça dominada, quando um ou mais edifícios compõem o principal elemento que condiciona a estrutura da praça; a praça nuclear, que se forma em torno de um núcleo vertical; as praças agrupadas, grupo de praças que se relacionam esteticamente conectadas por um eixo; e a praça amórfica, que não apresenta limites bem definidos.

Dessa forma, a partir do referencial teórico, entendemos o objeto da pesquisa “praça” como um espaço livre urbano dependente de um projeto físico adequado às atividades a ele correspondentes. Sua estrutura física é necessariamente composta por uma superfície e limites balizados por edifícios dispostos continuamente.

3.2 Praças em conjuntos habitacionais de interesse social

Quanto às relações sociais vivenciadas nos espaços públicos, nas ruas e nas áreas centrais, elas tendem à superficialidade visto que predominam os encontros e interações indiretas (GEHL, 2011). Essa característica difere das praças de áreas residenciais onde a interação entre os moradores é frequente e predominantemente de forma direta.

Considerando que uma das principais qualidades do espaço público é a própria presença de pessoas, Gehl (2011) caracteriza as atividades as quais evidencia a partir do encontro, contato e interação entre os usuários, que no caso das áreas residenciais são os vizinhos. Nesse sentido afirma que, via de regra, quanto maior for o número de vizinhos no espaço público, maior será a interação entre eles. Entretanto alega que a arquitetura não é, sozinha, capaz de promover as interações, mas um projeto direcionado para promovê-las é capaz,

ao menos, de encorajá-las. Dessa forma, defende a concepção de que o projeto do espaço e os processos sociais a ele correspondentes devem dar suporte um ao outro como forma de promover essas interações sociais.

No contexto residencial, retomando o argumento de Gehl (2011), há duas estruturas básicas componentes do espaço público: a estrutura social e a estrutura física. A primeira deve corresponder à divisão da vizinhança em pequenos grupos em torno de um espaço comum, gerando uma hierarquia dentro do bairro que influencia positivamente no fortalecimento da comunidade. Já a estrutura física, de acordo com o autor, deve refletir e dar suporte a essa estrutura social desejada. Assim, há uma interação entre processo e projeto onde, basicamente, a estrutura física — vinculada ao projeto — dá suporte visualmente e funcionalmente para a estrutura social desejada em uma área residencial. Visualmente porque se expressa fisicamente posicionando as casas no entorno de uma praça ou de uma rua e funcionalmente por estabelecer espaços comuns em diversos níveis hierárquicos (GEHL, 2011).

Um dos fatores determinantes para a diferenciação das praças baseada na localização, é a escala das praças residenciais. Spreiregen (1971) baseia-se nas dimensões sensoriais humanas para classificar os espaços. Define como “espaços urbanos” aqueles que não ultrapassam a dimensão contabilizada a partir de um raio máximo de 140 metros inserido no espaço. O mesmo critério é utilizado com medida de, no máximo, 25 metros para caracterizar o que ele chama de “espaço íntimo” urbano.

Nas áreas residenciais, em função do vínculo construído entre um número reduzido de moradores, os espaços públicos estabelecidos em consonância com a estrutura social perdem em parte o caráter público. Esse aspecto possibilita o surgimento de um senso de pertencimento pelos moradores, que migram gradualmente do espaço privado ao público, o qual passa a ser entendido como continuidade do espaço privado. O caráter assumido pelo espaço também é de grande importância para que os moradores estreitem seus laços, se conhecendo melhor. Nesse sentido, as experiências vividas nos espaços públicos resultam em uma vigilância natural e responsabilidade coletiva para com o espaço e com os demais moradores (GEHL, 2011).

Seguindo esse juízo, também estão os tipos de espaços públicos descritos por Carr, Francis, *et al.* (1992), contudo categorizados a partir das atividades às quais o espaço dá suporte. Três tipos propostos por ele são adequados às características das praças residenciais: o “parque de vizinhança”, o “playground” e o “jardim” ou “parque comunitário”. O primeiro consiste em um espaço aberto projetado em ambientes residenciais, publicamente desenvolvido e gerenciado como parte do zoneamento de espaços livres da cidade ou como parte de um novo empreendimento residencial que pode incluir playgrounds, instalações para esportes, etc. O segundo correspondente à área para jogos infantis localizada na vizinhança que pode incluir também alguns bancos para os adultos. E o “jardim” ou “parque comunitário” são espaços projetados para a vizinhança, desenvolvidos e gerenciados por moradores locais e que podem incluir jardins, áreas para jogos, jardins comunitários, normalmente desenvolvidos em terrenos privados e, portanto, tendem a ser substituídos por outros usos.

Em áreas residenciais, os espaços livres públicos são os locais onde se constroem as redes de interações sociais entre os moradores, iniciadas com o contato visual frequente até a interação de fato. A formação e consolidação dessa rede são responsáveis pela construção do senso de comunidade na vizinhança. Entretanto, é o projeto do espaço que contribui ou não para a formação dessas redes (BARNETT, 2003, CARMONA, TIESDELL, *et al.*, 2010).

Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que o projeto do espaço livre de uso público — praça — pode influenciar a construção e consolidação do senso de comunidade⁶. Portanto, objetiva-se desvendar o processo de projeto mais adequado para que esses espaços deem suporte para a construção das redes sociais e cumpram adequadamente com suas funções no contexto dos conjuntos habitacionais.

⁶ Para Wilkerson, Carlson, *et al.* (2012), o senso de comunidade consiste em um conjunto de sentimentos vinculados à confiança e segurança psicológica, que surgem progressivamente com o tempo em que o indivíduo vive em um bairro e aproxima-se dos demais moradores até criar um vínculo. Assim, é possível atrelar a definição do senso de comunidade ao conceito de “territorialidade” exposto por Gifford (1996), que consiste em um padrão de comportamento relacionado à percepção ou controle efetivo de um espaço físico, definido pela personalização do espaço de maneira que indique uma determinada identidade.

Outro aspecto envolve o entendimento de que os espaços públicos, especialmente as praças, têm papel fundamental em conjuntos habitacionais de interesse social, pois assumem papel de espaços complementares às dimensões reduzidas dos lotes e das habitações.

“Os grupos de menor poder aquisitivo continuam frequentando os espaços públicos tradicionais, como os do centro da cidade, e os espaços próximos às suas residências, em geral mal cuidados pelo poder público e abandonados até mesmo pela polícia, fato que muitas vezes os transformam em pontos de consumo e tráfico de drogas, especialmente à noite. Durante o dia, continuam a abrigar uma sociabilidade típica dos bairros populares, como o encontro entre vizinhos, seja de jovens, crianças ou adultos” (ANDRADE, JAYME e ALMEIDA, 2009, p. 132).

Dessa forma, entende-se que existe demanda significativa por espaços de lazer em bairros populares, no entanto, há uma tendência por parte do poder público em desprover esses espaços de manutenção regrada e equipamentos fundamentais para sua utilização. Desse processo, surgem como consequências problemas relacionados à degradação, presença de usuários e traficantes de drogas e prostituição (CUSTÓDIO, CAMPOS, *et al.*, 2011).

A partir dos argumentos teóricos sobre o esvaziamento e declínio desses espaços, como os discutidos por Custódio, Campos, *et al.* (2011), Leite (2004) e Lavos (2009), é possível afirmar que o espaço público como local de reflexão e trocas políticas declinou. Entretanto, práticas de lazer individuais ou coletivas, e de sociabilização em nível local permanecem pelo fato de que, apesar de modificado, o uso do espaço público nesse contexto se mantém para dar suporte físico às pequenas dimensões privadas.

Assim, partindo do referencial teórico acima citado, é possível afirmar que as praças de conjuntos habitacionais apresentam duas funções essenciais no contexto do loteamento residencial. A primeira consiste nas atividades de lazer, permitindo o desenvolvimento de atividades passivas e ativas (CARMONA, TIESDELL, *et al.*, 2010, CARR, FRANCIS, *et al.*, 1992, GEHL, 2011, SPREIREGEN, 1971, LYNCH, 1981, WHYTE, 1980; e a segunda de sociabilização entre os moradores, responsável pela construção da

comunidade (BARNETT, 2003, CARMONA, TIESDELL, *et al.*, 2010, GEHL, 2011).

3.2.1 Espaços de lazer

Os “Cadernos Interativos — elementos para o desenvolvimento de políticas, programas e projetos intersetoriais, enfatizando a relação lazer, escola e processo educativo” —, publicados em nível nacional pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer em 2011, permitem compilar considerações de precursores teóricos para maior compreensão sobre as práticas de lazer.

O quarto caderno interativo intitulado “Importância da Recreação e do Lazer” traz as definições dos conceitos de recreação e lazer a partir dos preceitos do sociólogo francês Dumazedier (1979), influência para os principais teóricos brasileiros sobre o assunto.

Segundo Dumazedier (1979 Apud SILVA, 2011), o lazer consiste em uma série de atividades livres de qualquer obrigação econômica ou social, desenvolvidas por vontade própria do indivíduo que busca prazer, diversão, entretenimento, ou algum tipo de desenvolvimento pessoal desinteressado. As atividades de lazer são, obrigatoriamente, livres de qualquer tipo de interesse no resultado final, vinculadas apenas à participação voluntária e à criatividade.

Medeiros (1980) e Requixa (1980), influenciados pelo autor, debatem as questões vinculadas às atividades de lazer no âmbito brasileiro. Medeiros (1980) entende o lazer como um período livre de direito do indivíduo posterior ao cumprimento das obrigações relacionadas ao trabalho e aos outros setores da vida. Para Requixa (1980), o lazer é uma ocupação escolhida pelo indivíduo para realizá-la, livre de obrigações e que permitem recuperação psicossomática e desenvolvimento pessoal e social (SILVA, 2011). O autor caracteriza o lazer como um fenômeno cultural que abrange diferentes atividades, dentre elas, a recreação.

Nesse sentido, entende-se a prática do lazer como uma oposição ao trabalho e aos compromissos, abrangendo todas as atividades que geram diversão, desenvolvimento pessoal e social, e são absolvidas de qualquer

obrigação. No caso dos moradores dos conjuntos supostamente frequentadores das praças o período de lazer predominante, com exceção dos que não trabalham ou estudam, é o período noturno ou durante o dia aos finais de semana.

Alexander, Ishikawa e Silverstein (1980) indicam que as áreas residenciais devem ser dotadas de espaços de lazer para diferentes usos. Propõem uma área vegetada acessível a até três minutos de distância de todo o bairro, que possa dar suporte também às áreas vizinhas. Sugere também a inserção de pequenas praças públicas, locais onde possam acontecer celebrações, reuniões da comunidade, jogos e esportes individuais ou em grupo, centros comunitários para reuniões, espaços para jogos infantis que se conectem às outras vizinhanças, outras áreas que englobem também quadras de esportes e até piscinas e pistas de corrida e caminhada próximas não só às residências, mas também aos locais de trabalho.

Dessa forma, com relação às atividades de lazer descritas pelos teóricos em consonância com o conceito do tema descrito acima, foram divididas em duas categorias principais, baseadas nas denominações de Carr, Francis, *et al.* (1992) e Carmona, Tiesdell, *et al.* (2010): recreação passiva de lazer e recreação ativa de lazer.

A primeira seria correspondente ao que os autores definem como comprometimento passivo, referente às atividades desenvolvidas individualmente, caracterizadas em grande maioria pela atividade da observação, seja da paisagem ou de outras pessoas, leitura, ou simplesmente parar e não fazer nada. A recreação passiva proporciona ao indivíduo sensações de tranquilidade e relaxamento. Segundo Lynch (1981), a preferência por observar cenários naturais é partilhada por todas as classes sociais.

Já a recreação ativa de lazer estaria relacionada ao conceito de recreação definido por Silva (2011), vinculada ao divertimento gerado a partir do desenvolvimento de atividades. Nesse sentido, são as atividades praticadas em grupo a partir de oportunidades fornecidas pelo próprio espaço que propiciem algum divertimento aos participantes. Envolvem atividades que demandam gastos energéticos como caminhada, esportes desenvolvidos em grupos e jogos, ou eventos musicais, artísticos, religiosos, etc.

Spreiregen (1971) e Whyte (1980) acrescentam ainda a função de circulação à função de lazer das praças residenciais. Quando bem localizadas, as praças dão suporte para abrigar a circulação de pedestres.

3.2.2 Espaços de sociabilização

Segundo Lavos (2009), a sociabilidade é consequência das relações cotidianas vividas no espaço público e através dela são formatados grupos de condutas coletivas. É possível afirmar que ações coletivas vivenciadas nas praças dos conjuntos como manutenção, uso e personalização das praças dependem diretamente dos níveis de sociabilidade estabelecidos entre os moradores.

Para Leite (2004), o que dá a noção de sociabilidade em um espaço é a compreensão das formas de apropriação, considerando que cada setor da população cultiva uma forma única de interação com o espaço. Essa interação expressa nas formas de uso age categoricamente na conformação final do espaço. Em consonância com este juízo, Andrade, Jayme e Almeida (2009) intitulam “sociabilidade típica de bairros populares” o encontro rotineiro e a interação entre vizinhos no espaço público, e caracteriza a sociabilidade das praças de bairro como local.

A partir da noção de sociabilidade no espaço público de áreas residenciais, exposta pelos autores acima citados, é possível afirmar, como na terceira categoria de atividades proposta por Gehl (2011), que as atividades que surgem em função das interações sociais, mesmo que indiretas, entre os moradores representam diferentes formas de sociabilidade.

A sociabilidade das praças se concretiza, portanto, na medida em que as interações sociais iniciadas com o contato visual frequente evoluem para as interações efetivas como o contato verbal. As consequências desse processo são refletidas em manifestações de apropriação e manutenção do espaço por parte dos moradores, consolidando o espírito comunitário e a territorialidade. Esses conceitos, relacionados ao sentimento de pertencimento e vínculo com a comunidade e o espaço em que vivem, são desenvolvidos predominantemente, portanto, a partir da vivência entre vizinhos nos espaços comuns.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Com o intuito de desenvolver um estudo sobre projeto de espaços livres públicos de lazer inseridos em conjuntos habitacionais de interesse social, faz-se necessário estabelecer uma metodologia para coleta e análise de dados que tratem do processo projetual, porém sem perder de vista as peculiaridades do contexto em que se insere o objeto da pesquisa. Parte-se do problema de pesquisa identificado e da hipótese levantada para traçar os objetivos para os quais se dedica este trabalho.

4.1 Problema, hipótese e objetivos da pesquisa

Como demonstrado anteriormente na contextualização da pesquisa, os espaços públicos dos conjuntos habitacionais brasileiros têm sido renegados nos procedimentos projetuais dos loteamentos, caracterizando um processo histórico de produção. Durante este processo, o espaço público é concebido sem que sejam levadas em consideração as funções alusivas ao seu papel enquanto espaço físico e à dimensão social inerente a ele.

A partir do referencial teórico conceitual, considera-se a hipótese de que a praça, se concebida adequadamente, pode dar suporte às relações sociais entre os moradores e abrigar diferentes atividades de lazer, centralizando as relações de sociabilidade e recreação da comunidade. Assim, consiste no elemento que contribui para o fortalecimento dos sentimentos de pertencimento e territorialidade, e para a qualidade de vida dos moradores.

Dessa forma, a presente pesquisa objetiva estabelecer orientações de projeto para as praças de conjuntos habitacionais de interesse social que garantam o cumprimento de suas respectivas funções, considerando a dimensão social referente a esses espaços. Para isso, pretende-se:

1. Identificar na literatura sobre espaços livres de uso público os autores prescritivos para projetos de praças residenciais;

2. Sistematizar as diretrizes projetuais para praças residenciais existentes na literatura;

3. Levantar os conjuntos habitacionais de interesse social da cidade de Londrina que tiveram os espaços livres de uso público como uma condicionante projetual para seu parcelamento;

4. Verificar a aplicabilidade das diretrizes traçadas pela literatura à realidade dos conjuntos habitacionais brasileiros;

5. Desvendar o suporte da vida social das praças de conjuntos habitacionais de interesse social.

4.2 Definição das estratégias da pesquisa: exploração da literatura e estudos de casos

Visando traçar diretrizes projetuais para os espaços livres públicos de lazer — praças — de conjuntos habitacionais de interesse social, espaços dotados de características sócio-espaciais singulares, procurou-se compreender quais são as características físicas ideais do espaço para dar o devido suporte às atividades e às relações sociais esperadas.

Dessa forma, primeiramente, recorre-se à literatura para sistematizar as diretrizes projetuais já traçadas para praças na escala residencial. Neste primeiro momento da pesquisa, faz-se uma exploração da literatura referente ao assunto, permitindo delinear as principais diretrizes projetuais físico-espaciais de praças localizadas em áreas residenciais.

Entretanto, a partir da conceituação, extrapola-se a dimensão física inserindo ao debate a dimensão social como elemento indissociável do projeto físico, de forma a relacionar o processo de projeto à vida social a ele correspondente e complementar. Nesse sentido, é possível classificar a pesquisa, segundo Groat e Wang (2002), como pesquisa qualitativa correlacional.

A pesquisa correlacional procura identificar e entender a ocorrência de padrões de comportamento sócio-espacial. Para isso, demonstra a relação existente entre um universo de variáveis reais (GROAT e WANG, 2002).

A partir do problema, hipótese e objetivos acima descritos, compreende-se que as variáveis de interesse desta pesquisa, apreendidas como características que variam de acordo com a situação ou local e que afetam as relações sócio-espaciais (GROAT e WANG, 2002), podem ser distribuídas em dois grandes grupos: das variáveis físico-espaciais e das variáveis de comportamento social. O primeiro grupo consiste nos atributos físicos do espaço resultantes do processo de projeto, enquanto o segundo grupo refere-se às atitudes dos moradores com relação à praça e à comunidade.

Para executar o levantamento e a mensuração das variáveis, duas estratégias foram selecionadas. Primeiramente, uma revisão bibliográfica referente ao projeto de praças residenciais subsidiou a seleção das variáveis físico-espaciais de interesse da pesquisa. Essas seriam as variáveis independentes que influenciariam, enquanto hipótese, o comportamento dos moradores-usuários, considerado aqui como o conjunto das variáveis dependentes.

No desenvolver da pesquisa, a exploração bibliográfica permitirá extrair da literatura as teorias prescritivas para projetos de praças de áreas residenciais que objetivam intensificar as relações sociais que nelas se apresentam. As diretrizes serão sistematizadas de forma a identificar os atributos do espaço. Tal sistematização gerará um protocolo-base para direcionar o levantamento de campo necessário para adaptar as informações no contexto em questão.

A busca teve início a partir de pesquisas recentes que já debatam as possíveis transformações da vida social realizada pela sociedade atual no espaço público. A partir desses autores, a revisão da fundamentação teórica nos permitiu levantar as influências de autores clássicos sobre estudos de comportamento no espaço público e respectivas soluções projetuais.

Foi possível observar que os autores selecionados mantêm um diálogo entre si. Apesar de alguns enfoques e linguagens caminharem para sentidos diversos, observa-se uma coerência de argumentos e um objetivo comum a todos eles: que os espaços projetados sejam bons lugares para as pessoas.

Como não é possível afirmar com precisão que os atributos físicos e as relações sociais extraídas da literatura correspondem efetivamente à realidade dos conjuntos habitacionais brasileiros de interesse social, estabeleceu-se a segunda estratégia de pesquisa, o estudo de caso, para a verificação da validade dos atributos físicos levantados e para a coleta das evidências sócio-espaciais.

Segundo Yin (2001), o estudo de caso consiste em uma investigação empírica de algum fenômeno contemporâneo dentro de um determinado contexto real. Sua aplicação é ideal quando os limites entre fenômeno e contexto são claramente definidos e quando o contexto é determinante para a ocorrência do fenômeno. Assim, o desenvolvimento prévio de proposições teóricas beneficia o estudo de caso por direcioná-lo, visto que por se tratar de uma investigação única em função de seu contexto, as variáveis de interesse tendem a ser mais amplas do que a fonte dos dados (YIN, 2001).

Podemos afirmar que o contexto dos conjuntos habitacionais de interesse social é determinante para a compreensão das características físicas mais adequadas para dar suporte à dimensão social correspondente. Isto é fato vistas as formas de elaboração dos projetos das praças dos conjuntos habitacionais associadas a uma alta demanda por espaços públicos em função das dimensões mínimas do espaço privado.

A partir das orientações de Yin (2001) para a condução do estudo de caso, elaborou-se um protocolo de levantamento composto por três categorias complementares. A primeira parte do protocolo contém a localização e o mapa do conjunto habitacional com a data de implantação e a companhia responsável e com as respectivas praças numeradas. Apresenta-se um mapa da praça a ser levantada e seu entorno imediato, para esboçar por meio de croquis a conformação atual da praça em planta. A segunda parte consiste em um *checklist* para verificação das variáveis físicas, estruturado a partir da sistematização das diretrizes projetuais. A terceira parte do protocolo foi criada a partir do desenvolvimento do pré-teste do levantamento que revelou a necessidade de sistematização das entrevistas e das formas de apropriação observadas nas praças. Assim, a terceira categoria é utilizada para o registro

escrito das formas de apropriação e das entrevistas semiestruturadas com moradores e/ou usuários.

A pesquisa de Kanashiro, Yamaki e Lamounier (2009) revela dois conjuntos em Londrina que surgem como exceções à regra. O Conjunto Residencial do Café e o Conjunto Habitacional das Flores apresentam em seus parcelamentos os espaços públicos como uma das principais condicionantes de projeto.

Esses dois conjuntos serviram como teste para uma primeira verificação em campo da aplicabilidade do protocolo elaborado em relação ao espaço público e à comunidade, nos conjuntos onde as praças se apresentam como elementos de centralidade no parcelamento. Foi possível constatar a priori, de forma geral, que as relações sociais entre os moradores são intensificadas e os usos e sinais de apropriação do espaço público são significativamente altos, porém não necessariamente idênticas até mesmo em locais de características físicas semelhantes.

Dessa forma, as observações convieram para reforçar em um primeiro momento a hipótese da pesquisa, mas também demonstraram a necessidade de acrescentar ao levantamento informações quanto à dimensão social para desvendar as variações que se mostraram independentes do espaço físico.

5 DIRETRIZES PROJETUAIS PARA PRAÇAS RESIDENCIAIS

Procurou-se consolidar um referencial teórico prescritivo para a extração das diretrizes físico-espaciais para projetos de praças residenciais que trazem consigo um escopo teórico que pondera associações entre a dimensão física e a dimensão social, inerentes ao espaço público.

A busca por tais autores se deu por meio de uma revisão de literatura atual sobre espaços públicos com foco no projeto, como de Di Masso, (2012), Aelbrecht (2010), Granja, Kowaltowski, *et al.* (2009), Barros (2008), Massam e Everitt (2004), Golicnik (2004), Kowaltowski (2004), entre outras. Dessa forma, foi possível identificar os principais teóricos sobre o assunto nas citações e referências que se sobrepuseram durante a revisão. Dentre os principais autores levantados estão Gehl (2011), Whyte (1980), Lynch (1981) e Carmona, Tiesdell, *et al.* (2010) (APÊNDICE 1).

5.1 Referencial teórico prescritivo

Para Gehl (2011), Whyte (1980) e Lynch (1981), a forma final do espaço deve sempre corresponder às atividades esperadas que nele aconteçam, por isso é necessário estudá-las para que seja possível prevêê-las nos processos projetuais. Alguns autores consideram inclusive os limites sensoriais humanos como reguladores das dimensões espaciais.

No âmbito dos projetos urbanos, Ghel (2011), se baseia no “campo de visão”, ou distância do alcance da visão, onde 100 metros correspondem ao limite para a percepção de movimentos, a 60 metros é possível começar a reconhecer pessoas e diagnosticar quem mais está presente, e só a 25 metros podemos reconhecer expressões faciais. Considerando esses limites, a relação considerada ideal entre a largura do espaço e a altura dos edifícios que delimitam o entorno da praça, chamada de “fechamento”, corresponde à variação de 1/1 até 4/1, a última já caracterizando a

perda do fechamento (SPREIREGEN, 1971, BENTLEY, ALCOOK, *et al.*, 1999, CARMONA, TIESDELL, *et al.*, 2010).

Gehl (2011) apresenta dois conjuntos de objetivos traçados para o espaço público, ambos visualizando um objetivo geral referente à concentração de pessoas pelo maior tempo possível no espaço público. Argumenta que seu objetivo pode ser atingido com a promoção do maior número possível de atividades no espaço público, ao mesmo tempo em que são criadas oportunidades adequadas para que as pessoas permaneçam por mais tempo do que o necessário. Essa permanência aumenta as chances de intensificar as relações sociais entre os moradores da vizinhança. Nesse sentido, o primeiro conjunto de objetivos específicos para o espaço delinea características espaciais desejáveis, enquanto o segundo é referente às possibilidades de desenvolver atividades, passivas ou ativas.

No primeiro grupo, as características abordam a concentração de pessoas e eventos, no sentido de acessibilidade e compacidade do espaço. É proposta também a integração entre diferentes atividades e funções de modo a permitir que possam ocorrer ao mesmo tempo dentro da praça. Outra orientação é a de que os espaços sejam convidativos e dotados de fronteiras suaves, relacionadas às “fachadas ativas⁷” e à facilidade de se acessar o espaço, que encorajam as pessoas a se moverem do espaço privado ao espaço público. Além disso, outra característica abordada é para que o espaço seja “aberto”, na acepção da acessibilidade visual, para que as pessoas possam ver e presenciar o que se passa no espaço público. Também trata da segurança, vinculada à oportunidade de vigilância natural, em função do sentimento de pertencimento e responsabilidade coletiva, assim como a restrição ao tráfego de veículos.

O segundo conjunto de objetivos se refere às possibilidades de desenvolver a caminhada, considerando pequenas distâncias com relação ao bairro, e rotas adequadas para circulação. Também se deve permitir que as pessoas possam manter-se paradas dentro da praça através da criação de locais para encostar, permitindo a observação do espaço de vários ângulos. É necessário prover oportunidades para se sentar, com a oferta de assentos

⁷ O termo “fachadas ativas” é usado pela grande maioria dos autores, significando que as fachadas dos edifícios que possuem aberturas devem estar voltadas ao espaço público. Termo original: “active frontages”.

confortáveis e bem localizados. Aborda as necessidades de prover distâncias internas limitadas e iluminação direcionada, para que seja possível a fácil visualização dentro dos limites internos. Da mesma forma, considera as possibilidades de conversar e ouvir dentro da praça. Para que as conversas tornem-se possíveis, os assentos e as rotas de caminhada devem permitir a presença simultânea de pelo menos duas pessoas. Propõe ainda o afastamento do trânsito de veículos e possibilidades para surgir eventos musicais espontâneos. Gehl (2011) argumenta que os espaços públicos têm a tendência de abrigar artistas, principalmente músicos.

Whyte (1980) traz informações de pesquisa baseada no mapeamento de praças norte-americanas, na qual verifica padrões de usos e permanência individuais e de grupos. Nesse sentido, identifica as praças melhor utilizadas, sob os mesmos critérios de Gehl (2011), que apresentam alto grau de sociabilidade como consequência da presença numerosa de usuários. Assim, o autor aponta para objetivos específicos relacionados a elementos de atratividade do espaço em questão. O autor propõe o conceito de triangulação, segundo o qual estímulos externos promovem conexões entre as pessoas. Afirma que a observação do comportamento permite identificá-lo para que seja possível antecipá-lo e planejá-lo.

Whyte (1980) discute a vitalidade das praças apontando para a necessidade de se conhecer os padrões de uso e comportamento dos usuários para projetar um ambiente correspondente. Segundo o autor, a estética da praça não é o principal ponto para atração de pessoas e por isso argumenta quanto à necessidade de se criar muitos espaços para se sentar, confortáveis física e psicologicamente. Também entende como necessária a presença de elementos naturais como o sol, o vento, árvores e água. Nesse sentido, propõe orientação solar adequada, cuidados com barreiras físicas, arborização bem distribuída e planejada, além da presença de água através do uso de fontes, por exemplo. Outro aspecto considerado adequado às praças é a presença de algum ponto para alimentação. De acordo com Whyte (1980), a possibilidade de alimentar-se tende a atrair pessoas que, conseqüentemente, atrairão mais pessoas.

Um dos aspectos considerados “chave” para a atratividade de pessoas é a própria rua que se relaciona com a praça, onde a situação ideal

consiste na localização da praça na esquina visto que essa tem vitalidade inerente a si mesma. Embora o autor exponha que a praça deve estar no mesmo nível da rua, argumenta que a presença de alguns poucos degraus pode ser positiva para que as pessoas parem e observem aos poucos as atividades e o cenário, até acabarem adentrando a praça.

Outro autor selecionado para o estudo é Spreiregen (1971), que introduz um objetivo geral voltado à integração adequada do homem com a natureza, a partir do qual visa à qualidade ambiental do futuro das cidades propondo técnicas e princípios básicos de projeto. O autor se baseia em aspectos de escala e proporção para traçar os objetivos específicos e suas respectivas diretrizes projetuais. A partir das dimensões sensoriais relacionadas à visão, da mesma forma que Gehl (2011), propõe a distinção entre um espaço urbano e um espaço íntimo, considerando as possibilidades de reconhecer um rosto ou apenas distinguir gestos corporais. Segundo o autor, a melhor forma de percepção do espaço urbano é através da caminhada e, assim, defende que a escala é um elemento de compatibilidade entre os espaços.

Nos espaços maiores, classificados como espaços urbanos, Spreiregen (1971) propõe que haja um fechamento adequado do espaço para a comodidade visual dos usuários. Diferencia os espaços urbanos de simples espaços abertos caracterizando-os como espaços naturais. Segundo o autor, em consonância com as afirmações de Zucker (1959) e Kroll (1991), o essencial de um espaço urbano são suas proporções, seu pavimento, suas paredes — formadas por edifícios —, e a atividade que o anima. Outra categoria proposta corresponde às massas urbanas, formadas por uma superfície, edifícios e objetos sobre ela.

Aos objetivos específicos, Spreiregen (1971) acrescenta também as atividades e a circulação, uma dando suporte à outra, as quais devem ser trabalhadas em todas as escalas. Insere as “novas técnicas” para uma possível melhora urbana, dentre as quais estão a técnica do espaço verde, proposta como aproveitamento essencial dos terrenos públicos, e a técnica da estética urbana, referente à harmonia entre construções e natureza na configuração da paisagem e de zonas residenciais. Para essas, o autor traça o objetivo de construir uma comunidade onde cresçam crianças providas de

ensino e segurança. Também define como elementos básicos conformadores da rede viária, o parcelamento do terreno e os espaços livres projetados.

A abordagem de Lynch (1981) configura-se de forma um pouco diferente. Tendo como principal objetivo uma boa forma final da construção da cidade, propõe cinco objetivos específicos para o espaço os quais denomina como “dimensões de execução”. Cada objetivo ou dimensão é composto por uma série de orientações qualitativas direcionadas à produção de qualquer espaço urbano.

A primeira dimensão proposta, denominada “vitalidade”, consiste na criação de um terreno adequado para a vida que o habitará e o usará, seja a vida humana ou qualquer outro ecossistema.

A segunda dimensão corresponde ao “sentido”, vinculado à identidade do local. É referente ao nível de recordação adquirido pelas pessoas sobre o local, em função das peculiaridades e caráter próprios do espaço. Segundo Lynch (1981), a recordação se dá em função das assimilações dos sentidos, portanto um bom lugar seria aquele acessível a todos os sentidos humanos.

A terceira dimensão consiste na “adequação” do local às atividades e comportamentos esperados pelos usuários. Nesse sentido, propõe que o programa do espaço seja a soma do conjunto de comportamentos desejados e das qualidades espaciais apropriadas a esses comportamentos. Entretanto, afirma não ser possível garantir que o comportamento dos usuários acontecerá como o planejado. Em função disso, argumenta ser necessária a criação de espaços flexíveis passíveis de adaptação a outros comportamentos e/ou atividades de forma a evitar grandes incompatibilidades.

Outra dimensão proposta é a de “acesso” a outras pessoas, às atividades humanas, aos recursos naturais e à informação. Segundo Lynch (1981), um bom local oferece fácil acesso a uma variedade moderada de cenários, produtos e pessoas.

A última dimensão refere-se ao “controle” do espaço. Conforme a exposição do autor, essa dimensão faz alusão ao conceito de propriedade, no que diz respeito à regulamentação efetiva do espaço e do comportamento. Em locais públicos, onde o principal controle é feito pelas autoridades ou pela

utilização de barreiras físicas, as pessoas têm o direito de entrar e permanecer pelo tempo que for desejado. No caso da dimensão do bairro, a criação da comunidade em torno de um centro comum gera certo grau de independência e tem como resultado outras formas de controle no espaço, como a vigilância natural.

Bentley, Alcock, *et al.* (1999) defendem que sejam providos espaços urbanos democráticos que enriqueçam as possibilidades de escolhas dos usuários. Para isso, inserem conceitos de qualidade espacial para os quais são definidas diretrizes a serem seguidas em projetos urbanos.

O primeiro conceito é a permeabilidade, tanto física como visual, dependente da disposição do espaço livre na quadra. Salienta o papel das “fachadas ativas” na obtenção de permeabilidade física e visual para o espaço. Outro conceito apresentado pelo autor é o de legibilidade, definido como a facilidade de se compreender um local. Enfatiza o papel dos limites como elementos fundamentais para atingir a legibilidade em um espaço e afirma que, no caso das praças, elas mesmas podem ser o elemento que traz legibilidade ao bairro. Versatilidade é mais um conceito inserido, relacionado à aptidão do espaço para suportar diversas atividades ocorrendo ao mesmo tempo. “Imagem apropriada” é o conceito vinculado aos significados interpretados pelos observadores em função de elementos que transmitem uma determinada imagem ao espaço. No caso do espaço público, o autor relaciona esse juízo aos elementos que delimitam o entorno, como as fachadas e muros, e possíveis marcos existentes.

Idealizando um projeto que influencie positivamente na criação e consolidação das redes sociais da vizinhança, Barnett (2003) referencia-se em Whyte (1980) e Gehl (2011) para estabelecer objetivos específicos que tornem o local convidativo e confortável, contrapondo a hostilidade gerada por locais formados por edificações e lotes sem variedade ou marcos visuais. Em primeiro lugar, objetiva prover espaços públicos legíveis para garantir a compreensão do espaço pelos usuários. Prevê também a criação de um microclima agradável, baseado na orientação do espaço e nos edifícios do entorno. Segundo Barnett (2003), as praças também devem ser providas de assentos disponíveis, não

necessariamente formais, como bancos e cadeiras, mas também floreiras e muretas. Orienta inclusive para as formas de agrupamento desses assentos.

Suas orientações objetivam, da mesma forma, gerar oportunidades para que as pessoas observem umas às outras e a criação de espaços para alimentação em um determinado ponto do espaço. Norteia para que seja prevista boa iluminação, inclusive na escala do pedestre, em função da segurança. Entretanto, afirma que as praças públicas, mesmo adequadamente iluminadas, devem ser fechadas à noite e reabertas pela manhã.

Segundo Barnett (2003), deve-se encorajar a instalação de diferentes atividades nos edifícios do entorno da praça na escala do pedestre. No caso de áreas exclusivamente residenciais, voltar as entradas das habitações para o espaço público. Com relação aos pedestres, propõe a criação de caminhos adequados à circulação a pé e pequenas distâncias para se alcançar o destino desejado.

Assim como Barnett (2003), Carmona, Tiesdell, *et al.* (2010) têm como principal objetivo a consolidação e o fortalecimento das comunidades e, para isso, creem que o design urbano pode ser responsável por estimular as relações sociais que as constroem. A partir da argumentação dos autores de que o contato visual frequente entre as pessoas já sinaliza uma forma superficial de interação social, também definem que bons espaços públicos caracterizam-se pela presença de pessoas. Dessa forma, referenciando-se em Lynch (1981) e Gehl (2011), entre outros, traçam orientações para que os espaços públicos sejam bons lugares para as pessoas.

Propõem em termos de acessibilidade a criação de espaços sem barreiras físicas ou sociais, ou seja, que deem condições de acesso aos portadores de necessidades físicas especiais, de diferentes preferências e percepções, e que permita o uso sem esforço físico. Contempla também a necessidade de serem consideradas as minorias étnicas nos projetos.

Da mesma forma, objetivam que os espaços tenham qualidades estéticas e visuais, sobre as quais se referenciam em Sitte (1992) para estabelecer propostas aos conceitos de fechamento, espaços positivos, forma e movimento. Ainda nesse sentido, referenciando-se em Zucker (1959), tratam da relevância artística das praças dentro das cinco categorias propostas pelo autor:

a praça fechada contida em si mesma, a praça dominada por um edifício, a praça nuclear formada em torno de um centro, as praças agrupadas e a praça amórfica sem limites definidos.

Carmona, Tiesdell, *et al.* (2010) também traçam como um de seus objetivos específicos para o espaço público o conceito de vitalidade, caracterizado pela variedade de usos, atividades, oportunidades, horários, unidades edificadas, aparência dos edifícios, entre outros. Definem também que os espaços devem ser bem localizados, de forma a permitir a conectividade do bairro e a permeabilidade visual.

Consideram essencial que os espaços correspondam às necessidades dos usuários provendo qualidades como conforto, diversos tipos de recreação ativa e passiva, além de promover encontros entre as pessoas. Outros objetivos referem-se ao projeto do centro do espaço e de seus limites, os últimos vinculados ao espaço privado.

Alexander, Ishikawa e Silverstein (1980) diferem na exposição da teoria por desenvolver uma linguagem de padrões baseados em estudos sobre a vida humana, entretanto também trazem prescrições de projeto aos espaços públicos. Apesar de serem padrões, deixam claro que são básicos e flexíveis e devem ser adaptados às necessidades locais e pessoais, de acordo com as circunstâncias de projeto. Parte dos padrões criados é referente à escala urbana para a criação de novos bairros e, no que se refere às áreas residenciais, os autores enfatizam a importância dos espaços comuns.

Em outros termos, para que uma vizinhança tenha identidade, contrapondo-se aos loteamentos residenciais homogêneos, Alexander, Ishikawa e Silverstein (1980) propõem a inserção de um terreno vegetado ou uma pequena praça pública ao alcance de toda a vizinhança em até três minutos a pé. Segundo os autores, os terrenos comuns compartilhados pela vizinhança atuam como foco aglutinador do grupo. Assim como Gehl (2011), entendem que a forma mais adequada para o arranjo da vizinhança é a disposição das residências no entorno do terreno comum. Entretanto, para que gere efetivamente essa sensação de união entre os moradores, estes espaços devem ter pequenas dimensões limitadas pelas capacidades visuais e de comunicação humanas.

Alexander, Ishikawa e Silverstein (1980) também orientam para que os terrenos comuns sejam dotados de espaços e equipamentos para jogos infantis e que devem ser conectados com o restante dos terrenos comuns das proximidades. Afirmam ainda que os espaços comuns de lazer que permitem a prática de esportes são necessários, inclusive, próximos à concentração de locais de trabalho da população.

Nesse sentido, a escolha dos autores para referenciar a extração de diretrizes projetuais deu-se em função dos que compartilham de forma unânime a opinião de que projetos urbanos devem sempre objetivar o uso pelas pessoas e não apenas uma forma física final.

Associando o referencial teórico conceitual ao debate exposto pelos teóricos estudados, identificou-se a ênfase dada à oportunidade de acesso e permanência no espaço para os usuários da vizinhança, garantidos principalmente pela alocação das praças como o “coração” do loteamento.

Outra característica comum observada entre os autores seletos é quanto ao vínculo essencial entre espaço público e espaço privado. Grande parte das orientações de projeto para os espaços públicos traz consigo orientações que são em verdade para o espaço privado, visto que ambos influenciam e são influenciados entre si, em função da interdependência espacial entre eles.

Os autores prescritivos utilizados como referência visualizam objetivos gerais em função do que ponderam como um bom funcionamento dos espaços. Para eles são delimitados ainda objetivos específicos que direcionam ações de projeto e que devem ser atingidos simultaneamente para engendrar o objetivo principal. De modo geral, cada objetivo específico traçado acompanha uma série de diretrizes projetuais necessárias para serem trabalhadas igualmente em conjunto. Para a sistematização de tais diretrizes, foram utilizados os termos de objetivo geral e objetivos específicos para os espaços e as respectivas diretrizes projetuais que, teoricamente, condicionam para a conquista dos objetivos. As orientações projetuais para as tomadas de decisão apresentadas acima foram sistematizadas em tabelas que se encontram presentes no apêndice deste trabalho.

5.2 Subsídios teóricos para o desenvolvimento da estratégia metodológica

A partir do referencial teórico prescritivo, as diretrizes projetuais foram sistematizadas por autor. Em função do diálogo entre eles, foi possível sintetizar as orientações a partir dos objetivos específicos estabelecidos em uma estrutura única categorizada em etapas projetuais que variam desde a concepção do espaço no processo de loteamento do bairro até a escolha dos componentes deste espaço. Essa estrutura dá origem ao *checklist* do protocolo de levantamento, que permite a verificação da consonância entre processo de projeto dos casos escolhidos com o processo identificado a partir do referencial prescritivo.

Tabela 1 Estrutura síntese das diretrizes projetuais para praças residenciais

1. Localização e acessos.		
Esta categoria reúne as orientações vinculadas à localização da praça no bairro, à orientação solar adequada condicionada pela localização escolhida. Engloba também a relação que se estabelece entre a praça e a rua que lhe proporciona acesso, e o espaço privado que a cerca. As questões de acesso propriamente dito são orientadas tanto em função das facilidades de ingresso pelas pessoas no espaço, quanto aos cenários e atividades proporcionados pela praça.		
No Bairro:	Barnett, 2003	Para que seja acessível a pé em até 5 minutos, adotar como distância máxima um raio de 350m do ponto mais distante da vizinhança;
	Gehl, 2011	A distância máxima a qualquer ponto do bairro deve ser de 400-500m;
	Spreiregen, 1971	A praça deve estar localizada a, no máximo, 750m de qualquer ponto do bairro;
	Gehl, 2011	A acessibilidade é fundamental para encorajar as pessoas e atividades a direcionarem-se ao espaço público;
	Bentley, 1999	A permeabilidade física é necessária e depende da disposição do espaço público na quadra;
	Alexander, 1980	Deve haver pequenas zonas verdes localizadas no coração das vizinhanças;
	Carmona, 2010	Os espaços públicos devem estar localizados nos pontos mais importantes do bairro;
	Bentley, 1999	As praças podem acontecer como nós, enfatizando-os e garantindo maior legibilidade ao bairro;
	Alexander, 1980	A pequena praça pública pode gerar um nó apenas com sua presença, desde que esteja localizada no cruzamento dos caminhos mais usados;

	Spreiregen, 1971	Os espaços abertos podem ser utilizados para reformar a trama do tráfego local;
	Carmona, 2010	Priorizar o menor esforço ao longo da área;
Em relação à rua:	Whyte, 1980	A rua é um espaço-chave para a praça; Uma boa praça começa na esquina (que tem vida própria);
	Whyte, 1980 / Barnett, 2003	Acessos devem ser diretos e no nível da rua;
	Whyte, 1980	A transição entre a rua e outro espaço livre é ideal se for difícil de distinguir onde um começa e o outro termina;
	Carmona, 2010	O encontro das ruas com a praça deve acontecer de modo que só seja possível enxergar uma rua de cada vez; Separar uma parte do tráfego de veículos para que o espaço torne-se relaxante;
	Alexander, 1980	Para preservar as zonas verdes para funções comunitárias, não cercar o espaço com ruas com carros; As ruas podem fazer parte desses terrenos e receber tratamento de ruas verdes;
Em relação ao espaço privado:	Gehl, 2011	Prover rotas de aproximadamente 50m entre o espaço privado e o público;
	Alexander, 1980	A área vegetada deve estar localizada a aproximadamente 3 min de distância das residências.
	Gehl, 2011	Pequenas áreas recreacionais posicionadas diretamente em frente às casas são mais satisfatórias do que grandes áreas difíceis de acessar; Prover fronteiras suaves e flexíveis na forma de zonas de transição entre o espaço público e o privado;
	Barnett, 2003	Os edifícios do entorno devem ser baixos;
	Bentley, 1999	Voltar o maior número possível de fachadas ativas com acessos para o local;
Acesso de quem?	Gehl, 2011	Limitar ao máximo o acesso de veículos;
	Lynch, 1981	Dar preferência ao acesso de um número moderado de pessoas ao espaço;
	Alexander, 1980	Devem ser espaços abertos que todos possam acessar;
Acesso a que?	Lynch, 1981	Permitir o acesso a outras pessoas, a atividades humanas e aos recursos naturais; Promover acesso claro e fácil a uma variedade moderada de pessoas, produtos e cenários ao mesmo tempo;
	Alexander, 1980	Dar acesso a plantas, animais e água;
Circulação no espaço interno:	Gehl, 2011	Evitar diferenças de nível dentro da praça; Para mudanças de nível indispensáveis, optar pelas rampas;
	Carmona, 2010	Criar espaços sem barreiras para os usuários

		portadores de necessidades especiais;
	Bentley, 1999	Devem ser estabelecidos limites aos espaços, principalmente ao ar livre;
	Gehl, 2011	Posicionar entradas e saídas fáceis nos locais onde é natural tê-las;
	Barnett, 2003	Projetar rotas diretas e no nível da rua;
	Gehl, 2011 / Bentley, 1999	Ofertar grande quantidade de alternativas de rotas para ir de um ponto a outro do espaço;
	Gehl, 2011	Prover pavimentação adequada para os espaços de caminhada. Evitar areia, pedras e superfícies úmidas;
		Não projetar rotas monótonas onde seja possível visualizar todo o caminho a percorrer;
		Não posicionar obstáculos que direcionem os pedestres para a periferia da praça, pois as pessoas cortam caminho cruzando as praças em diagonal;
		Para espaços de dimensões maiores, posicionar as rotas próximas aos limites para que o pedestre possa experimentar tanto o interior do espaço como a rua;
		Prover rotas que permitam conversar com uma companhia durante uma caminhada;
		Proporcionar rotas de caminhada e espaços de descanso nas melhores áreas com relação ao clima, provendo barreiras contra o vento como árvores, cercas ou áreas cobertas;
Orientação solar:	Barnett, 2003	A orientação norte deve ser evitada (quando no hemisfério norte)
	Alexander, 1980	Garantir que esses espaços estejam sempre ao sol;
	Whyte, 1980	A praça deve estar orientada de forma que receba sol o ano todo, para isso, os edifícios do entorno devem ser baixos;
		Onde houver edifícios altos no entorno, colocar espelhos e metais nas fachadas para que reflitam o sol na praça;
	Barnett, 2003	Verificar se os edifícios do entorno não provocam correntes de vento;
	Bentley, 1999	Para espaços públicos ao ar livre, prover locais que recebam sol e outros protegidos com sombra;
Gehl, 2011	Proporcionar rotas de caminhada e espaços de descanso nas melhores áreas com relação ao clima, provendo barreiras contra o vento como árvores, cercas ou áreas cobertas;	
2. Conformação.		
Essa categoria é determinada pelas orientações relacionadas à forma e às dimensões ideais para as praças residenciais. Traz informações quanto ao número de usuários visando a proporcionalidade em relação às dimensões propostas e também no que diz respeito à criação de setores internos que permitem a redução da escala e a simultaneidade de atividades e usuários minimizando conflitos.		

Forma:	Bentley, 1999	Enfatizar a importância do elemento público ignorando qualquer homogeneidade do conjunto do bairro;
	Spreiregen, 1971 / Bentley, 1999	Para que os usuários se familiarizem com maior facilidade com o espaço, projetar a praça com formato côncavo;
	Alexander, 1980	Marcar os limites do espaço com um banco corrido ou uma parede de vegetação;
Dimensão:	Alexander, 1980	É essencial que o tamanho da praça não seja excessivo;
	Gehl, 2011	As construções individuais e os serviços devem ser posicionados de forma que o sistema de espaços públicos seja o mais compacto possível;
	Carmona, 2010	Projetar tamanho e espaços adequados aos usos propostos;
	Alexander, 1980	O diâmetro adequado para esses espaços é de aproximadamente 20m;
	Spreiregen, 1971	Para criar espaços íntimos, utilizar a dimensão máxima de 25m;
	Gehl, 2011	As dimensões internas do espaço devem ser reduzidas e consideradas a partir dos limites visuais dos indivíduos de 20-140m;
	Alexander, 1980	A área vegetada na vizinhança deve ter aproximadamente 5.500m ² de superfície e, no mínimo, 50m do lado menor;
	Lynch, 1981	Para que a praça tenha transparência, as dimensões devem permitir que os usuários compreendam com facilidade as relações sociais e os processos que ocorrem no local;
	Spreiregen, 1971 / Gehl, 2011	Em praças de dimensões maiores, a superfície da praça pode ser desenhada em partes mais íntimas como forma de reduzir a escala;
Setorização:	Carmona, 2010	Prover espaços "marginais" onde o comportamento livre possa acontecer sem danos;
	Gehl, 2011	Uma boa política de trânsito para a área pode regular para que a integração entre circulação do tráfego, atividades no entorno das casas e crianças brincando possam estimular umas às outras;
	Whyte, 1980	Prever os espaços considerando que os eventos acontecem preferencialmente no sentido dos limites para o centro;
	Whyte, 1980	Permitir encontros criando espaços para permanência de grupos ou para indivíduos isolados;
	Whyte, 1980	Identificar quais áreas das praças do contexto em questão são mais utilizadas e reproduzi-las;
Bentley, 1999	Os espaços públicos devem concentrar várias atividades ao mesmo tempo;	
Carmona, 2010	Projetar um espaço que suporte diferentes atividades;	
		Projetar os espaços para que suportem o

		acontecimento de eventos culturais e encontro entre pessoas;
		Distinguir as boas e más atividades e controlá-las para que apenas as boas possam acontecer no local;
		Separar as atividades de grupos que não se toleram;
		Criar espaços flexíveis que suportem preferências distintas;
	Barnett, 2003	Criar um setor para alimentação, mas não ao longo de todo espaço para não constranger quem não pretende comer;

3. Aspectos visuais.

As orientações direcionadas aos chamados aspectos visuais do espaço correspondem aos elementos que, por estarem ao alcance da visão dos usuários, influenciam na qualidade da praça. Entretanto, eles não precisam necessariamente estar dentro do espaço. São referentes aos limites, às edificações do espaço privado e à permeabilidade visual deste para com o espaço público e dentro dos limites da praça.

Espaço privado:	Spreiregen, 1971	Devem ser dispostos diferentes edifícios no entorno para garantir a circulação de diferentes pessoas pelo espaço;
	Gehl, 2011	Prover, nas fachadas do entorno, detalhes para atrair pessoas a encostarem e observar o que se passa no espaço;
	Spreiregen, 1971	Para obter fechamento, deve haver continuidade da superfície do entorno, as fachadas devem estar subordinadas ao espaço que se forma;
	Spreiregen, 1971 / Carmona, 2010	O fechamento deve ser de, aproximadamente, 1:3;
	Bentley, 1999	O fechamento deve ser moderado, de aproximadamente 1:4;
		Os limites devem ser bem definidos por muros ou árvores para reduzir a amplitude real;
		As qualidades visuais devem ser trabalhadas nos elementos que delimitam o entorno: fachadas, muros, e possíveis marcos que proporcionariam a legibilidade do bairro;
	Bentley, 1999 / Carmona, 2010	Garantir variedade no estilo e design dos edifícios do entorno;
Bentley, 1999	As fachadas do entorno devem seguir padrões de altura e proporção entre si e em suas aberturas;	
Barnett, 2003	Os edifícios do entorno devem ser baixos para privilegiar a escala do pedestre;	
Fachadas ativas:	Gehl, 2011 / Bentley, 1999 / Carmona, 2010	Posicionar as fachadas ativas das construções do entorno voltadas para o espaço público;
	Barnett, 2003 / Alexander, 1980	Em áreas exclusivamente residenciais, a frente das casas deve relacionar-se com o espaço público;
Permeabilidade visual:	Gehl, 2011	Deve ser possível enxergar das casas o que se passa no espaço público;

	Bentley, 1999	Fachadas ativas devem estar voltadas para o espaço público promovendo a permeabilidade visual do espaço privado para o espaço público; A permeabilidade visual é necessária e depende da disposição do espaço público na quadra; A permeabilidade visual depende da visibilidade das alternativas de rotas internas no espaço público;
	Carmona, 2010	Projetar espaços sem barreiras para intensificar a percepção do ambiente pelos usuários; Projetar ambientes simplificados que promovam a interação das pessoas entre si e com o espaço; Manter as pessoas visíveis umas às outras;
4. Componentes do espaço.		
Os componentes do espaço consistem nos equipamentos como mobiliário e iluminação, e vegetação. As orientações referentes ao mobiliário limitam-se aos assentos, à presença de elementos com água e objetos.		
Objetos:	Barnett, 2003 / Carmona, 2010	Implantar algum marco para referência externa;
	Barnett, 2003	Todos os componentes da praça devem ser claramente identificáveis;
	Lynch, 1981	Devem ser implantados símbolos legíveis ou claros o suficiente para que os usuários consigam comunicar-se através deles;
	Spreiregen, 1971	Onde houver objetos mais detalhados é necessária maior incidência de luz, preferencialmente a luz solar;
Iluminação:	Ghel, 2011 / Barnett, 2003	Iluminação é essencial, principalmente na escala do pedestre, e deve ser aconchegante e direcionada
	Barnett, 2003 / Carmona, 2010	Devem ser bem iluminadas para não oferecer perigo no período noturno;
Água:	Whyte, 1980	As vantagens em prover água na praça é a possibilidade de poder sentar-se e olhar para ela; A presença de água ameniza o som da rua movimentada substituindo-o por um som relaxante;
Assentos:	Whyte, 1980	A presença de assentos é essencial;
	Barnett, 2003	Prover locais adequados para se sentar pelo tempo que for desejado;
	Whyte, 1980	Quanto maior for o número de opções de assentos, maior será a concentração de usos na praça; Disponer número de assentos equivalente a, no mínimo, 10% da área;
	Ghel, 2011	Oferecer diferentes oportunidades para se sentar: bancos, cadeiras, escadas, muretas, pedestais, fontes e monumentos;
	Barnett, 2003	Além de bancos e cadeiras, prover muretas e floreiras de alturas adequadas para se sentar;
	Carmona, 2010	Projetar nos limites locais para se sentar, formais ou informais;
	Ghel, 2011	Disponer os assentos nos limites para oferecer maior

		possibilidade de observação do espaço; A localização dos bancos deve estar vinculada às qualidades do lugar; Prover assentos afastados das ruas movimentadas;
	Barnett, 2003	Disponer os assentos próximos às áreas de circulação;
	Whyte, 1980	Combinar as árvores com os assentos;
	Ghel, 2011	A orientação dos assentos deve ser escolhida de forma que permitam a visibilidade do espaço e dos usuários e o recebimento de luz solar e circulação de ar; Prever assentos confortáveis para permanecer sentado e para se sentar e levantar com facilidade; A conversa com uma companhia tem que ser possível quando se estiver sentado; O arranjo dos assentos pode promover oportunidades para conversa quando dispostos em círculo ou em ângulo;
	Whyte, 1980	As pessoas devem ter várias opções de assentos confortáveis, de material e altura adequados e com encosto;
	Barnett, 2003	Posicionar os bancos fixos próximos, porém de forma que estranhos não se sintam desconfortáveis;
	Whyte, 1980	Prover encosto em, no mínimo, 5% dos assentos; Considerando as muretas como assentos fixos, o ideal é que os bancos sejam móveis para que possam ser remanejados se necessário; Disponer cadeiras móveis e com encosto para aumentar as possibilidades de arranjo dos assentos; Assentos fixos individuais não são adequados; As alturas dos assentos podem variar de 30 cm a 90 cm; A profundidade deve ser suficiente para duas pessoas sentarem-se confortavelmente uma de cada lado da superfície: 70 cm a 90 cm; Transformar barreiras e outras superfícies em assentos;
Vegetação:	Alexander, 1980	Preservar as árvores antigas e configurar a vegetação de modo que torne os espaços agradáveis;
	Ghel, 2011	Criar oportunidades para os usuários experimentarem o bom clima e assistir às mudanças de estação através de árvores e flores;
	Whyte, 1980	As árvores embelezam a paisagem, proporcionam conforto térmico e fechamento;
	Lynch, 1981	Projetar um espaço em harmonia com a natureza, com a área na qual será inserido e com os usos previstos e esperados para ele;

	Whyte, 1980	Para um espaço de 1.500m ² , são necessárias no mínimo 6 árvores; Criar áreas com sombra distribuídas na praça; Plantar as árvores formando pequenos bosques;
	Gehl, 2011	Proporcionar rotas de caminhada e espaços de descanso nas melhores áreas com relação ao clima;
	Whyte, 1980	Combinar as árvores com os assentos;
	Bentley, 1999	As entradas devem estar bem marcadas nos limites através da disposição da vegetação como forma de enfatizar o papel do nó;
5. Usuários.		
Essa categoria contém todas as orientações relacionadas aos usuários da praça. Engloba questões vinculadas à vigilância natural do espaço e às possibilidades de desenvolver atividades, sejam elas ativas ou passivas.		
Fachadas ativas:	Gehl, 2011 / Lynch, 1981	Promover a vigilância natural do espaço;
	Carmona, 2010 / Gehl, 2011	Posicionar fachadas ativas nos limites da praça;
	Gehl, 2011	Mais importante do que as estatísticas de risco da área é o sentimento de risco e incerteza dos usuários;
	Barnett, 2003	Concessão para venda de alimentos e bebidas é uma forma econômica de garantir vigilância natural;
Atividades:	Carmona, 2010	Proporcionar novas experiências aos usuários para incentivar descobertas;
	Alexander, 1980	Reservar alguma estrutura antiga para que possa ser usada de diferentes maneiras;
	Lynch, 1981	Projetar ambiente adequado às atividades e comportamento esperados dos usuários;
		O programa do espaço deve corresponder ao conjunto de comportamentos desejados;
		As qualidades espaciais devem ser adequadas para suportar os comportamentos desejados;
	Como o comportamento previsto pode nunca ocorrer ou se transformar ao longo tempo, projetar espaços flexíveis e adaptáveis a possíveis mudanças;	
Carmona, 2010	Para que as pessoas permaneçam e desenvolvam atividades, o projeto do espaço deve proporcionar conforto ambiental, físico e psicológico;	
Alexander, 1980	Habilitar funções comunitárias dentro desses espaços;	
Recreação ativa:	Spreiregen, 1971	Além das funções de passagem e cruzamento, projetar espaços em que cerimônias tradicionais possam acontecer;
	Alexander, 1980	Prover espaço para bandas locais tocarem;
		Oportunidades para a prática de esportes são fundamentais;
		Permitir a prática de esportes individuais ou

		coletivos, como pingue-pongue, basquete, ginástica, entre outros;
	Gehl, 2011	Instalar atividades que atraiam as pessoas para o espaço público como banca de revistas, restaurante, lojas, prática de esportes, jardinagem, playground para crianças, entre outros;
		Permitir que diferentes atividades ocorram ao mesmo tempo na praça: futebol, encontros políticos, serviços religiosos, concertos, teatros, performances, cafés, jogos, dança, entre outras;
	Whyte, 1980 / Alexander, 1980	Instalar pontos de alimentação na praça, pois é uma forma de atrair pessoas;
	Bentley, 1999	Onde não há tráfego de automóveis, implantar elementos que “animem” o local como cafés, fontes, monumentos, entre outros;
	Carmona, 2010	Criar oportunidades para encontros de pessoas através de espaços para jogos, atrações, pontos de transição, entre outros;
	Alexander, 1980	Dentro dos espaços é necessário reservar um espaço para brincadeiras de crianças;
Recreação passiva:	Alexander, 1980. / Carmona, 2010	Projetar espaços em que os usuários possam parar e observar as pessoas em atividade;
	Carmona, 2010	Separar uma parte do tráfego para que o espaço torne-se relaxante; Permitir atividade passiva oferecendo locais para observação.

6 ESTUDOS DE CASOS

Para adaptar as diretrizes projetuais encontradas a partir da teoria prescritiva para o contexto em questão, faz-se necessária a verificação dos atributos levantados em praças localizadas em conjuntos habitacionais de interesse social. O resultado permitirá descartar os atributos inadequados e acrescentar aspectos físicos e socioculturais próprios desta realidade. A cidade de Londrina configura um cenário adequado para tal investigação, visto que apresenta inúmeros conjuntos habitacionais implantados com características que reforçam a problemática da qual trata essa pesquisa, em diferentes fases temporais.

6.1 Breve histórico da cidade de Londrina com foco na produção da habitação social

Londrina foi implantada pela Companhia de Terras do Norte do Paraná — CTNP — que viabilizou as construções dos primeiros loteamentos por volta de 1929, período de progresso cafeeiro, e foi oficialmente fundada em 1934 (PASSOS, 2007). A Companhia trouxe como plano original de desenvolvimento para a região norte do Paraná uma rede de cidades que formaram um eixo estrutural de polos de serviços urbanos e centros de comércio (MENEGUETTI e REGO, 2008). Como parte deste plano, estava determinado o traçado inicial de Londrina com malha de caráter ortogonal, que hoje caracteriza o centro principal da cidade, cortado no eixo leste-oeste pela ferrovia que a conectava aos demais municípios implantados. Como intenção do planejamento, a cidade deveria alojar até 20.000 habitantes.

Segundo Müller (2001), a expansão inicial de Londrina deu-se de forma relativamente espontânea, em termos da influência sofrida pelos preços impostos sobre os terrenos pela própria CTNP, categorizando as áreas como de alta ou baixa renda. Fresca (2002) caracteriza o crescimento posterior de

Londrina em função de três condicionantes principais: o Shopping Catuaí (Região Sul), os programas da Companhia de Habitação — COHAB — e os loteamentos financiados pela Caixa Econômica Federal. Os loteamentos “passaram a ser implantados em anteriores vazios urbanos, bem como em áreas periféricas da cidade, onde os lotes sofreram forte redução de área, especialmente para as classes menos favorecidas” (FRESCA, 2002, p. 242).

Ao final da década de 60 e durante a década de 70 os conjuntos habitacionais financiados pelo BNH começam a ser construídos em Londrina em parceria com entidades como a INOCOOP e a COHAB. A atuação da COHAB teve início efetivo já no começo da década de 70, na implantação dos primeiros conjuntos habitacionais. A partir da listagem elaborada por Martins e Fresca (2005) dos conjuntos habitacionais e suas respectivas datas e localizações de implantação na cidade de Londrina, é possível observar que neste período os conjuntos foram dispostos proporcionalmente em todas as zonas periféricas ao centro, sendo norte, sul, leste ou oeste, já recorrendo aos vazios urbanos para valorização imobiliária.

Na década de 80, a INOCOOP é responsável pela implementação de 1.134 unidades na cidade (IPPUL, 1996). É a partir desse momento que a expansão da mancha urbana de Londrina muda sua direção do sentido leste-oeste — devido ao sentido da ferrovia — e começa a crescer no sentido norte. Esse fato ocorre em função da implantação concentrada dos conjuntos habitacionais na zona norte da cidade, conhecida como “Cinco Conjuntos” (POLIDORO e NETO, 2009).

Segundo Fresca (2002), esse momento foi marcado pela instalação dos bairros: Eng. Milton Gavetti, com 740 casas, Parigot de Souza I e II com 1.170 casas, João Paz com 814 casas, Semiramis Barros Braga com 817 unidades, Aquiles Stenghel, Vivi Xavier e Luiz de Sá com 1.000 unidades cada um, visivelmente de dimensões e densidades significativas. Dessa forma, a zona norte passa a ser caracterizada por uma paisagem formada por imensos conjuntos habitacionais afastados do centro da cidade por grandes vazios urbanos e carentes de infraestrutura e equipamentos.

Simiema (1998) destaca que a população deslocada para a região norte com os primeiros conjuntos habitacionais sofre as consequências da falta de infraestrutura básica necessária e da proximidade dos conjuntos às áreas de mananciais, mostradas em relatos pessoais aos jornais da época. Os principais problemas relatados convergem para a falta de luz elétrica, rede de esgoto e coleta de lixo; a invasão das casas por animais advindos das matas nativas; a falta de transporte público; o tempo de deslocamento; e a falta de comércio e serviços básicos.

Ao longo das décadas de 90 e 2000 a implantação de conjuntos habitacionais na região norte da cidade persiste, porém agora preenchendo parte dos vazios deixados e contando com provisionamento de infraestrutura. Hoje ainda prevalece a escolha da região norte de Londrina para alocação de conjuntos habitacionais, como visto nos dois empreendimentos recentemente implantados pelo programa MCMV.

Sabe-se que a procura por terrenos de valores baixos em áreas periféricas é uma das principais características do processo de produção da habitação social brasileira. No caso de Londrina, a caracterização da área como propícia à instalação de habitação social desde a década de 80 induziu ainda mais a produção de conjuntos nesta região. Este fato motivou uma segregação sócio-espacial do território de Londrina, delineando um divisor entre a zona norte e as demais regiões da cidade.

Figura 3 Mapa de Londrina com destaque para a zona norte

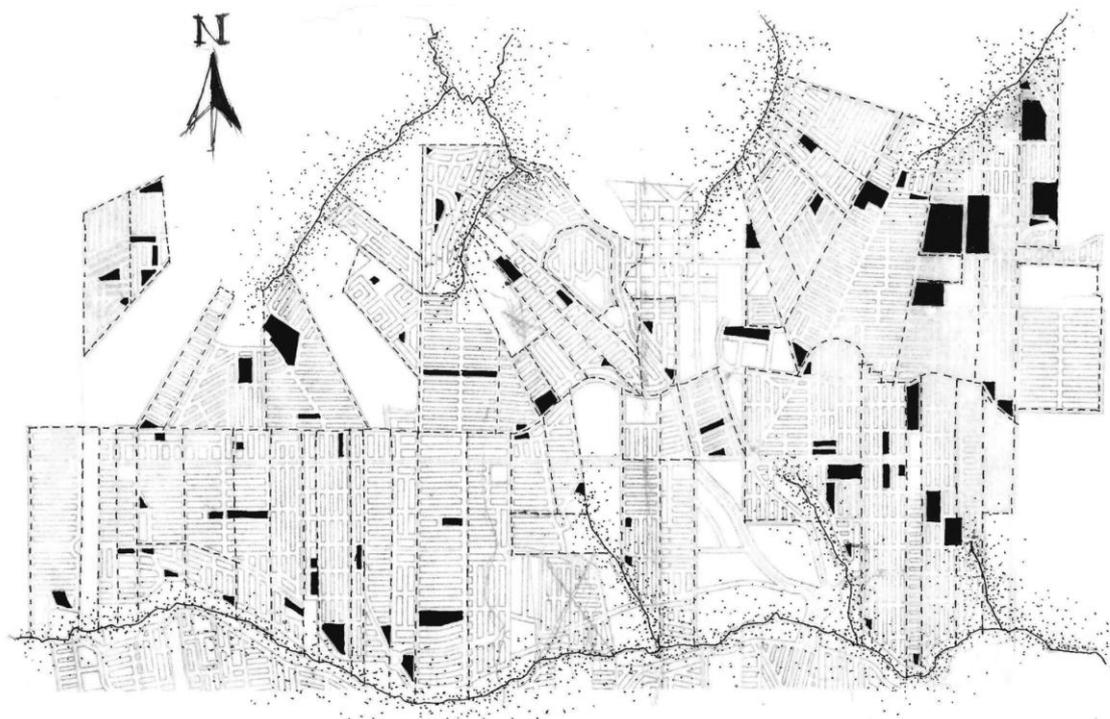
Fonte: IPPUL, organizado pela autora

A prática reproduzida em todos os conjuntos da zona norte de Londrina, como debatido no capítulo 2, também é carente de qualidade projetual frente aos objetivos econômicos. Observa-se a conformação de uma paisagem homogênea, onde prioriza-se os terrenos privados em busca do maior número de unidades habitacionais, enquanto a instituição de espaços públicos se limita, na sua grande maioria, ao cumprimento das dimensões estabelecidas por lei.

Em pesquisa anterior foi demonstrado que a quantidade de áreas de praças dos CHIS da zona norte é proporcional às dimensões dos loteamentos conforme exigência da lei. Entretanto, os parcelamentos das quadras não são concebidos em função dos espaços livres de lazer, as praças não apresentam projeto pré-estabelecido e 40% dos espaços analisados foram utilizados para construção de edificações de uso institucional. Além disso, mais de 60% das praças estão dispostas nas porções norte ou sul dos loteamentos, geralmente próximas às divisas dos bairros (AYOUB e KANASHIRO, 2012). Tais

constatações demonstram que a concepção dos espaços livres de uso público não privilegiam o cumprimento de suas funções de lazer e sociabilização.

Figura 4 Mapa das praças localizadas na Zona Norte de Londrina



Fonte: IPPUL, modificado pela autora

Sob essa perspectiva, foram definidos como objetos de estudo dessa pesquisa os espaços livres de uso público aprovados como praças nos conjuntos habitacionais de interesse social da cidade de Londrina, identificados a partir da planta cadastral do município.

A aprovação das praças é condicionada à do loteamento residencial a partir da legislação referente ao parcelamento do solo urbano de Londrina, responsável por estabelecer a porcentagem mínima de área a ser destinada às praças públicas em cada novo loteamento urbano. A Lei nº 7.483/98, em vigência até o presente momento, traz a definição de espaço livre de uso público como “a área de terreno de propriedade pública e de uso comum e/ou especial do povo, destinada à recreação, lazer ou outra atividade ao ar livre” (Artigo 5º, item XV).

No parágrafo 3º do artigo 50, a lei institui ainda que “Os espaços livres destinados a praça deverão ser entregues pelo loteador ao Município

totalmente ajardinados e arborizados e com as benfeitorias e equipamentos próprios de praça, devendo o loteador aprovar o projeto de urbanização da praça junto a Diretoria de Projetos do IPPUL juntamente com o projeto de loteamento”.

Anteriormente, a Lei de Parcelamento do Solo Urbano de Londrina nº 133/51, que indicava como referências para a elaboração de novos loteamentos residenciais modelos de concepções de projetos urbanísticos de precursores teóricos, também inseria as praças públicas, juntamente com jardins e parques públicos, na categoria de espaços livres a serem destinados ao município pelos loteadores. Segundo essa lei, somente poderiam “ser nominadas como praças as áreas afetadas e/ou destinadas a essa finalidade” (Artigo 146, parágrafo 1º, item j).

6.2 Seleção das amostras

Para viabilizar o recorte dos estudos de caso deste trabalho, objetivando a verificação da aplicabilidade do discurso prescritivo de teorias norte americanas e europeias, os critérios de seleção das amostras foram estabelecidos a fim de levantar “bons projetos”. Dessa forma viabiliza-se a averiguação de aspectos projetuais teoricamente adequados ao cumprimento das principais funções pré-estabelecidas para as praças de conjuntos habitacionais.

O principal destaque considerado a partir dos referenciais teóricos estudados é referente ao posicionamento da praça como o “coração” do loteamento residencial, para que esta seja a mais acessível possível e aglutinadora das relações sociais entre os moradores da comunidade.

Partindo desse pressuposto, entende-se que para analisar “bons projetos”, onde seja possível o reconhecimento de aspectos projetuais, é necessário, primeiramente, que essas praças tenham sido concebidas como uma das principais condicionantes durante o traçado do loteamento, e não terrenos escolhidos aleatoriamente após o parcelamento das quadras.

Nesse sentido, a seleção das amostras para os estudos de casos foi baseada em critérios físicos qualitativos estabelecidos a partir do referencial teórico de conceituação e classificação das praças.

Primeiramente, foram levantados todos os conjuntos habitacionais de interesse social unifamiliares implantados na cidade de Londrina. A listagem dos conjuntos foi realizada a partir dos dados disponibilizados pela Secretaria de Obras de Londrina, pela Companhia de Habitação de Londrina — COHAB — e no trabalho de Martins e Fresca (2005).

A partir da listagem completa dos conjuntos levantada, utilizou-se da Planta Cadastral do município para acessar o projeto de cada loteamento. Simultaneamente, utilizou-se o Google Earth como metodologia⁸ para avaliação de informações relativas à implantação dos conjuntos e respectivas praças. Com isso, foi possível a identificação das praças que não estão adequadas ao conceito e às funções definidos a partir do referencial teórico, o que resultou em cinco recortes para o descarte dessas praças como possibilidades para o estudo de caso.

O primeiro recorte, definido a partir da delimitação das praças como espaços livres de construção, permitiu descartar todas as praças que apresentam alguma construção sobre sua área. Grande parte dos parcelamentos destinados a conjuntos habitacionais de interesse social tem suas áreas institucionais insuficientes ou inexistentes, dificultando a construção dos edifícios que são implantados nas áreas livres destinadas ao lazer. Essa situação é recorrente visto que a legislação exige apenas 3% de áreas institucionais, muitas vezes insuficientes em relação à demanda gerada pelas altas densidades e pela falta de planejamento.

Em função dos critérios de acesso, centralidade e possibilidade para desenvolver atividades definiu-se o segundo recorte com o descarte das praças localizadas adjacentes aos fundos de vale. Visto que o fundo de vale não é área parcelável e, portanto, serve de limite ao loteamento, a localização da praça a torna acessível apenas à porção do bairro próxima a esse limite. Outro fator significativo é a declividade dessas áreas que impede o desenvolvimento de atividades e a implantação de equipamentos de lazer. Dessa forma, é possível concluir que esses espaços são deixados livres pela impossibilidade do parcelamento e construção em função da preservação e da declividade.

⁸ Metodologia apresentada por TAYLOR, FERNANDO, *et al.* (2001), como alternativa ao **POST** para análise de determinados fatores físicos de uma amostra numerosa em um curto período de tempo.

Essa afirmação contrapõe a ênfase dada pelos autores sobre a diferença entre uma praça efetiva e um espaço deixado livre de edificação na quadra, que motivou da mesma forma os recortes subsequentes.

O terceiro recorte tratou de descartar as praças localizadas nas “sobras” do parcelamento das quadras e definição do sistema viário. São caracterizadas predominantemente pela forma triangular e pelas pequenas dimensões. No quarto recorte as praças descartadas foram aquelas localizadas nos espaços intraquadra deixados livres de construção a partir do parcelamento pré-estabelecido. O quinto e último recorte, seguindo o mesmo critério, além do fato de não estarem cercadas por edificações, descartou as praças que fazem parte da estrutura do sistema viário, como as rotatórias e os canteiros centrais.

Realizados os recortes, dentre os 101 (cento e um) conjuntos habitacionais identificados em Londrina, foram selecionados seis que apresentaram as praças como uma das principais condicionantes para o projeto do loteamento, totalizando apenas 5% do total, aproximadamente. Nesse sentido, entende-se que representam particularidades frente à totalidade dos conjuntos habitacionais, justificando a escolha desses casos a serem estudados para adaptar as proposições teóricas ao contexto dos CHIS.

Três importantes fatores destacam-se a respeito dos conjuntos selecionados. Em primeiro lugar, todos foram implantados entre 1960 e 1980, período anterior à implementação da Lei Federal nº 6766/79. O segundo fator relevante corresponde às instituições responsáveis pela implantação dos conjuntos. A COHAB é a principal responsável pela implantação da grande maioria dos conjuntos em Londrina, entretanto apenas 50% dos conjuntos selecionados são de responsabilidade da instituição. E por último, mas não menos importante, é relativo à localização periférica de todos os conjuntos.

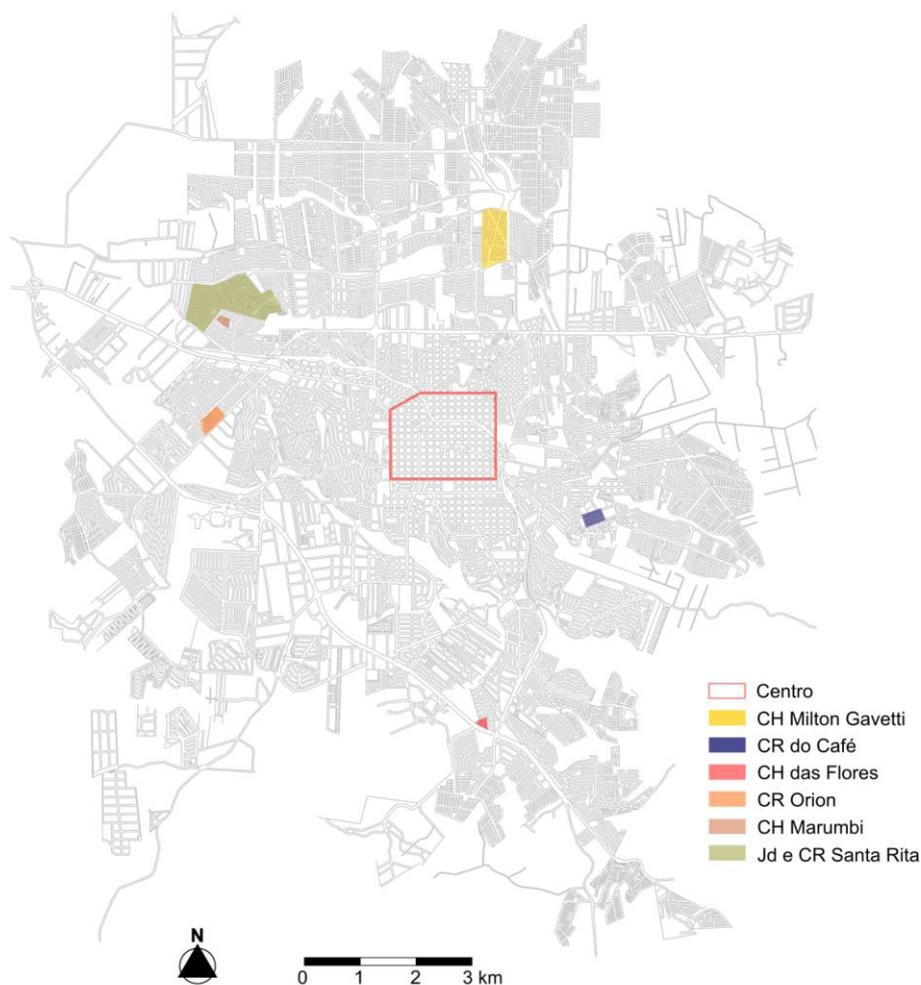
Os conjuntos habitacionais selecionados e suas respectivas praças estão listados a seguir:

Tabela 2 Listagem dos conjuntos habitacionais onde se localizam as praças em estudo

Conjunto habitacional	Data de implantação	Instituição responsável	Nº de praças analisadas
Conj. Resid. Orion	Déc.80	INOCOOP	2
CH Eng. Milton Gavetti	1978	COHAB	3
CH Marumbi	1976	COHAB	1
CH Flores	1970	COHAB	1
Conj. Resid. Café	1969	INOCOOP	6
Jd e Conj. Resid. Santa Rita (I-VII)	1966/1981-85	CODAL/INOCOOP	6

Fonte: MARTINS e FRESCA, 2005, COHAB e IPPUL, 1996

Figura 5 Mapa de Londrina com a localização dos conjuntos



Fonte: IPPUL, organizado pela autora

6.3 Estratégia de levantamento *in loco*

A coleta das evidências dos estudos de casos se dará por meio de observação direta *in loco* guiada pelo *checklist* do protocolo, para averiguação dos itens de projeto. Uma segunda fonte de evidências consiste em entrevistas informais semiestruturadas com moradores-usuários para a extração de informações sobre a dimensão social do espaço.

Para a elaboração do *checklist*, buscou-se simplificar as orientações projetuais levantadas para transformá-las em itens de observação de modo a tornar possível a anotação da presença ou ausência de cada um. Dessa forma, o protocolo encontra-se dividido sob os critérios das cinco categorias descritas anteriormente e suas respectivas subdivisões, a saber:

Tabela 3 Categorias e respectivos atributos e itens de projeto componentes do checklist

CATEGORIA/ETAPA PROJETUAL	ATRIBUTOS	ITENS DE PROJETO
Localização, acessos, circulação interna e incidência solar:	Relação com a rua	Transição por via local; mesmo nível da rua; uma rua chega em cada lado da praça;
	Relação com espaço privado	Distância do espaço privado; limite definido; fachadas ativas;
	Acesso a que	Natureza; recreação ativa; recreação passiva;
	Rotas internas	Quantidade; cruzam a praça; nos limites; dimensão; obstáculos; protegidas do clima; pavimentadas; monótonas;
	Incidência solar	Sol o ano todo; espaços com sombra; espaços com sol; sombras distribuídas; sombras nas rotas; sombra nos bancos;
Conformação:	Forma	Formato; é um nó; enfatiza o espaço público;
	Dimensão	Até 25m no lado maior; ou até 100m no lado maior;
	Nº de usuários	Acesso de quem;
Aspectos visuais:	Espaço privado	Variedade; escala do pedestre; conjunto; muros;
	Permeabilidade visual	Privado para o público; dentro do espaço; das rotas; das pessoas; dos limites;
Componentes do espaço:	Objetos	Presença de objetos;
	Iluminação	Iluminação suficiente; iluminação na escala do pedestre;
	Água	Presença de elemento com água;
	Assentos	Presença de assentos; quantidade; móveis; individuais; na sombra; no sol; com encosto; nas rotas; permitem ver pessoas; informais; informais confortáveis;
	Vegetação	Arborização suficiente; arborização distribuída; pequeno bosque;
Oportunidades aos usuários:	Fachadas ativas	Presença de fachadas ativas; nos limites; nº de fachadas ativas;
	Segurança	Sentimento de incerteza; uso noturno;
	Oportunidade de recreação	Recreação ativa; recreação passiva; recreação passiva longe do trânsito; passiva para observação;
	Setorização	Setorização; setorização das atividades; setorização dos usuários; setor para alimentação;
	Atividades	Atividade residencial nos limites; atividades adequadas; permite alteração nas atividades; promovem interação.

A observação direta consiste, portanto, na identificação da presença das variáveis físico-espaciais contidas no *checklist* do protocolo e dos usos e formas de apropriação. Associadas ao *checklist*, conta-se com as entrevistas informais desenvolvidas com os moradores-usuários que utilizam a praça no momento do levantamento, visando desvendar a dimensão social referente a cada espaço.

Os levantamentos serão feitos nos finais de semana, no período vespertino, horário destinado ao lazer da população trabalhadora, e também para crianças e adolescentes que frequentam creches e escolas.

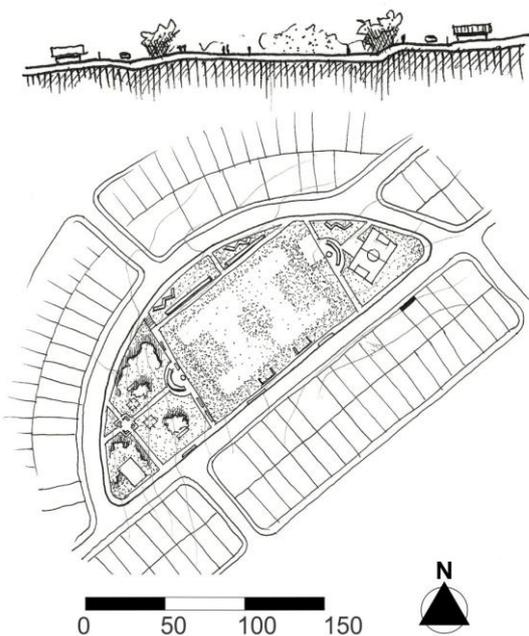
6.4 Evidências coletadas

A fim de expor um panorama geral das praças para possibilitar a visualização de como se apresentam as evidências coletadas, apresenta-se uma síntese das informações obtidas a partir dos levantamentos relativos aos conjuntos habitacionais e suas respectivas praças selecionadas para o estudo.

Tabela 4 Evidências coletadas: síntese das informações por praça.

JD. E CONJUNTOS RESIDENCIAIS SANTA RITA (I-VII)	
<p>O mapa mostra o traçado das ruas e praças dos conjuntos residenciais Santa Rita I a VII. As praças são numeradas de 1 a 5. Uma seta indica a direção Norte (N).</p>	<p>Implantação: em duas fases — em 1966 é implantado o Jd. Santa Rita e de 1981 a 1985 são implantados os Conj. Res. Santa Rita I ao VII.</p> <p>Instituições responsáveis: CODAL, para o primeiro empreendimento e a INOCOOP pelos Conjuntos Residenciais.</p> <p>Principais características: Em ambas as fases os conjuntos Santa Rita tiveram traçado das vias diferenciado, seguindo a lógica da topografia e privilegiando os espaços livres de uso público. Na primeira etapa, o número de praças se destaca, totalizando seis, dispostas de forma homogênea no centro e nas extremidades. Nas demais etapas, as praças são concebidas criando uma centralidade para cada conjunto.</p>

Praça Santa Rita 1



Maior praça localizada no conjunto com área aproximada de 16.000m². Apresenta considerável desnível entre os limites linear (cota mais baixa) e curvo (cota mais alta), mas que em função da extensa área acontece de forma suave. No mesmo sentido da declividade há rotas internas, algumas com degraus para mediar o declive, todas cortando a praça de um extremo a outro.

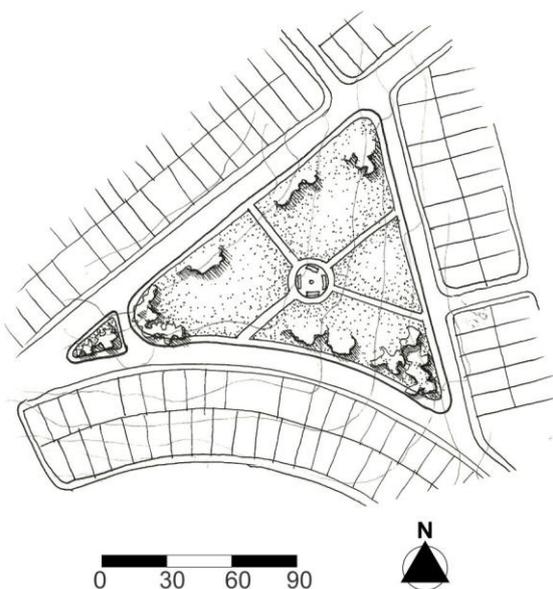
Localiza-se na porção central do bairro e comporta-se como um parque de vizinhança, abrigando inúmeros espaços setorizados pelas rotas que comportam diferentes atividades como quadra poliesportiva, campo de futebol, academia ao ar livre, diferentes opções de estar e extensas áreas livres gramadas.

Verifica-se a presença de fachadas ativas em todo o perímetro, totalizando 57 terrenos privados com apenas 11 destes fechados por muros, todos eles afastados da praça por vias locais de 15m.

Em função de suas dimensões e quantidade de equipamentos de lazer, atende aos moradores de todo o bairro, ultrapassando o número de moradores do entorno. Com isso, privilegia as funções relacionadas ao lazer e à circulação em detrimento da sociabilização local.



Praça Santa Rita 2

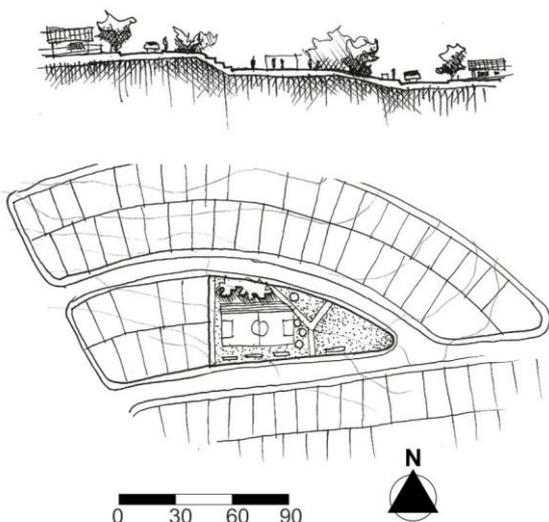


A segunda praça também apresenta dimensões maiores do que as propostas na teoria prescritiva, totalizando aproximadamente 14.000m² de área. A praça é central no núcleo da vizinhança que compõe, cercada por vias locais de 15m e fachadas ativas em dois lados, e uma via coletora de 20m que abriga comércio local em sua extensão maior. São 42 terrenos privados, dos quais 14 são fechados por muros. O projeto da praça consiste em um núcleo circular central onde se localiza um poste de luz e bancos no limite do círculo. Deste núcleo saem as rotas que atravessam a praça até seus limites. O restante da praça é todo gramado com poucos bancos distribuídos, dentre os quais alguns estão quebrados e são usados como trave para a prática de futebol. A praça possui uma calçada em todo o limite, que é delimitado pela arborização.

O acesso à praça não é exclusivo dos moradores, mas são predominantes e mantêm intensa relação de sociabilização na praça. Verifica-se também expressões significativas de territorialidade distribuídas nas três extremidades do local.



Praça Santa Rita 3



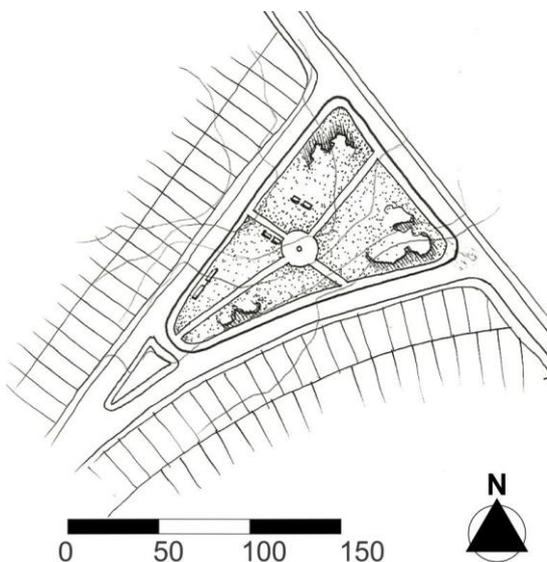
Apresenta dimensões menores do que as anteriores, com área total de 3.600m². Encontra-se disposta em uma centralidade cercada por 22 terrenos privados, dos quais apenas 4 são fechados com muros. Dois destes demarcam a divisa com a praça no lado menor. As vias locais que contornam os outros dois lados da praça possuem 15m.

Em função da escala reduzida, a declividade do espaço torna-se mais significativa do que na primeira praça. Apresenta-se com o lado curvo no nível superior e o retilíneo no nível inferior. O desnível é solucionado de duas formas: em uma metade a praça comporta um campo de futebol e uma arquibancada de seis degraus que encerra-se em um jardim conectando os dois níveis. Do outro lado, onde o desnível é mais suave progressivamente até a extremidade, os caminhos pavimentados que cruzam a praça acontecem na forma de rampas. Nessa região foram instaladas mesas com cadeiras de concreto que permitem a visualização da quadra, e bancos dispostos nas rotas sob as copas das árvores.

Os moradores mostraram-se divididos entre os moradores de “cima” e de “baixo”, relação refletida na sociabilização e nas expressões de territorialidade do entorno. A praça é utilizada apenas por moradores, porém com baixa intensidade.



Praça Santa Rita 4



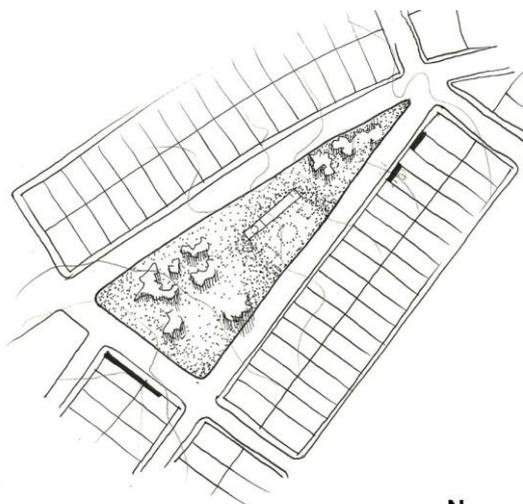
A quarta praça estudada apresenta área aproximada de 8.000m². Localiza-se em uma extremidade do conjunto, mas é cercada por 32 (trinta e dois) terrenos privados, todos fechados por portões. Entretanto, apenas dois de seus três lados são contornados por residências.

O lado menor demarca o limite do bairro e possui apenas construções institucionais voltadas para ele. A transição entre o espaço privado e a praça é feita por uma via local de 15m, com maior tráfego de veículos na limitante do bairro. Em toda a área da praça o limite é marcado por uma calçada cercada por árvores de onde partem quatro rotas internas que se encontram no centro da praça, localização do único poste de luz.

A praça é significativamente carente de equipamentos, o que prejudica o efeito da escala na praça. Encontram-se apenas seis bancos, dentre os quais dois estão quebrados e inutilizados. Próximo aos bancos foi o local escolhido pelas crianças para jogar futebol. Predomina o uso por moradores do entorno que sociabilizam entre si em pequenos grupos.



Praça Santa Rita 5



0 50 100 150



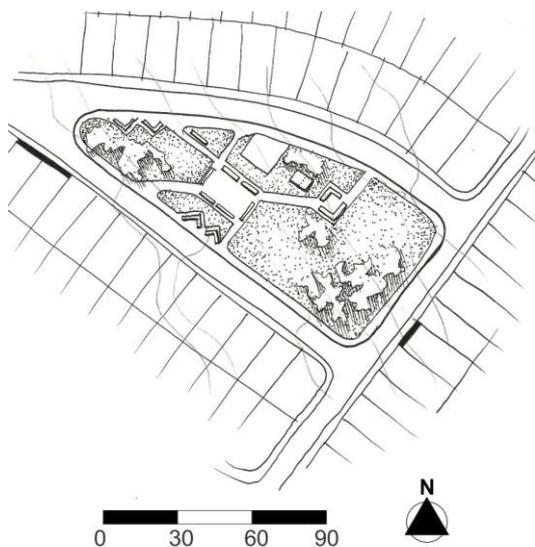
Com área aproximada de 7.200m², a praça é cercada por 33 terrenos privados, dos quais um abriga atividade de comércio e dois são fechados por muros, os demais são terrenos residenciais vedados por portões. A transição com os terrenos privados é realizada por vias locais de 12m. Localiza-se em uma área de transição entre conjuntos, mas representa uma centralidade onde se insere.

Esta praça não chegou a ser urbanizada, portanto não apresenta rotas para circulação interna, assentos, ou outros traços de um projeto pré-definido e, portanto, não possui nenhum tipo de equipamento. Apresenta apenas grama e algumas árvores que demarcam o contorno, e uma calçada em apenas um trecho do seu limite.

O terreno permanece vazio, entretanto os moradores têm plantado mudas de árvores ao longo dele, exceto em uma pequena área onde as crianças jogam bola. Decorrente disto, a área é reconhecida pelos moradores como jardim e não como praça. Apesar da ausência de equipamentos, a praça é utilizada como espaço para a reunião dos moradores que consistem nos principais usuários.



Praça Santa Rita 6



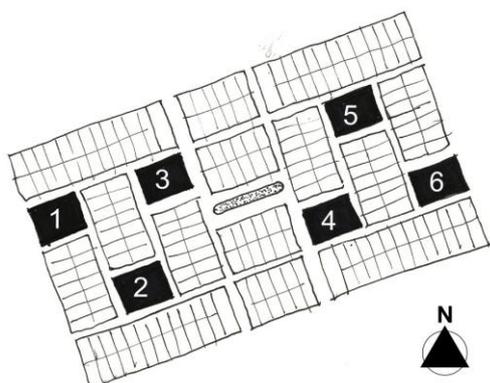
Com área aproximada de 5.400m², a sexta praça é cercada por vias locais de 12m que a separa de 33 terrenos privados, sendo apenas 3 destes fechados por muros, apresentando-se como um núcleo central do bairro. No entorno desta praça observa-se um padrão mais elevado das residenciais.

Possui rotas internas que cortam a praça em todos os sentidos e a setorizam em um ambiente de estar central, outros estares próximos aos limites, uma área livre gramada e outras áreas dotadas de equipamentos para desenvolver diferentes tipos de atividade de lazer, como pingue-pongue e academia ao ar livre.

Os moradores do entorno são os principais usuários, entretanto, não frequentam a praça em grande número e não estabelecem relações sociais estreitas entre si. Nesse sentido, predomina o uso por crianças e jovens.



CONJUNTO RESIDENCIAL DO CAFÉ



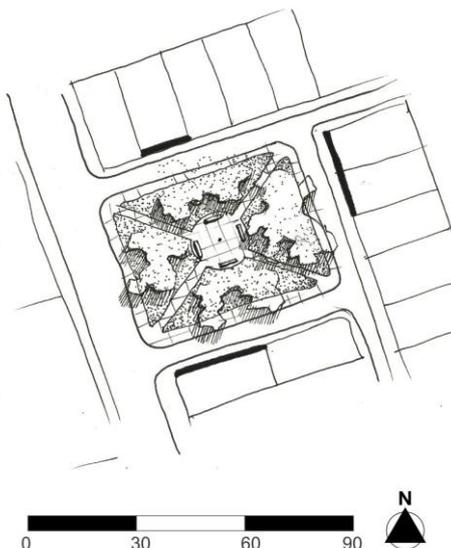
Implantação: 1969.

Instituição responsável: INOCOOP.

Principais características: Apresenta traçado retilíneo para as quadras, porém não de forma convencional. As quadras internas possuem tamanhos reduzidos em função das 6 praças retangulares homogeneamente distribuídas em toda a área do bairro, todas com área aproximada de 900m² em terreno plano. Ainda, há um canteiro central, localizado exatamente no centro do bairro.

Como as praças apresentam-se de tamanhos reduzidos, dificultam as práticas de recreação ativa de lazer. Por esse motivo, as crianças do bairro migram de uma praça a outra, criando dois núcleos de vizinhança, o primeiro entre as praças 1, 2 e 3 e o segundo entre as praças 4, 5 e 6. O acesso ao bairro e às praças é restrito aos moradores em função das pequenas dimensões das vias (3m) que inibem pessoas externas por parecerem vielas ou ruas sem saída.

Praça Café 1



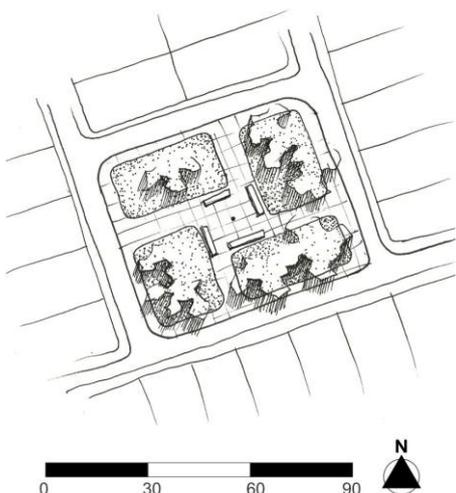
Localizada na divisa do bairro, possui 13 terrenos privados em seu perímetro, separados da praça por vias locais de 3m em três lados e uma via coletora de 15m do lado da divisa do bairro. Neste lado, os dois terrenos voltados para a praça abrigam um conjunto de edifícios e a sede da guarda mirim. Dos demais terrenos privados, 4 são fechados por muros.

O projeto consiste basicamente em toda a área gramada, com rotas que partem das quatro extremidades e formam um círculo no centro da praça, onde se localizam os bancos e um poste de iluminação. A arborização é abundante.

Durante o levantamento não foi verificado uso na praça e, segundo relatos, os moradores não frequentam a praça e não sociabilizam entre si. A praça acaba ficando marginalizada, causando sentimento de incerteza entre os moradores.



Praça Café 2

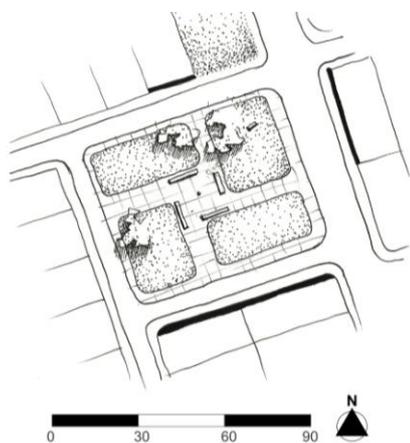


Localiza-se como uma centralidade no bairro cercada por 16 terrenos privados, separados da praça por vias locais de 3m, com apenas um deles fechado por muro.

O projeto da praça consiste em quatro jardins retangulares separados por rotas pavimentadas e dispostos de maneira que deixam o centro da praça livre, também pavimentado, onde se encontram quatro bancos e um poste. Em todos os jardins da praça foram plantados diferentes tipos de vegetação como expressão de territorialidade. Entretanto, a vegetação em excesso não permite a entrada de sol na maior parte do dia. A praça é utilizada pelos moradores do entorno, e em função das pequenas dimensões, predomina a sociabilização em detrimento da recreação ativa de lazer.



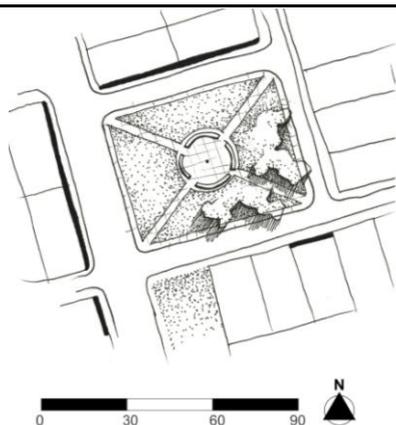
Praça Café 3



Também se localiza como uma centralidade e possui 12 terrenos privados delimitando seu perímetro, dos quais 4 são vedados por muros. O projeto é idêntico ao da Praça 2, porém não apresenta a mesma quantidade de vegetação, pois são poucos os sinais de territorialidade. Há uma placa em uma das extremidades, único objeto observado em todas as praças. Nesta, são poucos os moradores que efetivamente a usam, com exceção das crianças que circulam em todas as praças. Uma possível causa para a pouca vivência entre moradores neste espaço pode ser pelo fato relatado de que muitas casas são alugadas.



Praça Café 4



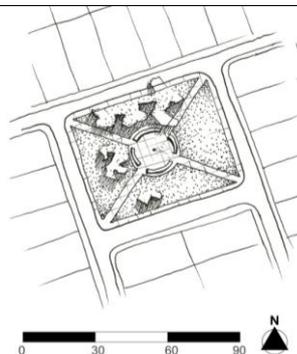
A 4ª praça apresenta-se como uma centralidade, com entorno composto por 14 terrenos privados dos quais 6 são fechados por muros, separados por vias locais de 3m em 3 lados e 12m no outro lado.

Semelhante à Praça 1, seu projeto consiste em 4 rotas que partem das extremidades e chegam no centro formando um círculo pavimentado onde localizam-se 4 bancos circulares e um poste de luz.

As dimensões reduzidas também privilegiam a sociabilização entre os moradores, porém apenas alguns deles têm o hábito de reunir-se na praça.



Praça Café 5



Localizada como uma centralidade do núcleo do qual faz parte é cercada por 17 terrenos residenciais, dos quais apenas 1 é vedado por muro. As ruas que fazem divisa com a praça são locais, com 3m de largura.

Seu projeto é idêntico ao da Praça 4, entretanto o uso desta é mais intenso. Além das crianças, outros moradores frequentam a praça, porém não para reuniões em grupo, caracterizando uma atividade de relaxamento. Observa-se baixa sociabilização entre os residentes.



Praça Café 6

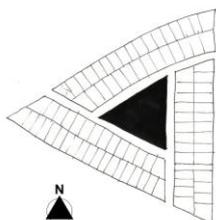


A 6ª praça localiza-se em um dos limites do bairro, sendo cercada por uma via coletora de 20m em um de seus lados e por vias locais de 3m nos demais. Os terrenos privados de seu entorno totalizam 12, dos quais apenas 1 é fechado por muro. Seu projeto se assemelha ao das praças 4 e 5, porém o centro circular pavimentado possui tamanho reduzido, e os bancos nele localizados não são contínuos. Há um ponto de ônibus na praça devido à presença da via coletora.

Nesta praça são intensas as manifestações de territorialidade pelos moradores, tanto de manutenção como de jardinagem. Havia inclusive enfeites de natal. Além das crianças, os demais moradores também reúnem-se na praça refletindo em elevada sociabilização.



CONJUNTO HABITACIONAL DAS FLORES

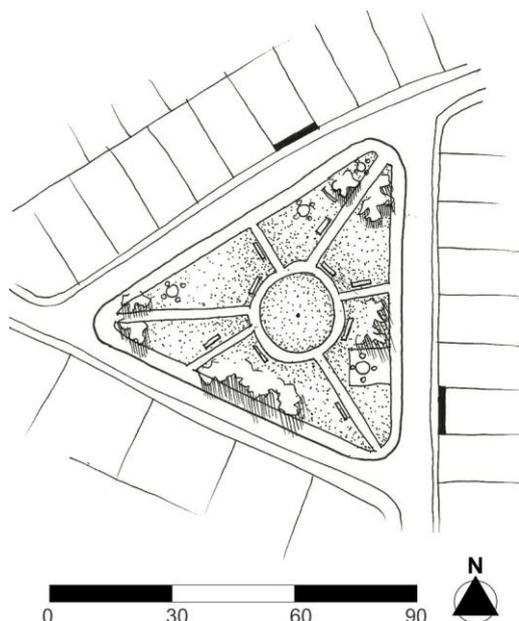


Implantação: 1970

Instituição responsável: COHAB

Principais características: Conjunto de dimensões reduzidas que tem a praça triangular como elemento central, em torno da qual estão as três quadras que compõem o bairro.

Praça Flores



Única praça do bairro com 2.200m² de área, localizada exatamente no centro do bairro. É cercada por 30 terrenos privados dos quais dois são fechados por muros, separados da praça por vias locais de 9m.

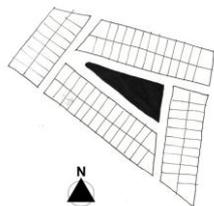
O projeto consiste em 6 rotas pavimentadas que partem das 3 extremidades e dos 3 lados, e encontram-se no centro da praça conformando um círculo. Os bancos localizam-se em todas as rotas, inclusive no círculo central. Mesas com dois bancos individuais foram posicionadas em 4 dos 6 pequenos setores gerados pelas rotas.

Observa-se nesta praça diversas expressões de territorialidade, tanto em intervenções de jardinagem como de manutenção.

O uso da praça é praticamente exclusivo dos moradores do entorno, principalmente pelo fechamento gerado pelas quadras, associado às pequenas dimensões das vias. A praça é utilizada por todos os moradores, de todas as faixas etárias, que inclusive mantém o hábito de reunirem-se na praça, caracterizando uma sociabilização intensificada.



CONJUNTO HABITACIONAL MARUMBI

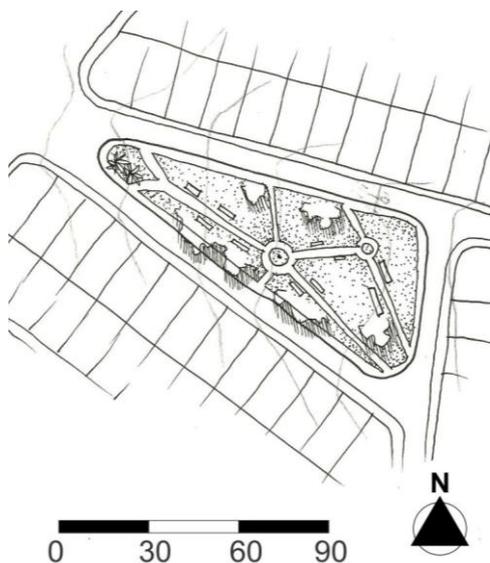


Implantação: 1976

Instituição responsável: COHAB

Principais características: Conjunto de pequenas dimensões que tem a praça como elemento central, em torno da qual estão as quatro quadras que compõem o bairro.

Praça Marumbi



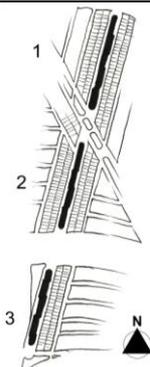
Única praça do bairro com aproximadamente 2.200m² de área, localizada exatamente no centro do bairro. É cercada por 32 terrenos privados dos quais apenas 1 é fechado por muro. A transição entre as casas e a praça é realizada por uma via local estreita de 9m.

O projeto consiste em rotas que cruzam a praça formando pequenos círculos onde se conectam. Ao longo destas rotas estão dispostos os bancos sob a copa das árvores que encontram-se distribuídas por toda a área da praça.

As dimensões das vias locais que compõem o bairro restringem o acesso à praça apenas aos moradores locais. Entretanto, eles não têm o hábito de reunirem-se na praça, exceto para celebrações religiosas e para as crianças que brincam juntas. São poucos os sinais de territorialidade observados, predominando em frente as casas dos moradores que os realizam.



CONJUNTO HABITACIONAL ENG. MILTON GAVETTI

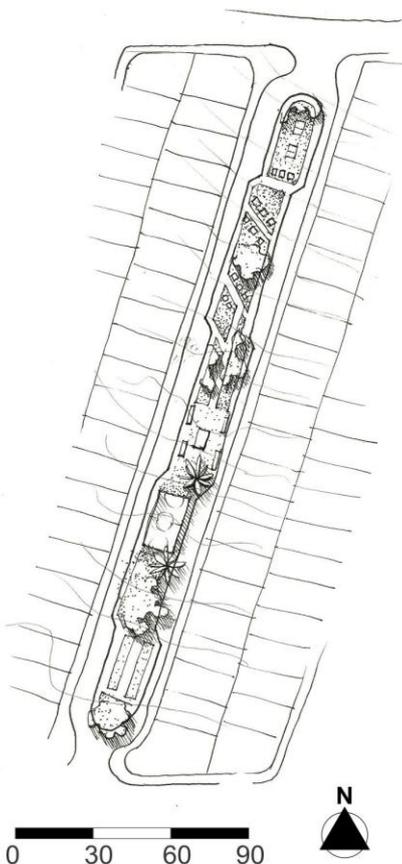


Implantação: 1978

Instituição responsável: COHAB

Principais características: O traçado das quadras deu-se em função de dois eixos principais que cortam o bairro em "X". Um dos eixos consiste em uma avenida que atravessa o bairro de noroeste a sudeste, e o outro eixo é composto por três praças longitudinais que atravessam o bairro de nordeste a sudoeste. O bairro é cortado por uma linha férrea no sentido leste-oeste, que causa certa segregação do conjunto.

Praça Milton Gavetti 1



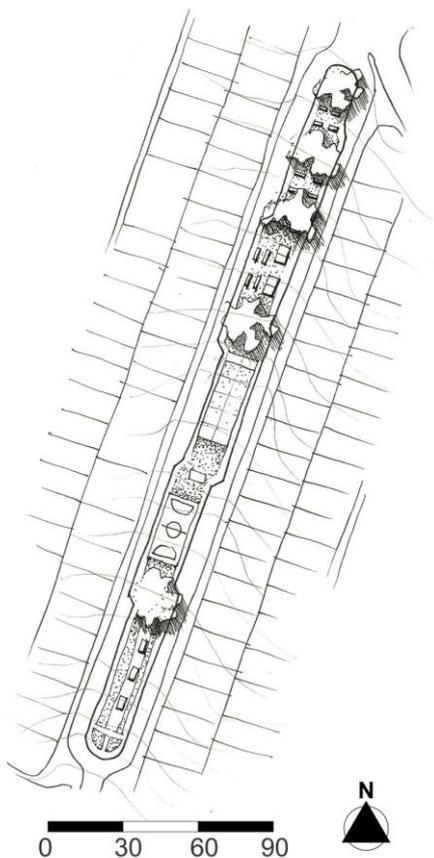
Apresenta em seu entorno 54 terrenos, todos com fechamento permeável (portão) e apenas um pavimento construído. A transição entre o espaço privado e a praça é realizada por uma via local de 6m que em alguns pontos apresenta bolsões de estacionamento aumentando sua dimensão para 9m.

A praça é retangular e longilínea, sendo dois lados de 15m e dois de 260m, setorizado em cinco partes. A primeira consiste em dois platôs pavimentados cercados por vegetação e três mesas com cadeiras individuais para jogos. A segunda conta com uma rota central cercada por bancos e vegetação. Na terceira há um amplo ambiente para estar, com bancos e árvores e um caminho em diagonal atravessando o espaço. Nesse setor encontra-se o poste de luz e um orelhão. A quarta seção é composta por um amplo platô pavimentado seguido de um talude que faz a mediação entre os níveis até o campo de bocha, presente na última porção da praça. A separação entre cada setor é marcada por uma estreita rota que cruza a praça de uma rua a outra.

Nesta praça foi possível observar intensas manifestações de territorialidade relacionadas à manutenção e jardinagem. A praça é utilizada apenas pelos moradores do entorno que se reúnem com frequência na praça, caracterizando alta sociabilização.



Praça Milton Gavetti 2



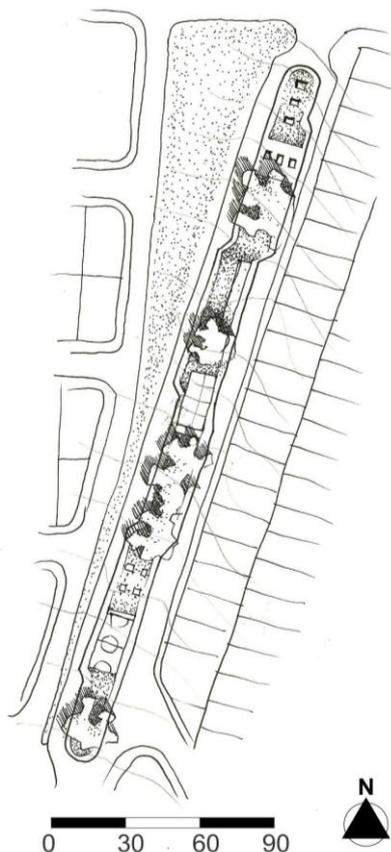
É cercada por 45 terrenos privados, dos quais cinco são fechados por muros. De mesma largura da Praça 1, tem comprimento aproximado de 240m. As residências do entorno encontram-se distantes da praça por uma via local estreita de 6m (com os mesmos bolsões de 3m), de onde partem as rotas de circulação interna até a via local oposta, setorizando o espaço em cinco partes de diferentes funções.

A primeira seção dispõe de ambiente de estar com bancos e arborização. A segunda parte é dotada de mesas de pingue-pongue e bancos que conformam um pequeno estar. A terceira apresenta um platô livre pavimentado, um poste e uma estrutura desativada onde se localizava um banheiro. A quarta parte corresponde a uma quadra poliesportiva cercada e o quinto e último setor consiste em um campo de bocha desativado e um ambiente de estar composto por bancos e arborização densa.

O acesso ao local não é restrito aos moradores em decorrência da escola de ensino fundamental localizada nas proximidades da praça. Com exceção das crianças, os moradores não utilizam a praça com frequência e apenas os moradores de uma das residências interveem no espaço expressando territorialidade.



Praça Milton Gavetti 3



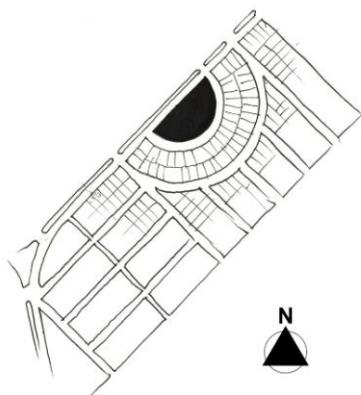
A terceira praça apresenta dimensões reduzidas, mantendo a mesma largura, porém com 215m de comprimento. A principal diferença para com as demais consiste no número reduzido de fachadas ativas do entorno, sendo apenas 23 terrenos privados com 6 fechados por muros. Neste caso, apenas um lado da praça é cercado por terrenos privados. A transição entre estes e a praça se dá pela mesma via local citada nas demais. No outro lado maior, encontra-se apenas a via local que faz a transição entre a praça e uma avenida.

O projeto consiste em um pequeno jardim inicial seguido por uma quadra de esportes cercada e um pequeno ambiente de estar arborizado dotado de assentos formais. Na sequência, observa-se um amplo espaço vegetado seguido de um platô livre pavimentado. Em frente ao platô há um campo de bocha desativado limitado por um talude. À frente há outro jardim arborizado com mesas e cadeiras para jogos e, em sequência, outros três pequenos platôs pavimentados.

Não foram observadas expressões de territorialidade. Pela falta de fechamento, o uso não é restrito, o que inibe a presença dos moradores que, com exceção das crianças, não utilizam a praça, assim como não sociabilizam entre si.



CONJUNTO RESIDENCIAL ORION

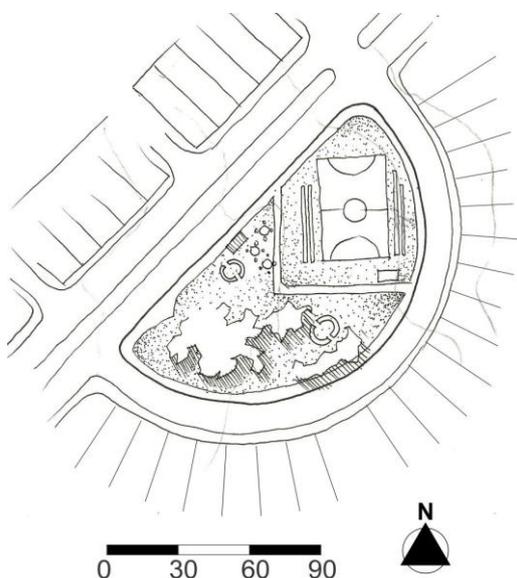


Implantação: 1980

Instituição responsável pelo projeto: INOCOOP

Principais características: Conjunto de pequenas dimensões que possui duas praças localizadas nas extremidades. A maior, em formato meia lua, condiciona o traçado das quadras subsequentes que adquirem formato curvo. As quadras mais distantes são retangulares caracterizando um traçado tradicional. Apenas a praça maior adéqua-se aos critérios desta pesquisa, visto que a segunda foi criada para dar suporte à circulação de pedestres, sem caracterizar um espaço de lazer no bairro.

Praça Orion



Localiza-se como uma centralidade no núcleo em que se insere, cercada em seu lado curvo por uma via local de 15m e o lado retilíneo por uma avenida de 30m com alto fluxo de veículos. A via local separa a praça de 19 terrenos privados, todos com fechamento permeável (portão).

O projeto da praça consiste na setorização do espaço em áreas menores de diferentes funções, por meio das rotas pavimentadas que atravessam a praça. O maior setor é composto por uma quadra poliesportiva cercada por grades, com iluminação direcionada e uma arquibancada do lado externo. Ao lado verifica-se a existência de banheiros que permanecem fechados. Outro fragmento da praça é composto por arborização abundante e bancos formando dois estares. A última porção é próxima à avenida e contém mesinhas para jogos, um ponto de taxi e um ponto de ônibus. A presença da avenida e dos pontos de ônibus e taxi gera intensa circulação e permanência de pedestres externos ao bairro, inibindo os moradores que acabam não se apropriando da praça, com exceção das crianças e dos jovens.



7 ANÁLISE DAS EVIDÊNCIAS

A partir dos levantamentos, observa-se que as praças investigadas encontram-se sedimentadas por serem espaços concebidos há pelo menos 30 anos. Este fato salienta a necessidade de considerar o fator temporal como elemento crucial para a conformação das evidências coletadas tal como se encontram hoje, tanto as físicas como as sociais.

Rapoport (1978) afirma que qualquer meio ambiente, podendo ser construído ou natural, tem dentre suas características físicas e sociais o reflexo do tempo. Para o autor, tempo e espaço são duas dimensões que se relacionam e se influenciam de forma mútua, sendo sempre necessário considerar uma organização espaço-temporal. Ainda, para o autor, uma determinada organização social também é refletida em termos espaciais. As formas de comunicação e apropriação interferem na conformação final do espaço em que ocorrem.

Nesse sentido, entende-se como elementar a associação entre as características físicas, sobre as quais se pretende debater, com as dimensões temporal e sociocultural que influenciam e são influenciadas pelo meio físico.

Para efetivar a sistematização e análise dos dados, considera-se necessário retomar alguns preceitos discutidos nos capítulos anteriores. Tendo como principal objetivo deste trabalho traçar orientações para o projeto de praças localizadas em conjuntos habitacionais de interesse social para que cumpram a função social inerente a elas, caracterizou-se primeiramente tais funções no âmbito residencial a partir de um referencial teórico conceitual. Em sequência foram identificadas na literatura prescritiva diretrizes de projeto que visam atingir tais funções e, por fim, a partir destas, elaborou-se um protocolo para nortear a busca de aspectos físico-espaciais de projeto em praças de conjuntos habitacionais selecionadas de modo a permitir a averiguação de bons projetos.

Assim, parte-se de uma reflexão quanto à influência do fator temporal nos espaços e relações sociais levantados em campo. Em sequência, as evidências coletadas foram sistematizadas em duas grandes categorias principais: dimensão sociocultural e dimensão físico-espacial. O objetivo dessa separação é possibilitar uma caracterização sociocultural das formas de apropriação desses espaços para posteriormente contrapor essas características e os atributos físico-espaciais levantados, a fim de identificar influências determinantes para o debate projetual.

Pretende-se desenvolver as análises no âmbito sociocultural em dois eixos: no primeiro eixo é feita uma análise geral, discutindo os atributos a partir dos dados levantados, buscando uma caracterização sociocultural de praças de conjuntos habitacionais de interesse social. No segundo eixo, a análise é relativa a cada praça, resultando em um diagnóstico de situação da praça frente à situação ideal visualizada a partir do referencial teórico. Os atributos identificados na fundamentação teórica foram definidos como:

- **Usos/usuários:** identificação das principais atividades relativas ao lazer e à circulação, e caracterização dos perfis de usuários;
- **Sociabilização:** formas e grau de sociabilização entre os moradores;
- **Territorialidade:** caracterização das expressões de territorialidade, o perfil dos moradores que as realizam, e o reflexo na vigilância natural do espaço.

No âmbito físico-espacial, as análises são desenvolvidas de forma similar. Utiliza-se das mesmas categorias de projeto divididas a partir do referencial teórico prescritivo e organizadas anteriormente. A primeira etapa da análise consiste na identificação do papel de cada item localizado dentro das categorias para o resultado final, e a segunda etapa estabelece a caracterização físico-espacial de cada praça que permite a comparação com o diagnóstico obtido da análise anterior. Ao final, possibilita-se estabelecer a melhor combinação entre os itens para atingir o projeto que garante a realização das funções previstas.

O tempo representa fator fundamental na construção e consolidação do senso de comunidade entre os moradores. Segundo Wilkerson, Carlson, *et al.*, (2012), manter os moradores habitando um bairro por um longo período é uma das estratégias para assegurar a consolidação de uma determinada vizinhança.

No caso dos conjuntos habitacionais de interesse social, a casa é cedida ao indivíduo que tende a permanecer durante toda sua vida. Considerando a afirmação de Carmona, Tiesdell, *et al.* (2010) de que há uma progressão nas relações dos indivíduos que iniciam com o contato visual até atingir o contato físico, entende-se que a relação em termos de confiança entre os habitantes tende a consolidar-se de forma semelhante. Convivendo por mais tempo no espaço comum, os indivíduos estreitam laços e desenvolvem um senso de comunidade entre si.

Considerando essa reflexão, nos direcionamos para a análise sociocultural com o entendimento de que a grande maioria dos habitantes permanece no local desde a década de 80, e que em 30 anos houve tempo suficiente para um aprofundamento das relações sociais, ou seja, das formas de sociabilização e consolidação do senso de vizinhança.

Entretanto, a ação do tempo também pode atuar no sentido inverso. Nos conjuntos mais antigos, decorrente do falecimento de alguns proprietários, tem havido trocas de moradores e muitas casas tornaram-se moradias de aluguel. Segundo moradores entrevistados, há alta rotatividade de locatários e estes tendem a frequentar a praça em menor escala, fatos que prejudicam o amadurecimento das relações sociais e o desenvolvimento dos sentimentos de posse e do senso de comunidade, visto que há elevada rotatividade entre os locatários.

Outra influência do tempo nas características socioculturais das praças a ser considerada consiste nas possíveis alterações nas atividades desenvolvidas de acordo com as gerações que utilizam aquele espaço. Possivelmente, a desativação dos campos de bocha é decorrente das variações de preferências entre as gerações.

Como alertado por Rapoport (1978), os reflexos da ação do tempo no espaço físico também devem ser considerados ao debruçar-se sobre a

análise do projeto. Carmona, Tiesdell, *et al.* (2010) alegam que o tempo deixa marcas no espaço que passa a ser testemunha da continuidade e da passagem do tempo. Dessa forma, características relacionadas à paisagem devem ser levantadas tendo em vista os efeitos que a passagem do tempo provoca, como o crescimento das árvores ou as modificações no espaço privado que alteram as características do conjunto habitacional.

Nesse sentido, considera-se para fins desta pesquisa que a paisagem amadurece e, conseqüentemente, se transforma. Esse processo é acompanhado pelo usuário que cria uma relação afetiva com o desenvolvimento histórico do espaço em que vive. Isso é ilustrado nas frases com entonação de orgulho de muitos dos moradores entrevistados “quando chegamos aqui, não tinha nada...”.

7.2 Dimensão sociocultural

Ao longo deste trabalho foram levantadas uma série de orientações projetuais traçadas em contextos significativamente distintos dos conjuntos habitacionais brasileiros. Para validá-las em vias desta pesquisa, foi desenvolvido levantamento *in loco* em praças selecionadas em conjuntos habitacionais com o objetivo de contrapor as diferentes realidades.

A partir das visitas a campo, inúmeros dados que caracterizam a vida cotidiana da população de baixa renda nos horários de lazer foram levantados visando desvendar quais os principais usos nessas praças e por quem são desempenhados, como e em que nível se dá a sociabilização dos moradores dessas áreas, e quais as formas e por quem se expressa a territorialidade nesses espaços.

Por meio da sistematização desses dados levantados é possível caracterizar a dimensão sociocultural das praças em conjuntos habitacionais de interesse social, explicitando os principais usos e formas e intensidade de sociabilização e expressões de territorialidade.

Além disso, a sistematização também possibilita alcançar um “diagnóstico social”, entendido aqui como a soma de todas as atividades desenvolvidas pelas diferentes modalidades de usuários, as formas de

personalização do espaço, a existência de vigilância natural e as formas de sociabilização entre os moradores. O diagnóstico permite identificar as praças que, teoricamente, melhor cumprem sua função social e, ainda, comparar este resultado à análise do projeto físico, traçando possíveis relações de influência entre as duas dimensões.

7.2.1 Usos/usuários

Para a caracterização dos usos e atividades desenvolvidas nas praças de CHIS, foram registradas todas as atividades observadas ao longo dos levantamentos partindo das definições de recreação ativa e recreação passiva expostas no referencial teórico, somadas à função de espaços de passagem como suporte à circulação de pedestres. Com o levantamento das variáveis procurou-se explicitar ainda por quem tais atividades são desempenhadas. Para isso, buscando traçar perfis para estes indivíduos, foram definidas quatro classes de usuários: idosos, adultos, jovens e crianças (I, A, J, C).

Três macrocategorias foram estabelecidas para sistematização das informações atreladas ao uso em acordo com o referencial teórico: recreação ativa, recreação passiva e circulação (passagem).

Quanto às principais atividades relativas à recreação ativa, observa-se que as práticas de futebol, outras brincadeiras aleatórias com ou sem bola, passeio de *skate* e/ou bicicleta e pingue-pongue são praticadas predominantemente por crianças e jovens. O pingue-pongue foi observado apenas na praça em que havia a mesa própria para esse uso, que se encontrava intensamente utilizada. Já as práticas de caminhada e academia ao ar livre são desempenhadas quase exclusivamente por adultos e idosos.

Figura 7 Exemplos de recreação ativa



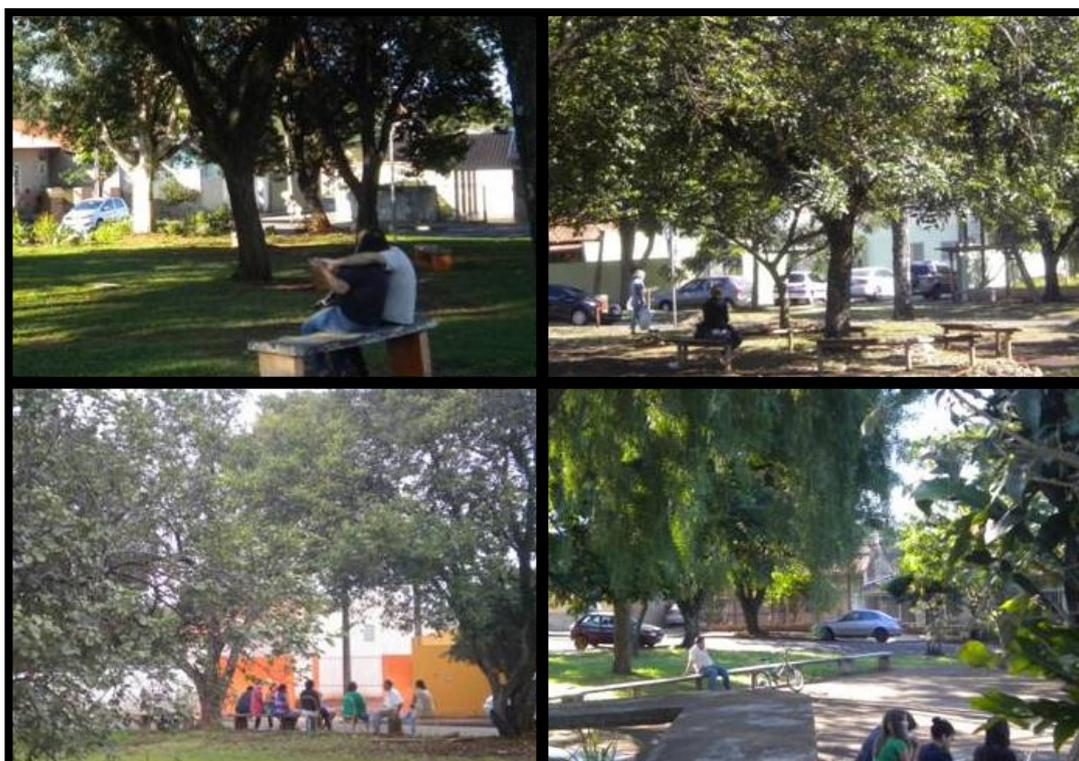
Fonte: Acervo da autora

Dentre as atividades levantadas, a prática de basquete, vôlei, handebol e bocha não são praticadas em nenhuma das praças, apesar de muitas delas oferecerem oportunidades para isso. Nesse sentido, duas questões são suscitadas. A primeira é relativa à cultura brasileira voltada ao futebol muito mais do que às demais práticas esportivas, fazendo com que as quadras poliesportivas sejam utilizadas exclusivamente para esse fim. Já com relação à prática de bocha, é algo realizado culturalmente por indivíduos adultos e/ou idosos. Entretanto, as únicas formas de recreação ativa realizadas por essas

duas classes de usuários consiste na caminhada e exercícios físicos praticados na academia ao ar livre.

Com relação às principais formas de recreação passiva identificadas, a prática de observação das pessoas em atividade é desempenhada em maior parte por adultos e idosos, e de forma menos intensa por crianças e jovens. O chamado “relaxamento”, considerado como a prática de sentar-se no ambiente sem nenhum tipo de interação com os demais usuários, é praticado exclusivamente por adultos e idosos. O item “reunião em grupo” mostrou-se o mais praticado e partilhado por todas as classes de usuários, e consiste em um dos principais fatores para intensificar as relações sociais entre os moradores. Verificou-se que os encontros dão-se preferencialmente por grupos etários. Grande parte das praças não oferece suporte físico para essa reunião, mas os moradores improvisam um ambiente adequado levando assentos de dentro de suas casas para a praça.

Figura 8 Exemplos de recreação passiva



Fonte: Acervo da autora

Os jogos de mesa foram observados em apenas uma das praças, mesmo com esse equipamento sendo oferecido em várias delas. Essa atividade é realizada por idosos do sexo masculino.

Quanto à atividade relacionada à circulação/passagem, apenas na Praça Santa Rita 3 onde se observa desnível significativo em proporção à sua área não foi observada essa prática. Segundo Gehl (2011) e Wilkerson, Carlson, *et al.* (2012), a circulação a pé nas imediações da vizinhança é um fator fundamental para a promoção de encontros e estreitamento das relações entre os moradores e, conseqüentemente, para o avanço da consolidação do senso de comunidade.

Figura 9 Exemplos de circulação na praça



Fonte: Acervo da autora

Assim como as atividades de lazer, a circulação também depende de oportunidade oferecida pelo espaço, neste caso, não apenas relativo ao ambiente interno da praça, mas principalmente em função de sua localização no bairro. Sob essa perspectiva torna-se essencial a centralidade e, além disso, estabelecer um diálogo com as localizações dos principais serviços e pontos de ônibus.

Assim, define-se que as principais atividades desenvolvidas em praças de conjuntos habitacionais de interesse social e as respectivas inferências no espaço físico consistem em:

Tabela 5 Principais atividades desenvolvidas nas praças

RECREAÇÃO ATIVA	RECREAÇÃO PASSIVA	CIRCULAÇÃO/PASSAGEM
Futebol: praticado em qualquer espaço livre de obstáculos. Normalmente não se utiliza todo o campo de futebol, apenas na praça que se apresenta como um parque de vizinhança por concentrar maior número de usuários.	Observação: como descrito pelo referencial teórico, as pessoas tendem a observar outras pessoas em atividade, especialmente pais observando os filhos.	Meio da praça: utilizado para cortar caminho.
Brincadeiras aleatórias com ou sem bola: praticadas em qualquer espaço livre de barreiras.	Relaxamento: as praças também abrigam as pessoas que queiram permanecer isolados, afastados do trânsito e das atividades.	Contorno da praça: preferência para travessia pela rua onde se encontra a praça em função do cenário e das pessoas em atividades.
Caminhada: praticada no contorno da praça, exceto nas de tamanho muito reduzido.	Reuniões em grupo: símbolo de sociabilização, acontecem mesmo quando o espaço não oferece oportunidade.	
Academia ao ar livre: solicitada em todas as praças visitadas e intensamente utilizada.		
Pingue-pongue: equipamento considerado necessário vista a intensa utilização onde estava presente.		
Skate e bicicleta: realizados os passeios em espaços sem barreiras. A reunião acontece na praça mesmo que o passeio se estenda para outras localidades. Proporciona conexão da praça com demais espaços livres, quando houver.		
INFERÊNCIAS NO ESPAÇO FÍSICO		
Necessidade de espaços amplos e livres de barreiras físicas, pavimentados ou não. Eles se mostraram mais utilizados do que os espaços projetados para um determinado fim específico. As praças com pelo menos 2.000m ² de área são utilizadas para caminhada. Predominam as atividades em grupo que intensificam a sociabilização	O desenvolvimento das práticas que caracterizam a recreação passiva é dependente da presença de assentos. Cada uma das formas de recreação passiva indicam posicionamento para os assentos: próximos às atividades, isolados do trânsito e das atividades e agrupados, de modo a permitir a reunião dos moradores em grupos	A posição da praça no bairro como centralidade, que seja uma passagem lógica para se atravessar o bairro é fundamental. A presença das rotas atravessando a praça, dispostas para dar suporte à posição de pontos de ônibus e/ou outros pontos de concentração de pessoas no bairro, quando houver.

A partir das observações, verifica-se o predomínio do uso por crianças e por idosos nas praças inclusive com relação ao período de permanência, possivelmente em decorrência de o lazer dar-se como oposição

ao trabalho e às obrigações. Dessa forma, foi possível identificar as preferências e predominâncias entre as quatro classes etárias de usuários estabelecidas, delineando perfis de usuários das praças de CHIS.

Tabela 6 Perfis dos usuários.

CRIANÇAS	JOVENS	ADULTOS	IDOSOS
Preferência por recreação ativa, sendo: futebol, brincadeiras aleatórias com ou sem bola, bicicleta e, <i>skate</i> . Na recreação passiva, predomina a reunião em grupos.	Uso da praça em menor escala. Preferência para futebol e brincadeiras com bola, como exemplos de recreação ativa e observação de atividades ou outras pessoas e reunião em grupos como exemplos de recreação passiva.	Uso da praça em menor escala. Preferência pela caminhada em conjunto com outros moradores e academia ao ar livre como exemplos de recreação ativa; e observação das crianças — normalmente os filhos — e reunião em grupos como exemplos de recreação passiva.	Preferência pela recreação passiva, sendo: observação, relaxamento e reunião em grupos. Como recreação ativa praticam a caminhada em conjunto com outros moradores e a academia ao ar livre.

7.2.2 Sociabilização

Partindo da afirmação de Carmona, Tiesdell, *et al.* (2010) e de Barnett (2003) de que a consolidação das redes de interações sociais entre os moradores — responsáveis pela construção do senso de comunidade — é iniciada com o contato visual frequente e evolui em termos de proximidade física e psicológica entre os participantes, compreende-se que a sociabilidade efetivada no espaço da praça é uma consequência desse processo.

A partir da caracterização dos usos, verifica-se que o desenvolvimento de atividades em grupo, ativas ou passivas, e a circulação de pedestres refletem-se na sociabilização entre os moradores na praça. Ainda, ao longo dos levantamentos, foram observados determinados comportamentos que impulsionaram as análises.

Nesse sentido, objetivando a compreensão de como e em que nível dá-se a sociabilização entre os moradores no espaço comum, elencou-se três variáveis comportamentais a serem analisadas, a saber: se os moradores mantêm o hábito de reunirem-se na praça, se há alguma liderança entre eles e

se os moradores têm conhecimento sobre informações pessoais uns sobre os outros.

Tabela 6 Sistematização das informações relacionadas à sociabilização

S O C I A B I L I Z A Ç Ã O	PRAÇAS		Orion	Gavetti 1	Gavetti 2	Gavetti 3	Marumbi	Flores	Café 1	Café 2	Café 3	Café 4	Café 5	Café 6	Stª Rita 1	Stª Rita 2	Stª Rita 3	Stª Rita 4	Stª Rita 5	Stª Rita 6
	REUNEM NA PRAÇA	todos																		
	grupos																			
LIDERANÇA																				
SABEM SOBRE OUTROS																				

A partir da sistematização dos dados, observa-se que em grande parte das praças os moradores detêm conhecimento de informações pessoais sobre os demais. Identifica-se ainda variações na profundidade dessas informações.

Nas praças em que os moradores mantêm o hábito de reunirem-se na praça, ou seja, conhecem uns aos outros com certo grau de proximidade psicológica, verifica-se conhecimento de informações pessoais sobre família, trabalho, moradia anterior, entre outras. Nas praças em que a convivência ocorre de forma mais limitada, em que a reunião de moradores acontece apenas em pequenos grupos, eles têm conhecimento apenas de informações superficiais como nome e se trabalham fora ou não. Nestes casos, moradores que frequentam grupos distintos muitas vezes não têm conhecimento uns sobre os outros. Do mesmo modo, nas praças em que os moradores não convivem, há conhecimento apenas de informações superficiais ou de nenhum tipo. Entretanto, em todas as praças, independente do grau de interação, todos os moradores são capazes de distinguir quem mora ou não no entorno da praça. Este é o principal fator para a ocorrência de vigilância natural no espaço.

Portanto, foram identificados três níveis de aprofundamento de informações sobre as quais os residentes têm conhecimento uns sobre os outros. Primeiro e em menor grau, está apenas o reconhecimento visual

(conhecer de vista); em segundo lugar, o conhecimento de informações superficiais, como o nome e se trabalha fora ou não; e, por último e em maior grau, o conhecimento com profundidade, como deter informações pessoais relacionadas à família, profissão, entre outras.

Verificou-se que o aprofundamento das informações está diretamente relacionado ao número de moradores que interagem na praça. Esses padrões são recorrentes visto que o fato de reunir-se na praça incide diretamente no aumento progressivo das relações de confiança ou de proximidade psicológica entre os moradores — como relatar fatos pessoais, convidar o vizinho para frequentar a casa, etc. — como explicitado por Carmona, Tiesdell, *et al.* (2010) e Barnett (2003).

Figura 10 Exemplos de sociabilização nas praças



Fonte: Acervo da autora

Nas praças em que os moradores não têm o hábito de se reunir, verifica-se a repetição de duas características possivelmente influentes na incidência da sociabilização: o acesso excessivo de pessoas externas ao bairro e a ausência de fechamento completo da praça por fachadas ativas. A primeira, por inibir a presença de moradores e dificultar a interação entre eles; e a segunda, por não possibilitar o contato visual entre quem está no espaço privado e o que ocorre no espaço público.

Quanto à presença de lideranças, verifica-se que este é um fator recorrente e destacam-se quatro características que se repetem entre elas: são pessoas que vivem no conjunto habitacional desde a data de implantação,

indivíduos mais instruídos do que os demais, que criaram a família ou cresceram no local, e que desempenham alguma forma de personalização da praça.

7.2.3 Territorialidade

Partindo do conceito inserido por Gifford (1996) em que a territorialidade é entendida como um padrão de comportamento que reflete a percepção e o controle efetivo de um espaço físico ilustrado por meio da personalização, identificou-se a partir dos levantamentos duas expressões desse conceito: a personalização do espaço e a vigilância natural.

Tabela 7 Sistematização das informações relativas à territorialidade

T E R R I T O R I A L I D A D E	PRAÇAS		Orion	Gavetti 1	Gavetti 2	Gavetti 3	Marumbi	Flores	Café 1	Café 2	Café 3	Café 4	Café 5	Café 6	Santa Rita 1	Santa Rita 2	Santa Rita 3	Santa Rita 4	Santa Rita 5	Santa Rita 6		
	P E R S O N A L I Z A Ç Ã O	jardinagem																				
		construção																				
		manutenção																				
	VIGILÂNCIA NATURAL																					

A vigilância natural acontece como um reflexo da sociabilidade, mas é consequência dos sentimentos de posse e pertencimento desenvolvidos por parte dos moradores pelo local de moradia. Mesmo nos casos em que a interação entre os vizinhos dá-se apenas pelo contato visual, este já permite que os residentes consigam distinguir quem é morador e quem veio de fora. Com isso e por meio da existência das fachadas ativas, a presença de pessoas na praça é controlada visualmente pelos moradores que, identificado algum perigo, tomam determinada providência. Segundo Jacobs (2000), a vigilância natural é uma das principais formas de garantir a segurança em um local. Associando às proposições teóricas, entende-se como condição básica para a ocorrência de vigilância natural o fechamento da praça por fachadas ativas.

Por meio da sistematização, verifica-se que a vigilância natural ocorre na grande maioria das praças, predominantemente associada aos sinais

de personalização, evidenciando que ambos os fatores decorrem dos mesmos sentimentos para com o local de moradia. A única praça em que não é possível observar essa conexão corresponde à Santa Rita 3 onde a declividade dificulta a visualização do ambiente da praça e dos usuários.

Com relação à personalização do espaço, verifica-se a ocorrência em três formas: jardinagem, construção e manutenção do espaço. Como jardinagem considera-se o corte da grama, as podas regulares, aguar e adubar a vegetação e o plantio de novas mudas. O termo “construção” é considerado como a inserção de novos equipamentos na praça por meio da construção efetiva de assentos em concreto ou assentos informais, muretas e cercas. Já a manutenção é entendida aqui tanto como o recolhimento de lixo, como consertos em equipamentos danificados.

Figura 11 Exemplos de personalização do espaço



Fonte: Acervo da autora

A personalização, ao longo dos levantamentos, mostrou-se intensa e determinante para a conformação final do espaço. Entende-se que essa prática é um reflexo dos sentimentos de pertencimento, posse e apego

psicológico ao local, fundamentais para a consolidação da vizinhança. Nesse sentido, acredita-se que essa prática e os atores que a desenvolvem, aqui chamados de “cuidadores” das praças, são peças-chave para a consolidação da vizinhança na qual se inserem.

As formas de personalização que ocorrem em maior frequência consistem na jardinagem e na manutenção. Os exemplos de construção foram registrados nas praças em que o “cuidador” trabalha ou já trabalhou no ramo na construção civil.

A fim de desvendar os fatores determinantes para o surgimento dos “cuidadores”, investigou-se as principais características, atitudes e condições desses moradores no contexto de suas respectivas vizinhanças. Para isso, foi acrescentada ao protocolo de levantamento uma sequência de perguntas direcionadas para os 25 “cuidadores” identificados que procuram explicitar as motivações e levantar características que permitam traçar um perfil desse morador, sendo:

- | | |
|---|---|
| 1. Quando começou a cuidar da praça? | 9. O que costuma fazer? |
| 2. Há quantos anos mora neste local? | 10. Gasta para cuidar? |
| 3. Qual sua idade? | 11. Alguém doa as mudas? |
| 4. Já morou em sítio? | 12. Alguém contribui? |
| 5. Trabalha? | 13. Os vizinhos aprovam? |
| 6. Quando cuida da praça? | 14. Tem herdeiro para essa ocupação? |
| 7. Por que começou a cuidar da praça? | 15. Fazia o mesmo em outro local? |
| 8. Qual área considera de sua responsabilidade? | 16. Almeja alguma mudança para o local? |

Após as entrevistas semiestruturadas, as respostas foram sistematizadas a fim de pesquisar padrões que permitissem traçar o perfil desses moradores. Assim, a comparação entre as respostas permitem extrair algumas conclusões.

A elaboração das perguntas relacionadas ao tempo em que o “cuidador” mora em frente à praça e há quanto tempo cuida da praça, teve como principal intenção desvendar se a função de “cuidador” emergiu em função de algum evento específico ou pelo fato de morar de frente para uma praça. De fato, os únicos moradores que não cuidam da praça desde que se mudaram para o local correspondem a herdeiros dessa função, que assumiram a posição de “cuidadores” apenas quando os pais não puderam dar continuidade às

atividades.

Outro aspecto passível de relacionar com a idade dos “cuidadores” é o fato de já terem vivido em sítio. Gerações mais antigas são marcadas pelo êxodo rural, e este pode ser um aspecto que influencia na iniciativa de manipular a terra. De fato, os “cuidadores” com menos de 60 anos nunca viveram em sítio, e apenas uma entre os “cuidadores” com mais de 60 anos nunca viveu em sítio.

Ainda em relação à idade dos “cuidadores”, perguntou-se se visualizam algum herdeiro para essa função, considerando que daqui a algum tempo a idade não permitirá que sejam executados os esforços necessários para as práticas de personalização e manutenção da praça. Como grande parte dos “cuidadores” habita os bairros desde a implantação pela prefeitura, indaga-se se os moradores que permanecem manterão as atividades após o falecimento ou outro motivo de saída dos atuais “cuidadores” das praças. Entretanto, apenas três pessoas (12%) afirmaram ter um herdeiro para essa função.

Perguntou-se se os “cuidadores” trabalham ou não, partindo do pressuposto de que não trabalhar significa maior disponibilidade para desempenhar atividades voluntárias. Contudo, observa-se nas respostas que aproximadamente 40% dos “cuidadores” trabalham, o que demonstra que esta atividade não é desenvolvida necessariamente em função do tempo disponível, mas sim por motivações pessoais.

Os mesmos moradores que trabalham responderam que cuidam da praça no período noturno ou aos finais de semana. Uma observação notável é que os moradores que cuidam das praças à noite trabalham inclusive nos finais de semana. Apenas quatro moradores afirmaram ter gastos financeiros para cuidar da praça.

Com relação à motivação desses moradores para desenvolver essas atividades, a grande maioria (aproximadamente 90%) respondeu que cuida da praça por gostar de plantas. As outras respostas envolvem o costume de prover manutenção ao espaço próximo da casa e por higiene, resposta esta de apenas uma moradora. Todos que afirmam fazer por costume, já viveram em sítio. Entretanto, entende-se que a principal motivação é o fato de residir em

frente a uma praça, pois apenas uma moradora afirmou já ter desenvolvido este tipo de prática em outro local de moradia.

Apenas dois “cuidadores” afirmaram não receber nenhuma contribuição dos demais moradores, entretanto todos os casos expuseram aprovação dos vizinhos. Os que afirmaram cuidar da área total da praça recebem a ajuda dos demais, possivelmente por demonstrar que os serviços realizados beneficiam a totalidade dos usuários da praça.

Os padrões demonstram que o perfil dos “cuidadores” das praças consiste principalmente em pessoas que não trabalham, sobretudo aposentados, que já residiram em sítio e, por isso, a motivação mais citada é em função do apreço por plantas. São incitados a cuidar das praças por morarem de frente para elas, portanto conclui-se que seria adequada a possibilidade de seleção de pessoas que apresentam perfil semelhante para viver de frente para um espaço público de lazer nos CHIS, visto que essas atitudes contribuem significativamente para a vizinhança e para o indivíduo.

Conclui-se ainda que os “cuidadores” entendem a praça pública como uma continuidade dos terrenos privados em decorrência da proximidade e do posicionamento delas em frente às casas. Isto pode ser verificado devido à incidência dos sinais de personalização encontrarem-se predominantemente em frente à casa de cada “cuidador”.

7.2.4 Diagnóstico sociocultural

De acordo com o referencial teórico conceitual, as praças de conjuntos habitacionais de interesse social devem ser os locais onde se realizam as funções de lazer, sociabilização e circulação, além de serem os locais para concretização das expressões de territorialidade. Nesse sentido, a fim de verificar como se dá o cumprimento de tais funções nesse contexto, foram levantadas variáveis que juntas, teoricamente, ilustram uma situação ideal para a praça.

A partir do levantamento e sistematização das variáveis, foi possível uma caracterização sociocultural, onde:

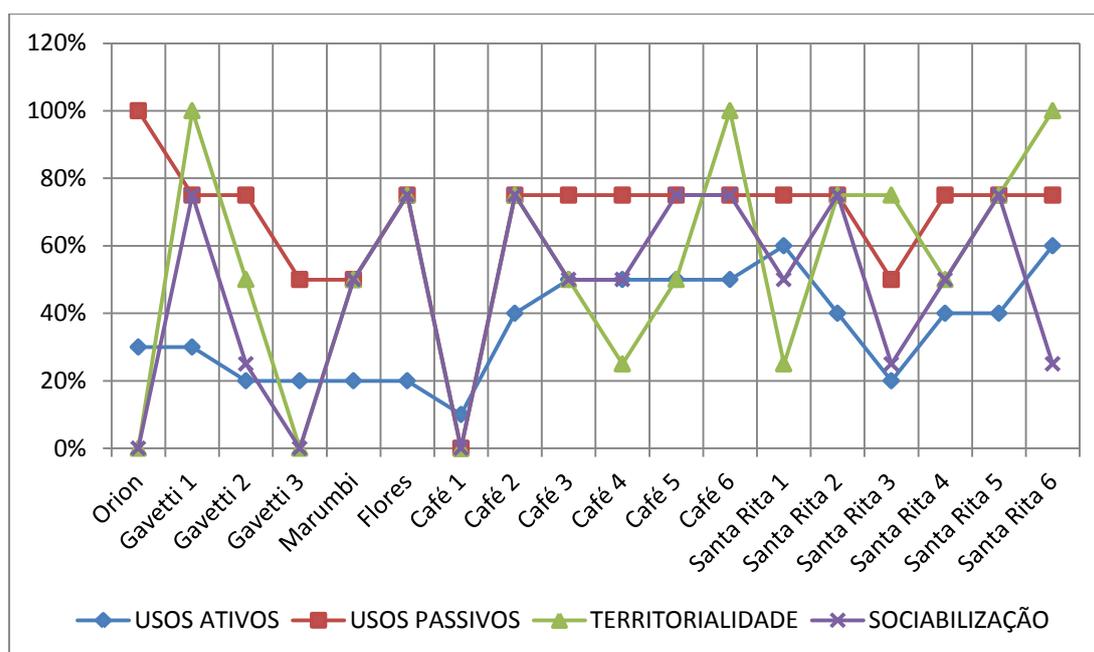
- Foram definidas as atividades desempenhadas nas praças;

- Foram estabelecidos os perfis dos usuários;
- Caracterizou-se a sociabilização entre os moradores;
- Explicitou-se os atores e as expressões de territorialidade.

Entretanto, como se objetiva a compreensão das relações existentes entre as dimensões física e social correspondentes às praças de CHIS, buscou-se ainda o que aqui se intitula de diagnóstico social, ou seja, a soma das variáveis levantadas para cada uma das praças estudadas que permita uma posterior comparação com o diagnóstico físico-espacial.

Nesse sentido, elaborou-se o gráfico 1 para expor a pontuação das categorias de apropriação nas praças e compará-las visando extrair conclusões a respeito da dimensão social nos espaços analisados.

Gráfico 1 Diagnóstico sociocultural



O gráfico 1 expõe as incidências das categorias de apropriação nas praças permitindo compará-las a fim de extrair conclusões a respeito da dimensão social dos espaços analisados. Destacam-se primeiramente as Praças Orion e Santa Rita 1 em que os usos, principalmente os passivos, são significativos, porém a sociabilização e a territorialidade aparecem com baixa frequência. O padrão observado caracteriza essas praças como espaços aglutinadores de atividades de lazer, porém não como espaços comuns para o

estreitamento de relações sociais comunitárias, ou como extensão das residências. Acrescentando a situação da Praça Gavetti 3, conclui-se que nessas praças as atividades são desempenhadas por pessoas externas e, por isso, aparecem baixas incidências nas categorias vinculadas aos sentimentos de pertencimento e posse pelos moradores.

Verifica-se associações entre algumas categorias. A primeira constatação de destaque é entre os usos passivos e a sociabilização. As análises das categorias mostraram que, de fato, a recreação passiva, quando desenvolvida em grupos (reunião em grupos) configura um fator de sociabilização entre os moradores. A partir do gráfico, as praças com maiores pontuações para a sociabilização consistem em praças em que há reunião entre os moradores. Esta associação descrita reforça a afirmação de que a praça enquanto espaço comum é um importante elemento para intensificar as relações entre os moradores.

As categorias de territorialidade e sociabilização também permitem observar relações entre elas. Constata-se que na maioria das praças existe uma proporcionalidade constante entre as duas categorias, com apenas duas exceções: nas praças Santa Rita 3 e 6. Em ambas, apesar de apresentar incidência em termos da territorialidade, a sociabilização aparece com uma pontuação inversa. Duas questões podem ser suscitadas a partir dessa observação: uma primeira possibilidade é quanto ao desnível existente na praça Santa Rita 3, que gera uma separação significativa entre os limites nas porções inferior e superior da praça. Essa separação foi considerada determinante para diminuição da sociabilização, pois os próprios moradores dividem-se entre os moradores de cima e de baixo da praça. Já com relação à Praça Santa Rita 6, observou-se um padrão financeiro mais elevado das residências do que nas demais, e ao longo dos levantamentos muitos moradores desempenhavam algum tipo de recreação passiva no terreno privado, sem adentrar a praça. Nos relatos desses moradores, muitos argumentaram gostar de viver em frente a um espaço livre com um cenário natural, porém não frequentam a praça pois preferem permanecer nas residências nos horários de lazer. O uso predominante dessa praça é realizado por crianças, jovens e idosos.

Para as correlações entre a sociabilização e a territorialidade, a justificativa pode estar atrelada ao fato de ambas serem fatores que se relacionam ao sentimento de pertencimento do morador ao local e, principalmente, à praça. A convivência no espaço comum estreita os laços entre os moradores, mas também deles com a praça, que passa a ser entendida como uma extensão de suas residências e, como consequência, encontram-se as manifestações de personalização e manutenção desse espaço.

Considerando as maiores e as menores pontuações simultaneamente para as quatro categorias apresentadas no gráfico, vislumbra-se a aproximação das praças mais pontuadas de uma realidade ideal: as Praças Santa Rita 2 e Santa Rita 5, Café 6 e Gavetti 1. Na outra extremidade, a Praça Café 1 aparece com a menor pontuação na dimensão social, fato relevante para a discussão visto que essa praça apresenta projeto extremamente semelhante aos das demais praças do Conjunto Residencial do Café, o que será discutido mais adiante no confronto com o diagnóstico físico.

7.3 Dimensão físico-espacial

Tendo como principal objetivo deste trabalho o debate relativo ao processo de projeto das praças de conjuntos habitacionais de interesse social, faz-se necessário adaptar as orientações projetuais para praças residenciais encontradas na literatura prescritiva para o contexto da habitação de interesse social brasileira.

O levantamento de campo em praças de CHIS que tiveram sua concepção no contexto do loteamento nos moldes propostos em teoria possibilitou a verificação da existência de elementos físico-espaciais prescritos na literatura como necessários para a concepção de boas praças na escala da vizinhança.

Em primeiro lugar, são validadas as orientações propostas pela teoria à realidade debatida, verificando a incidência dos itens de projeto nas praças. Em sequência, verifica-se a relevância dos elementos físico-espaciais no conjunto do projeto. São identificadas as funções de cada item para o

desempenho do produto final e, a partir das ausências, constata-se as possíveis interferências causadas.

Por meio do somatório das variáveis levantadas para as praças estudadas, chega-se a um diagnóstico físico-espacial para a realização da contraposição com o diagnóstico sociocultural, sobrepondo as informações na busca por correlações entre os aspectos físicos das praças e as facetas comportamentais.

E, por fim, com o intuito de atingir o principal objetivo para que se propôs o desenvolvimento desta pesquisa, são apresentados os resultados da associação mais adequada dos elementos de projeto levantados para possibilitar o resultado sócio-espacial almejado em praças de CHIS. Inserindo ao debate o papel da legislação na concepção dos espaços urbanos, sabe-se que são estabelecidos critérios mínimos de avaliação dos projetos que condicionam a sua aprovação. Dessa forma, acrescenta-se o desafio de combinar os aspectos projetuais identificados de duas formas: uma associação ideal, baseada nos preceitos teóricos estudados neste trabalho; e uma associação mínima, vislumbrando possibilidades de critérios para aprovação de projetos de praças de CHIS.

7.3.1 Localização, acessos, circulação e incidência solar

Esta categoria e seus respectivos itens podem ser considerados um dos fatores mais importantes do processo de projeto para garantir que a praça possa cumprir suas funções fundamentais de espaços de lazer, sociabilização entre os moradores do bairro e suporte à circulação de pedestres.

Caracteriza a primeira etapa no processo de projeto, sendo necessariamente desenvolvida concomitantemente ao início do projeto do loteamento. É na escolha do local de implantação da praça que está a garantia para que esta seja um elemento central no bairro. Dessa forma, permite-se alcançar uma das mais importantes orientações teóricas de que a praça seja concebida como o “coração” da comunidade.

Além da localização da praça no bairro, esta categoria é composta por outras cinco subcategorias que abordam: a relação estabelecida entre a praça e a rua, direcionada para o acesso à praça e à definição de seus

limites externos; a relação com o espaço privado, caracterizando o acesso imediato à praça pelos usuários, a definição de um limite construído e a permeabilidade visual; o cenário e as oportunidades aos quais a praça proporciona acesso; a quantidade e disposição das rotas internas; e a incidência de luz solar na praça.

Dentre todos os itens levantados em cada uma destas subcategorias, não houve significativas ausências nas praças analisadas, demonstrando total aplicabilidade dos atributos à realidade dos conjuntos habitacionais de interesse social.

Na primeira subcategoria da relação com a rua, evidencia-se a necessidade de circundar a praça por vias locais. Esta característica garante o acesso imediato do espaço privado ao público, limita as distâncias de visão para quem está no espaço privado (possibilitando a vigilância natural), e restringe naturalmente o acesso. Associada com a estratégia de chegada de apenas uma rua a cada lado da praça limita o número e a velocidade de veículos. Outros fatores como a continuidade do espaço público no mesmo nível da rua assegura também o acesso universal. Esse conjunto de fatores apresenta-se fundamental para intensificar o uso da praça pelos moradores que se mostraram inibidos com a presença de pessoas externas ao bairro, e para estabelecer uma continuidade entre os terrenos privados e o espaço da praça.

Com relação à segunda subcategoria da relação com o espaço privado, estabelece-se que a distância máxima até a praça seja de 50m. Considerando a presença da via local, essa distância mostrou-se reduzida, mesmo somando à dimensão da calçada. Trata também da obrigatoriedade de um limite bem definido para a praça composto pela continuidade das residências, e a presença de fachadas ativas nas mesmas. Estes dois aspectos, associados à distância reduzida, mostraram-se fundamentais para garantir o acesso imediato dos moradores, o fechamento necessário para garantir o caráter residencial da praça, a vigilância natural e a restrição de acesso.

Na subcategoria do acesso a que, aparecem como essenciais o cenário natural, composto pela presença de gramado e vegetação, caracterizando a praça como um espaço de “respiro” dentre os espaços construídos, buscado, segundo Lynch (1981), por todas as classes sociais. Quanto à oportunidade de acesso para desempenhar tanto a recreação ativa como a passiva, ambas mostraram-se usos fundamentais das praças. Mesmo onde não havia a oportunidade para alguma delas, observou-se improvisado por parte dos moradores para desempenhá-las.

A subcategoria relativa à circulação no espaço interno constitui, juntamente com o fator da centralidade no bairro, elemento essencial para que a praça dê suporte à circulação de pedestres no bairro. A quantidade das rotas internas associadas à implantação de caminhos interligados a todos os lados da praça permitem a travessia total do espaço como alternativa de passagem. A

presença de rotas por todo o limite também é necessária como suporte à circulação, pois permite, da mesma forma, que o pedestre aproxime-se da praça sem necessariamente adentrá-la (GEHL, 2011). Nos limites estão as rotas utilizadas para a caminhada, uma das principais atividades desempenhadas nas praças. Como forma de promover a sociabilização, visto que a caminhada é uma atividade promotora de encontros dos moradores, as rotas devem ter dimensões que permitam que pelo menos duas pessoas possam caminhar lado a lado.

A ausência de obstáculos nas rotas, além de garantir a acessibilidade universal, também é uma alternativa de melhoria do espaço para incentivar o uso da praça para circulação. Com o mesmo objetivo, orienta-se para a proteção dessas rotas da ação direta do clima, para que não sejam monótonas — consideradas como muito extensas, retilíneas, e sem qualidades visuais — e que sejam pavimentadas, para não gerar caminhos de terra.

A quinta e última subcategoria que trata da incidência solar na praça visando conforto ambiental, apresenta itens que se mostraram fundamentais para garantir a permanência dos usuários. Em primeiro lugar, a praça deve receber sol o ano todo, pois, mesmo no calor, os idosos têm o hábito de tomar sol ao longo do dia. A incidência solar também é necessária para garantir o crescimento da vegetação e, no frio, é fundamental para que os usuários permaneçam confortavelmente na praça. Entretanto, em função das alterações nas temperaturas ao longo do ano e das variações de preferências entre os usuários, é necessário prover áreas com sol e sombreadas simultaneamente na praça.

Dessa forma, visando as qualidades espaciais expostas na literatura, foi verificada a presença simultânea dos itens relativos a esta categoria: as facilidades de acesso pelos moradores, restrição do acesso a veículos e pessoas externas ao bairro, acessibilidade universal, a vigilância natural, a continuidade espacial entre domínios público e privado, fechamento do espaço, respiro entre as construções, oportunidade de lazer, circulação intensa de pedestres, permanência de pessoas e conforto ambiental.

7.3.2 Conformação do espaço

Após a implantação e definição dos acessos, são definidos aspectos relativos à conformação do espaço projetado. Esta categoria aborda alternativas de formato para a praça e como se apresenta frente ao sistema viário e às quadras do entorno, enfatizando ou não o espaço livre de uso público. Outras subcategorias, além da forma, referem-se à dimensão do espaço que, segundo as referências prescritivas, categoriza as praças em diferentes funções na escala do bairro; e ao número de usuários adequado para manter o caráter de vizinhança das praças.

Nesta categoria, todos os itens de projeto encontraram-se significativamente presentes nos casos estudados demonstrando aplicabilidade à realidade debatida, com exceção das dimensões propostas para as praças.

Tabela 9 Sistematização dos itens referentes à conformação do espaço

C O N F O R M A Ç Ã O	PRAÇAS		Orion	Gavetti 1	Gavetti 2	Gavetti 3	Marumbi	Flores	Café 1	Café 2	Café 3	Café 4	Café 5	Café 6	Santa Rita 1	Santa Rita 2	Santa Rita 3	Santa Rita 4	Santa Rita 5	Santa Rita 6	
	FORMA	formato																			
é um nó																					
ênfatiza esp. público																					
DIMENSÃO	até 25m																				
	25 a 100m																				
Nº USUÁRIOS	acesso de quem																				

A subcategoria de conformação do espaço que trata das orientações quanto ao formato da praça, ênfatiza que a presença de quinas dificulta a visualização total do espaço e das pessoas e, portanto, não é recomendável. Durante o levantamento, verificaram-se formatos variados como retangulares, triangulares, quadrado e semicírculo. Todos mostraram-se adequados quando trabalhados de modo a garantir a visualização da totalidade dos pontos da praça. As praças do CH Milton Gavetti apresentaram formato

diferenciado dos abordados pelo referencial teórico, retangular e longilínea com aproximadamente 15mX260m. A setorização nessas praças foi uma estratégia de projeto essencial para reduzir a sensação da escala. Mesmo a dimensão do maior lado da praça ultrapassando o alcance visual descrito por Gehl (2011), a criação de setores internos gerou o efeito de pequenas praças conectadas, como proposto por Alexander, Ishikawa e Silverstein (1980). Nesse sentido, acredita-se que não há um formato específico a ser imposto nos projetos de praças de CHIS, porém é necessário garantir a visualização do espaço como um todo ou, ao menos, gerar esta sensação por meio da estratégia da setorização.

Ainda na subcategoria relativa à forma, orienta-se para que a praça apresente-se como um nó no loteamento garantindo que assuma papel centralizador no contexto do loteamento. Para que receba a ênfase necessária, associa-se ainda o cercamento da praça pelas fachadas ativas garantindo que a praça torne-se o principal elemento do núcleo em que se insere para onde voltam-se todos os olhares. Na literatura estudada, observa-se ênfase às praças de dimensões reduzidas. Entretanto, o levantamento de campo demonstrou um número significativo de praças de dimensões mais amplas, sem descaracterizar a praça como de vizinhança. Constatou-se que a principal diferença entre as praças maiores e menores está na ênfase a uma de suas principais funções. As praças de dimensões muito reduzidas limitam a prática de recreação ativa, enquanto as praças excessivamente extensas dificultam a sociabilização e a vigilância natural.

A partir das evidências coletadas, consideram-se adequadas às praças de conjuntos habitacionais as dimensões de até 25m, de 25 a 100m e de 100 a 150m para o lado maior, porém sugere-se que o bairro tenha mais de um tipo, visto que desempenham diferentes funções.

A subcategoria relativa ao número de usuários adequado para manter o caráter de vizinhança da praça, mostrou-se ser uma importante condicionante para a utilização da praça por moradores, possibilitando a sociabilização e a vigilância natural.

A partir da associação entre os aspectos de projeto dessa categoria, fica explícito que o alcance da visão humana é de fato um importante limitador das dimensões e formato da praça. Dessa forma, somando as

estratégias de projeto para estabelecer um formato que privilegie a visão total do espaço, verifica-se que posicionar a praça como um nó atrativo, com dimensões medianas ou reduzidas e limitar o número de usuários, garante o posicionamento da praça como um espaço íntimo na vizinhança, intensificando a sociabilização e dando suporte, principalmente, à vigilância natural.

Por outro lado na realidade investigada, observa-se que nos CHIS há demanda significativas por espaços de lazer, em função da dificuldade de acesso a outros locais na cidade. Assim, verificou-se que as praças de dimensões maiores, apesar de dificultar a sociabilização entre os moradores do entorno, consistem em núcleos aglutinadores de recreação ativa de lazer dando suporte aos moradores do bairro como um todo.

7.3.3 Aspectos visuais

Esta categoria ilustra com clareza a interdependência espacial entre espaço público e privado. É composta por duas subcategorias, sendo uma delas voltada inteiramente para o espaço privado, trazendo orientações relativas à visibilidade de fora para dentro da praça e no espaço interno. A incidência de itens observados foi significativa, evidenciando a aplicabilidade dessas orientações ao referido contexto.

Tabela 10 Sistematização dos itens referentes aos aspectos visuais

ASPECTOS VISUAIS		PRAÇAS		Orion	Gavetti 1	Gavetti 2	Gavetti 3	Marumbi	Flores	Café 1	Café 2	Café 3	Café 4	Café 5	Café 6	Santa Rita 1	Santa Rita 2	Santa Rita 3	Santa Rita 4	Santa Rita 5	Santa Rita 6		
		PERIÓDICO	ESPAÇO																				
ASPECTOS VISUAIS	PERIÓDICO	variedade																					
		escala pedestre																					
		conjunto																					
		muros																					
	ESPAÇO	privado X público																					
		público X privado																					
		rotas																					
		peçoas																					
		limites																					

A primeira subcategoria que trata do espaço privado explicita características necessárias para gerar qualidades visuais no ambiente externo visualizado de dentro da praça como a variedade das construções do entorno para impedir a monotonia. Apesar de esta característica contrapor-se aos conjuntos habitacionais, vista a padronização das residências, observou-se intensa transformação das unidades habitacionais reforçando o papel do fator temporal debatido anteriormente. Da mesma maneira orienta-se para que o conjunto das edificações mantenha altura e proporções que privilegiem a escala do pedestre. Essa estratégia mostrou-se fundamental para garantir o fechamento necessário e restringir o acesso e, vinculado à presença das fachadas ativas, garante e intensifica a vigilância natural. Em último lugar, trata do fechamento permeável (evitando os muros) dos terrenos privados como forma de garantir a permeabilidade visual entre espaços privado e público.

O reflexo da presença significativa de muros no entorno foi claramente observado nos estudos de casos que apresentaram poucos vestígios de apropriação do espaço e sociabilização entre os moradores.

A segunda subcategoria trata da permeabilidade visual, dialogando com a disposição das casas em conjunto e com a presença dos muros. O primeiro item de projeto aborda a permeabilidade visual entre os espaços público e privado (de dentro para fora e de fora para dentro). Este fator é dependente da ausência de muros, mas também pode ser prejudicado com a existência de barreiras visuais. É um fator fundamental já que incide diretamente na vigilância natural e na estratégia de observação das atividades. O segundo item consiste na permeabilidade visual dentro do espaço da praça, principalmente por questões de segurança, visto que a presença de barreiras visuais pode servir como esconderijo.

Os demais três itens de projeto presentes nesta subcategoria tratam respectivamente da visibilidade das rotas, das pessoas em atividade, e dos limites da praça. Com relação às duas primeiras, correspondem à característica dos indivíduos de apreciarem a observação de outras pessoas, descrita no referencial teórico. A visibilidade dos limites também está relacionada às questões de segurança e observação, mas a importância deste aspecto de projeto é por intensificar a percepção do espaço pelo usuário.

Na sobreposição de todas as características explicitadas, verifica-se a garantia de qualidades visuais, na possibilidade de observação das pessoas em atividade — fator que viabiliza a vigilância natural e a percepção do espaço pelo usuário —, e na manutenção da escala do pedestre. Essas estratégias também promovem a ênfase necessária ao espaço público, conforme as orientações projetuais.

7.3.4 Componentes do espaço

As interferências propostas pelos itens de projeto presentes nesta categoria são direcionadas ao espaço interno da praça, delineando nova etapa de projeto. É recomendada a implantação de diversos elementos para a praça abrangendo objetos, iluminação, fontes, assentos e vegetação. O

As subcategorias referentes à presença objetos e de elementos com água são consideradas impróprias para as praças de CHIS. Apesar de algumas praças terem apresentado objetos, eles não exercem a função de referência visual e não garantem legibilidade à praça, funções para as quais é proposta a sua implantação. A presença de fonte ou outro elemento com água não foi observada em nenhuma das praças.

Na subcategoria que trata da iluminação, o item que recomenda a instalação de iluminação na escala do pedestre não foi observado nas praças. Muitos relatos apontaram que a falta de iluminação deve-se às copas das árvores que bloqueiam a luz dos postes. Em decorrência disso, concebe-se a aplicabilidade deste item às praças de CHIS. Quanto à presença de iluminação suficiente, por motivos óbvios de segurança, é considerado adequado para que o espaço esteja iluminado durante toda a noite. Em muitas praças observou-se a existência de apenas um poste de luz central para toda a área da praça, mostrando-se insuficiente onde as dimensões são amplas. Isso indica que a quantidade de postes de luz deve ser proporcional à área da praça e, na falta de postes nas calçadas, é preciso provê-los também nos limites.

Quanto à subcategoria referente aos assentos, trata-se da presença e quantidade desses equipamentos. Como a recreação passiva é uma das principais atividades desenvolvidas nas praças de CHIS e inteiramente dependente da presença de assentos, eles se apresentam como itens fundamentais para o uso efetivo da praça. Ainda, as diferentes modalidades de recreação passiva indicam variações no posicionamento dos assentos, o que depende categoricamente de uma quantidade mínima para tornar-se possível. Na mesma subcategoria orienta-se que os assentos sejam dispostos tanto na sombra como no sol, considerando as diferentes preferências e estações climáticas.

Como descrito no referencial teórico prescritivo, as pessoas têm interesse em observar umas às outras em atividade e isto deve ser considerado para posicionar os assentos, preferencialmente próximos às rotas e às atividades. O levantamento mostrou que, de fato, esses são os bancos mais utilizados para recreação passiva.

A presença dos assentos individuais foi observada sempre junto às mesas, normalmente utilizada para jogos de mesa. A abordagem teórica afirma que assentos individuais são necessários para dar suporte ao desenvolvimento de recreação passiva relacionada ao relaxamento, onde as pessoas optam por isolar-se do trânsito e das outras pessoas. Nas praças, observa-se que essa prática acontece nos bancos convencionais, dispostos isolados do trânsito e das atividades. Dessa forma, adota-se a postura de que os bancos individuais não são necessários nas praças de CHIS, e podem ser substituídos pelos bancos convencionais se posicionados de forma isolada no ambiente.

Os assentos com encosto foram observados em apenas uma das praças, pois diferem do padrão utilizado pela prefeitura (de concreto sem encosto). Entretanto os moradores que usavam a praça no momento do levantamento não estavam sentados nos bancos com encosto, e sim em muretas construídas por um “cuidador”. Assim, não se descarta a aplicabilidade de assentos com encosto, que agrega conforto, mas que não se mostrou essencial para o uso dos bancos das praças. A mesma reflexão aplica-se aos assentos informais observados em apenas uma das praças construídos por um dos moradores na forma de uma mureta no entorno das árvores. Por ser utilizado, é um item que pode ser aplicado a essa realidade, porém não de forma determinante para o uso da praça.

A última subcategoria trata da vegetação e define que a arborização deve ser suficiente e distribuída por toda a área da praça. Verificou-se a disseminação homogênea na grande maioria das praças, entretanto, segundo relatos dos moradores antigos, a arborização não fazia parte dos projetos e foi plantada de forma aleatória pela prefeitura ou pelos próprios moradores. Aqui novamente faz-se necessário considerar a ação do tempo na configuração do espaço. Grande parte das árvores encontra-se em idade avançada e, por isso, a vegetação é considerada suficiente. A aglomeração das árvores em pequenos bosques não aparece como um fator determinante. Também corresponde a um elemento destinado à atratividade do espaço que não é fundamental para viabilizar o uso. Deve ser aplicado apenas

em praças de dimensões maiores para não se comportar como uma barreira visual.

Dessa forma, verifica-se que a categoria dos componentes do espaço tem menor participação para que a praça cumpra as funções esperadas dentre todas as categorias. Os componentes que se apresentaram como essenciais foram a iluminação, em decorrência da segurança; os assentos em quantidade suficiente para permitir o posicionamento próximo às atividades, às rotas, e de maneira isolada, viabilizando as diferentes formas de recreação passiva; e a arborização, que garante conforto ambiental e caracteriza a praça como um cenário natural frente ao ambiente construído do bairro.

7.3.5 Oportunidades aos usuários

Dentre os itens presentes nesta categoria, apenas um deles não foi observado em nenhuma das praças e, por consequência, é considerado inviável para ser incluído no processo de projeto referente às praças de CHIS. Trata-se da disponibilização de um setor exclusivo para alimentação. Como discutido anteriormente, nos países em que foram elaboradas as orientações projetuais há a necessidade de tornar o ambiente da praça convidativo para que os usuários tenham motivação para deslocarem-se até ela. Segundo o referencial teórico estudado, alocar um setor com oportunidade para alimentação é um importante fator de atratividade.

Tabela 12 Sistematização dos dados referentes às oportunidades aos usuários

PRAÇAS		Orion	Gavetti 1	Gavetti 2	Gavetti 3	Marumbi	Flores	Café 1	Café 2	Café 3	Café 4	Café 5	Café 6	Santa Rita 1	Santa Rita 2	Santa Rita 3	Santa Rita 4	Santa Rita 5	Santa Rita 6
		FACHADAS ATIVAS																	
O P O R T U N I D A D E S A O S	FACHADAS ATIVAS																		
	nos limites																		
	nº fach. ativas																		
U S U Á R I O S	SEGURANÇA																		
	incerteza																		
O P O R T U N I D A D E S	SEGURANÇA																		
	uso noturno																		
	OPORTUNIDADE RECREAÇÃO																		
	rec. ativa																		
O P O R T U N I D A D E S	OPORTUNIDADE RECREAÇÃO																		
	rec. passiva																		
	passiva longe trânsito																		
	passiva p/ observar																		
U S U Á R I O S	SETORIZAÇÃO																		
	setorização																		
	set. atividades																		
	set. usuários																		
O P O R T U N I D A D E S	SETORIZAÇÃO																		
	setor p/ alimentação																		
	ATIVIDADES																		
	atividade limites																		
O P O R T U N I D A D E S	ATIVIDADES																		
	ativ. adequadas																		
	permite alterar ativ.																		
	promovem interação																		

A primeira subcategoria trata da presença das fachadas ativas e seu posicionamento nos limites e em número mínimo suficiente para gerar total fechamento da praça. A associação desses três aspectos de projeto é essencial para garantir o fechamento, o acesso imediato dos moradores à praça e a permeabilidade visual, responsável por permitir que os moradores acompanhem

o que se passa no espaço público e pela vigilância natural. Dessa forma, intensifica-se a segurança no local e a restrição de acesso.

Conectada à primeira subcategoria, a segunda trata da sensação de segurança percebida pelos usuários por meio de dois fatores: o sentimento de incerteza e o uso noturno da praça. De acordo com Gehl (2011), o sentimento de incerteza pode ser gerado por sensações e não necessariamente por fatos ou estatísticas de crimes. Verificou-se que o sentimento de incerteza está associado à iluminação insuficiente no período noturno, uso reduzido pelos moradores neste período e a proximidade de algumas praças a assentamentos subnormais. O uso noturno da praça pelos moradores mostrou-se relacionado à reunião em grupo por adultos, que se dá predominantemente neste período. A ausência deste item mostrou-se como uma oportunidade para a vinda de pessoas externas, uma das causas para o sentimento de incerteza.

A subcategoria que trata da oportunidade para recreação aos usuários aborda as oportunidades para desenvolver a recreação ativa e a passiva. Como visto, ambas são fundamentais para diversificar o uso e as classes de usuários, garantindo atividades constantes na praça. De forma simplificada, a oportunidade para recreação ativa depende de um espaço amplo sem barreiras que permita a prática de atividades espontâneas com ou sem bola e/ou a caminhada. Já a oportunidade para a recreação passiva depende da presença de bancos e vegetação. Mas a subcategoria trata ainda da necessidade de posicionar os equipamentos longe do tráfego de veículos e em locais estratégicos para a observação de pessoas em atividade, como formas de viabilizar a recreação passiva.

Outra subcategoria trata ainda das atividades, inclusive as desenvolvidas no entorno da praça. Com relação às atividades, orienta-se para que sejam predominantemente residenciais, como forma de assegurar o caráter de praça de vizinhança. Também propõe que as atividades sejam adequadas ao contexto da praça residencial, subentendendo as práticas de recreação ativa e passiva. Consideraram-se para a verificação deste aspecto os locais onde as atividades escolhidas para desempenho pelos usuários não são conflitantes com o suporte dado pelo meio físico. Outro aspecto de projeto abordado é para que as atividades desempenhadas na praça promovam interação entre os usuários.

Este aspecto foi visto nas atividades em grupo, tanto ativas — nos jogos em grupo e na caminhada como nas passivas — com a reunião dos moradores em grupos.

O aspecto de projeto que orienta para que se permitam alterações nas atividades às quais a praça dá suporte apresentou baixa frequência de observações. Este item foi considerado apenas onde há amplos espaços livres de obstáculos que permitam desenvolver outras atividades além das previstas ou a implantação de um novo equipamento. Como nem sempre é possível prever as preferências e atividades, é necessário que os espaços projetados não sejam rígidos. A partir das observações de espaços inutilizados, como os campos de bocha, e praças destinadas apenas à recreação passiva utilizadas para recreação ativa, esse aspecto de projeto é considerado fundamental para o processo de projeto.

Por último, a subcategoria que trata da setorização da praça em espaços menores, por meio das rotas internas ou barreiras físicas, mostrou-se ser estratégia essencial para reduzir a sensação da escala das praças maiores e setorizar as atividades evitando conflitos entre elas. No entanto, vale enfatizar que a setorização deve ser planejada para promover as interações necessárias entre as atividades, como observação das pessoas em atividade, preferência dos adultos em observar as crianças e o relaxamento isolado das demais atividades.

Verifica-se, portanto, que esta categoria é fundamental para que a praça transmita a sensação de um espaço seguro (e seja de fato) e cumpra a função de espaço de lazer sem gerar conflitos com as atividades do entorno e dentro do ambiente da praça.

7.3.6 Síntese das informações

Tendo em vista os itens ausentes que não influenciam no cumprimento das funções suscitadas, considerados como inadequados aos CHIS, os itens com baixa e alta frequência analisados, adotados como apropriados (ou não) a essa realidade, apresenta-se a síntese das constatações referentes ao papel do conjunto de itens de projeto que teoricamente incidem no desempenho da praça no contexto da vizinhança.

Tabela 13 Síntese das informações

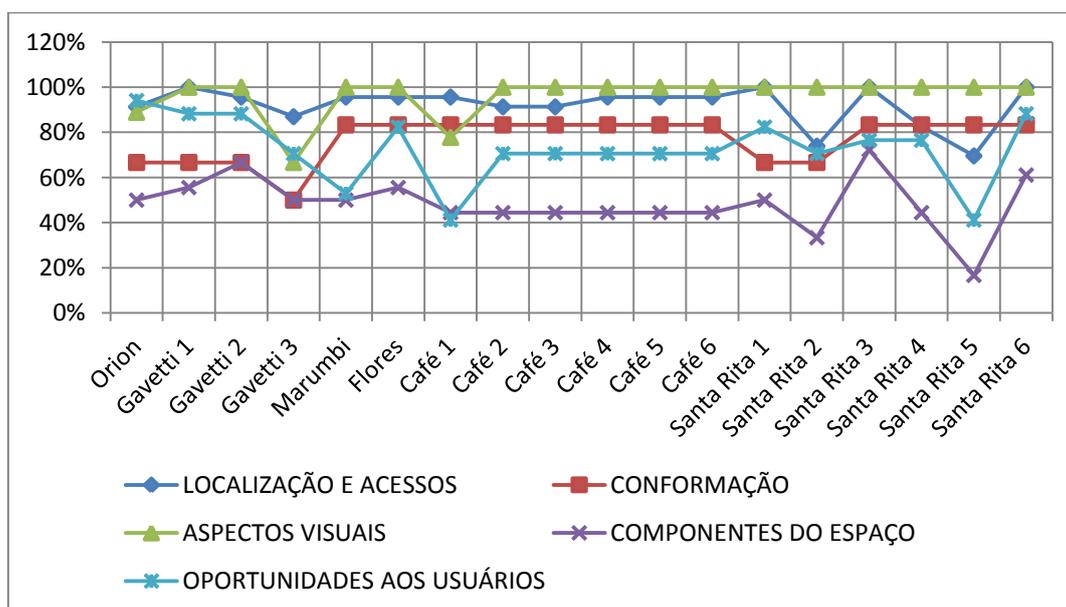
1. Localização, acessos, circulação e incidência solar na praça	Facilidade de acesso aos moradores, restrição de acesso para pessoas externas, acessibilidade universal, vigilância natural, suporte à circulação e conforto ambiental;
2. Conformações da praça	Ênfase ao espaço público, oportunidade para vigilância natural, percepção do espaço e restrição de acesso;
3. Aspectos visuais	Qualidades visuais, oportunidade para vigilância natural, ênfase ao espaço público e restrição de acesso;
4. Componentes da praça	Segurança, recreação passiva e conforto ambiental;
5. Oportunidades aos usuários	Sensação de segurança e cumprimento das funções relacionadas às práticas de lazer.

7.3.7 Diagnóstico físico-espacial

A sistematização das orientações projetuais encontradas na literatura prescritiva deu origem a um protocolo composto por cinco categorias — localização, acessos, circulação e incidência solar; conformação do espaço; aspectos visuais; componentes do espaço; e oportunidades aos usuários — para o levantamento das características físico-espaciais que exprimem aspectos projetuais.

A partir do somatório das variáveis levantadas em cada categoria (ou etapa de projeto), elaborou-se o gráfico 2 que permite comparar as praças em termos de projeto físico.

Gráfico 2 Diagnóstico físico-espacial



A partir das pontuações, tendo em vista os papéis desempenhados por cada categoria expostos pela análise, verifica-se primeiramente a padronização de projeto das praças do C. H. Milton Gavetti e das praças do Conjunto Residencial do Café. De modo geral, as Praças Gavetti 1 e 2 diferem apenas em termos de componentes do espaço. No entanto, a Praça Gavetti 3, apesar da similaridade do projeto, obteve pontuações menores do que as demais em função da falta de fechamento da praça por fachadas ativas e suas consequências, o que refletiu nas pontuações em todas as categorias que abordam itens de projetos relacionados ao fechamento da praça.

As seis praças do Conjunto Residencial do Café também apresentam significativa homogeneidade nas pontuações das categorias físico-espaciais com exceção da Praça 1, que também difere das demais no que diz respeito ao fechamento da praça por fachadas ativas.

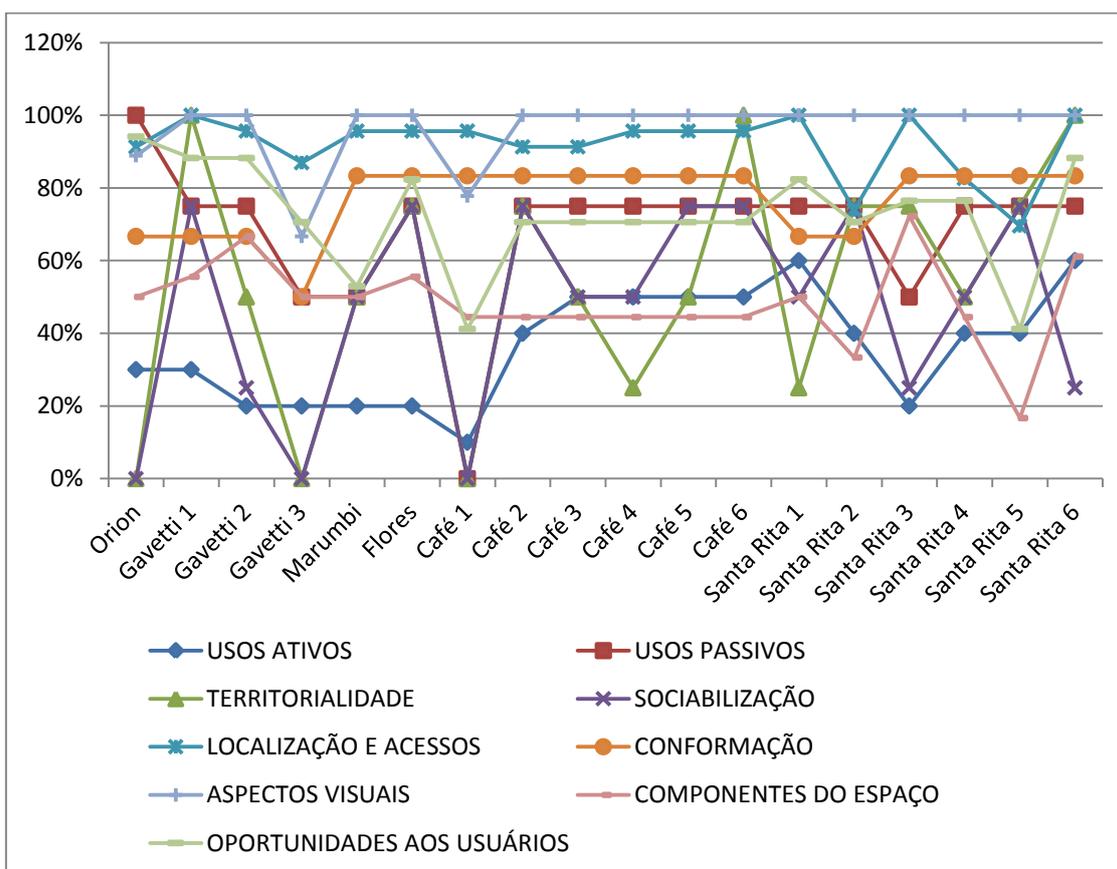
Observando as pontuações no âmbito de cada categoria, destaca-se da homogeneidade, com relação à categoria de localização e acessos, a baixa pontuação das praças Santa Rita 2 e Santa Rita 5 em decorrência da ausência de rotas de circulação. Na categoria de conformação, os realces são em função da Praça Gavetti 3 que tem número excessivo de de usuários externos e das Praças Santa Rita 1 e 2 que ultrapassam as dimensões propostas em teoria. A categoria dos aspectos visuais, também com caráter homogêneo, apresenta variações significativas em função da ausência de cercamento das praças Gavetti 3 e Café 1 por fachadas ativas.

Com relação às menores e maiores pontuações, as maiores encontram-se nas Praças Flores, Santa Rita 3 e Santa Rita 6 compondo, em termos físico-espaciais, projetos próximos do que se considera ideal a partir do referencial teórico prescritivo. As menores pontuações foram observadas nas Praças Santa Rita 2 e Santa Rita 5. Além do destaque referente à ausência de rotas internas, as menores incidências devem-se ao fato dessas duas praças terem sido concebidas conforme os preceitos teóricos durante o projeto do loteamento, entretanto as posteriores fases de projeto referentes ao planejamento do espaço interno da praça não foram realizadas.

7.4 Confronto entre as dimensões sociocultural e físico-espacial

Visto que objetiva-se definir recomendações de projeto para que as praças realizem suas funções no contexto da vizinhança, primeiramente realizou-se um “diagnóstico sociocultural” seguido da elaboração do diagnóstico “físico-espacial”, ambos visando ilustrar a situação das praças frente às situações ideais propostas a partir dos referenciais teóricos estudados. Nesse sentido, sobrepondo as informações das duas dimensões de análise possibilita-se correlacionar o desempenho das categorias identificando possíveis influências entre elas em uma aproximação da realidade de boas praças localizadas em CHIS.

Gráfico 3 Confronto entre as dimensões física e social



A partir do gráfico, destaca-se primeiramente os padrões de projeto observados nas praças dos conjuntos Milton Gavetti e Café em oposição à ausência de padrões comportamentais. Essa primeira constatação reforça o

argumento do referencial teórico de que o projeto físico não pode garantir por completo a realização do comportamento almejado para a praça, mas pode oferecer oportunidades para que ocorra.

Exemplificando a partir das seis praças do Conjunto Residencial do Café, verifica-se uma variação significativa na Praça 1, enquanto nas demais o desempenho é basicamente homogêneo. O baixo desempenho relativo à dimensão sociocultural naquela praça sobressai-se devido à falta de fechamento por fachadas ativas, dificultando a permeabilidade visual e a restrição de acesso, fatores preponderantes para a sociabilização e uso efetivo da praça pelos moradores. Situação similar é verificada nas Praças Milton Gavetti 3 e Orion enfatizando o papel determinante do fechamento por fachadas ativas no desempenho social dos espaços.

Para as demais praças do Conjunto Residencial do Café, apesar de não haver um padrão homogêneo de comportamento como para as características físicas, há uma pequena variação das pontuações em torno da média, o que exhibe influência entre as oportunidades oferecidas pelo espaço e as escolhas quanto ao desenvolvimento de atividades.

Por outro lado, com relação às praças de maior pontuação na dimensão social, aparecem as Praças Gavetti 1, Flores, Santa Rita 2 e Santa Rita 5. A Praça Gavetti 1 obteve altas frequências quanto ao projeto físico, com exceção do fator dimensão que ultrapassou a proposta em teoria, mas não se mostrou determinante a ponto de dificultar o desempenho social da praça. A Praça Flores apresenta alto desempenho em ambas as dimensões. O fato de não oferecer oportunidade para a recreação ativa não interferiu nesse resultado, indicando a conclusão de que a presença de um espaço gramado livre de barreiras supre a necessidade dos moradores para o desenvolvimento do lazer ativo.

As Praças Santa Rita 2 e 5 são casos peculiares, pois foram as praças com menor pontuação na dimensão física. Como exposto no diagnóstico físico-espacial, ambas não tiveram projeto executado no espaço interno da praça, tendo suas pontuações conquistadas apenas no que diz respeito à concepção da praça frente ao loteamento. As pequenas pontuações decorrem da ausência de rotas internas, dimensões maiores do que as propostas, falta de

setorização do espaço e quase ou total ausência de equipamentos (componentes do espaço). Essa evidente oposição entre diagnóstico físico e social permite destacar que os aspectos projetuais listados não são determinantes para impedir o alto desempenho social.

As constatações ressaltam a existência de uma hierarquia entre os aspectos físico-espaciais de projeto quanto à influência exercida sobre o desempenho social das praças dos conjuntos habitacionais. A partir das praças bem pontuadas socialmente, porém com baixas frequências de aspectos físicos de projeto, destaca-se que a ausência de rotas internas, dimensões maiores que 100m no maior lado, limitações quanto à prática de recreação ativa, falta de setorização do espaço e de equipamentos, não são fatores determinantes para que a praça deixe de cumprir sua função social no bairro. Em contraposição, a ausência de fechamento da praça por fachadas ativas dificultando a restrição do acesso de pessoas externas, o acesso imediato dos moradores do entorno e a permeabilidade visual são fatores essenciais que limitam o cumprimento das funções desses espaços no referido contexto.

Ainda, vistas as condições em que se encontram as praças nas dimensões físico-espaciais e socioculturais, e identificados os aspectos de projeto presentes em cada uma delas, conclui-se que não é a presença de um fator que garante a oportunidade necessária para que a praça atinja o desempenho social ideal, mas sim a combinação entre os fatores que exercem influência determinante sobre as variáveis comportamentais.

8 RESULTADOS OBTIDOS

Devido à forma recorrente de concepção dos espaços livres de uso público encontrados em CHIS, as praças localizam-se predominantemente às margens dos loteamentos, nas áreas em que não é possível a instalação de mais residências. O deslocamento das praças da centralidade dos bairros, frequentemente posicionadas em terrenos inadequados em termos de acesso e declividade, tem como consequência a marginalização desses espaços. De tal modo, entende-se que a concepção e planejamento são necessários para possibilitar que as praças cumpram suas funções e atendam à totalidade do bairro. A partir da fundamentação teórica que conceitua e classifica as praças urbanas, são identificadas as funções fundamentais de espaços para o desenvolvimento de atividades de lazer e para recepcionar a sociabilização entre os moradores no contexto da vizinhança.

Especificamente para o caso dos conjuntos habitacionais de interesse social, a população encontra-se excluída espacial e socialmente da cidade e, portanto, dos espaços de lazer. Além disso, os terrenos e unidades residenciais apresentam dimensões mínimas, o que coloca a praça em posição de espaço fisicamente complementar à residência.

Assim, traçou-se como objetivo desta pesquisa fornecer orientações de projeto para uma concepção adequada desses espaços. A fundamentação teórica deu base para a crítica quanto à forma de produção atual, assim como para a busca de bons exemplos que possibilitassem o estudo no contexto dos CHIS. Encontrados estes exemplos, ratifica-se que é possível conceber boas praças em conjuntos habitacionais que cumpram suas funções e acrescentem qualidade de vida aos moradores. Os estudos destes exemplos associados ao suporte teórico da literatura prescritiva permitiram encontrar orientações de projeto para os espaços livres públicos de lazer localizados em conjuntos habitacionais de interesse social.

Tendo em vista que os espaços livres apresentam-se no espaço urbano compondo um sistema que, no âmbito público analisado, encontra-se contínuo e conectado, a abordagem dos espaços livres públicos de lazer incide necessariamente na área que ultrapassa os limites físicos e visuais da praça. Esta é a causa para as diversas orientações projetuais encontradas que tratam não apenas das praças, mas dos espaços livres componentes do sistema viário e, ainda, do espaço privado.

O estudo desenvolvido revela que o projeto da praça não se inicia com o parcelamento das quadras do loteamento já finalizado, mas sim na escolha do local de implantação da praça anterior à definição do traçado, que é condicionado pela localização dos espaços livres de uso público. Essa etapa de concepção é considerada de maior importância por fundamentar o acesso até a praça. A facilidade de acesso para todo o bairro decorrente da localização central, associada ao fechamento da praça pelas fachadas ativas das edificações, garante a apropriação pelos moradores.

A partir dos dados socioculturais coletados, entende-se que projetar as praças visando privilegiar as formas predominantes de sociabilização e apropriação garante e intensifica os usos e as relações sociais. Constatou-se que não são projetos rígidos com volume e variedade de equipamentos que asseguram o cumprimento das respectivas funções, mas sim projetos simplificados que privilegiam a localização central e a proximidade do espaço privado. Essas características dependem da valorização da praça no processo de parcelamento das quadras do loteamento, tornando-a o ponto alto da hierarquização no processo de projeto. Foram assistidos a exemplos de praças concebidas em consonância com este preceito que não foram devidamente urbanizadas, mas que apresentaram uso e relações sociais intensificados e, portanto, cumpriram suas funções.

Nesse sentido, para a realização da pesquisa, desenvolveu-se primeiramente uma exploração da literatura em busca de prescrições de projeto para praças residenciais. Na atual conjuntura do trabalho é possível afirmar que o referencial teórico estudado trata de qualidade espacial em praças na escala residencial independente do contexto, visto que se mostrou adequada, a partir

da incidência de aspectos projetuais, inclusive aos conjuntos habitacionais de interesse social brasileiros.

Verifica-se que no contexto dos CHIS, os espaços deixados livres, gramados ou pavimentados, que permitem a prática de atividades espontâneas são muito utilizados e não restringem possibilidades de alteração nas atividades.

Outro diagnóstico é relativo às dimensões das praças e sua influência no cumprimento de suas funções. As praças menores, descritas na teoria como espaços íntimos, destacam-se no cumprimento de sua função como espaços de sociabilização entre os moradores e influência para a consolidação da comunidade, porém limitando o desenvolvimento da recreação ativa. Já com relação às praças de dimensões maiores — a maioria observada — a função de destaque corresponde ao desenvolvimento de recreação ativa, porém sem prejudicar a recreação passiva em função do amplo espaço que permite mesclar diversas atividades ao mesmo tempo. Nesse sentido, melhor do que instituir pequenas dimensões, é fundamental garantir a restrição do acesso de pessoas externas gerando fechamento da praça por fachadas ativas e vias locais.

A predominância das praças de dimensões maiores também infere algumas reflexões. As altas densidades dos conjuntos habitacionais geram grande demanda por espaços de lazer e, de fato, os espaços amplos também são muito utilizados pelos moradores. Assim, entende-se que os amplos espaços de lazer são necessários na escala do bairro, entretanto considera-se imperativa a inclusão de espaços menores pulverizados que originam pequenos núcleos dentro da vizinhança, estreitando os laços entre os moradores.

Uma estratégia observada nos estudos de caso para reduzir a sensação da escala nas praças maiores é a setorização do espaço e o uso de vegetação nos limites. A divisão em setores gera pequenos núcleos de diferentes atividades que promovem a interação entre os usuários. Já o papel da arborização nesse processo é o de intensificar o fechamento do espaço dando ênfase aos limites de modo a equilibrar a proporcionalidade das dimensões reais da praça.

Outro aspecto que se destaca no contexto dos levantamentos, é a influência da declividade da praça nas relações entre os moradores. Na Praça Santa Rita 1 há declividade, entretanto, em função de suas amplas dimensões, ela é suavizada. Além disso, as dimensões também trazem um caráter de parque para essa praça, onde o foco é o lazer e não a sociabilização e vigilância entre os moradores.

Mais vital do que a dimensão da praça, e tão importante quanto a sua localização no bairro, está a presença de fachadas ativas em todos os aspectos de projeto. Além de promover a vigilância natural e garantir vitalidade à praça, a continuidade das fachadas do entorno é a garantia de se atingir o fechamento esperado.

Da mesma forma, este aspecto reforça a relevância do espaço privado no projeto do espaço público, tanto relacionado aos usuários, como aos aspectos visuais e a localização. A interdependência entre as áreas públicas e privadas é realçada principalmente no que diz respeito aos aspectos visuais da praça. Nessa categoria de projeto, as orientações voltam-se predominantemente para o espaço privado quando institui a necessidade de permeabilidade visual do espaço privado para o espaço público, tanto como elemento de atratividade como de segurança.

De acordo com o referencial prescritivo, o projeto das praças não pode garantir que o comportamento almejado realize-se da maneira idealizada na concepção do projeto da praça, entretanto por meio dele podem ser geradas as oportunidades para que aqueles espaços cumpram efetivamente a sua função de lazer e de sociabilização.

A partir das análises, verifica-se que há de fato correlações entre as variações físicas e os aspectos comportamentais. A identificação de tais influências é o indicativo necessário para estabelecer uma hierarquia entre os aspectos projetuais para as tomadas de decisão no processo de projeto.

Observa-se da mesma forma, a partir das análises, que em cada praça há um determinado desempenho social gerado a partir de cenários distintos compostos não apenas por um, mas pela combinação de uma série de aspectos de projeto. Nesse sentido, tendo em vista a hierarquia estabelecida,

chega-se a uma associação ideal entre esses elementos que oferecem a oportunidade necessária para que a praça desempenhe suas funções.

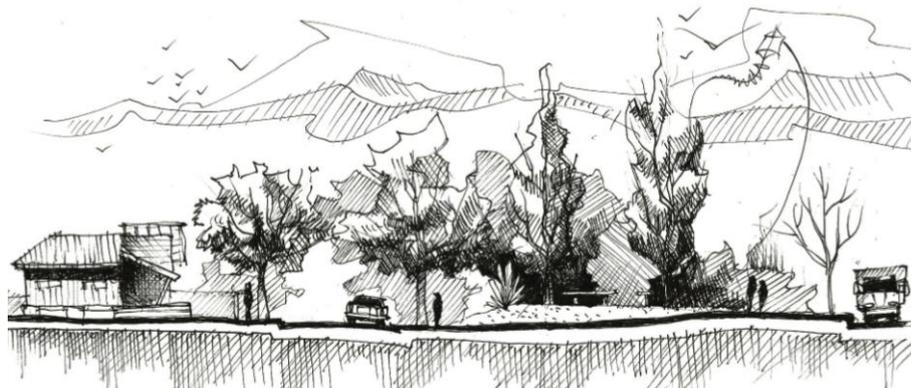
Para apresentar os resultados das análises e respectivas reflexões, passa-se por cada uma das categorias (etapas) de projeto identificadas a partir do referencial teórico, agora direcionadas para o contexto dos conjuntos habitacionais de interesse social brasileiros.

Dessa forma, apresenta-se a seguir a associação ideal dos aspectos projetuais, ilustrando um processo de projeto a ser seguido para garantir que as praças de CHIS possam desempenhar as funções de espaços de lazer, de sociabilização entre os moradores, e dar suporte para a circulação de pedestres no bairro.

Considerando o debate exposto no início do trabalho onde foi apresentada a influência da legislação sobre a concepção dos espaços na cidade, entende-se que são estabelecidos parâmetros mínimos a serem considerados nos projetos para sua aprovação. Nesse sentido, na apresentação subsequente dos aspectos projetuais entendidos como determinantes para a concepção adequada de praças de CHIS, são mostrados também quais desses aspectos são considerados essenciais para o projeto, ou seja, o que deveria conter, no mínimo, o projeto de praças de CHIS para viabilizar sua aprovação.

8.1 Orientações de projeto para praças de conjuntos habitacionais de interesse social: associação ideal dos aspectos projetuais

Localização, acessos, circulação no espaço interno e incidência solar:

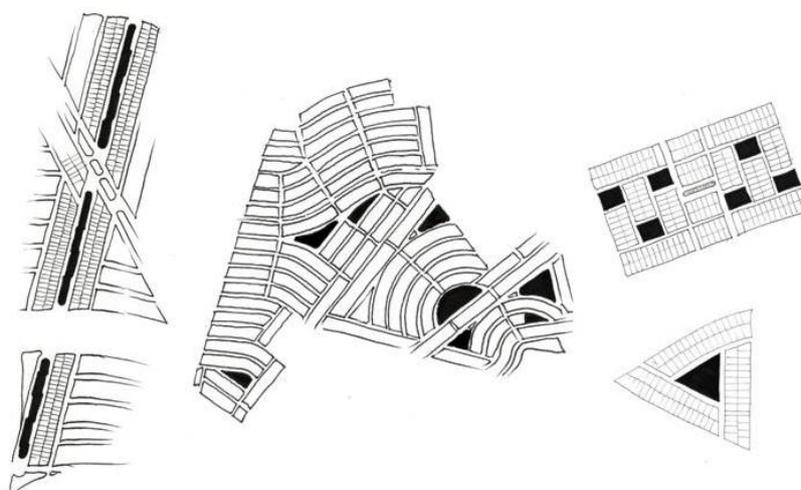


Esta categoria trata da primeira fase de concepção da praça, sendo necessariamente realizada concomitantemente ao projeto do conjunto habitacional. A escolha do local de implantação da praça deve se dar de modo que se torne o “coração” da comunidade. O planejamento do sistema viário deve privilegiar o acesso de pedestres e restringir o acesso de veículos nas proximidades da praça. Portanto:

- A(s) praça(s) deve(m) estar localizada(s) como uma centralidade do bairro, a uma distância máxima de 750m de todas as extremidades do conjunto habitacional para que seja acessível em até dez minutos a pé de todos os pontos do bairro;
- A(s) praça(s) deve(m) estar localizada(s) no mesmo nível da rua do seu entorno para garantir o acesso imediato de pedestres;
- É necessário garantir que o acesso ocorra por apenas uma via de cada lado da praça, como forma de restringir o acesso e a velocidade de veículos às imediações da praça;
- A transição entre o espaço privado e a praça deve ser realizada por uma via local. Quanto mais estreita a via, maior é a restrição de veículos e o acesso imediato dos moradores;

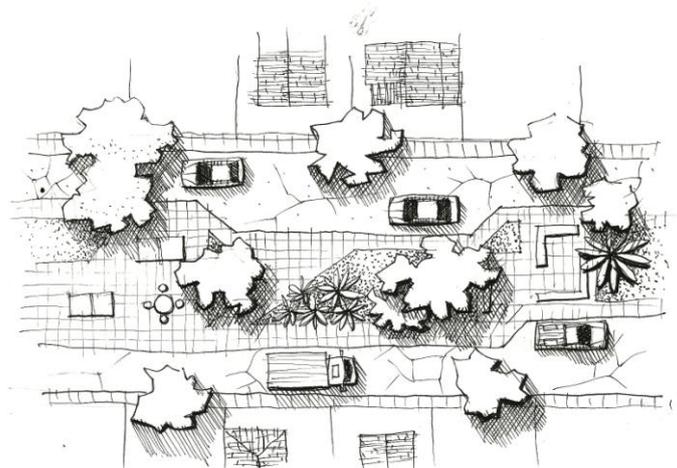
- O espaço privado deve compor todo o perímetro da praça, com suas aberturas posicionadas de frente para o espaço público como forma de garantir o acesso imediato dos moradores e gerar sensação de fechamento ao espaço da praça;
- A(s) praça(s) deve(m) proporcionar acesso a um cenário natural, que ofereça oportunidade tanto para a recreação ativa como a passiva;
- As rotas de circulação interna devem ser planejadas como continuidade das vias que chegam, atravessando a praça de um lado a outro para oferecer suporte à circulação dos pedestres pelo bairro, e a opção de reduzir o caminho a ser percorrido cruzando a praça;
- As rotas de circulação interna também devem estar posicionadas contornando todo o limite da praça para oferecer ao pedestre a oportunidade de presenciar o espaço da praça sem adentrá-la;
- As rotas de circulação interna devem ter dimensões que permitam pelo menos duas pessoas caminhando lado a lado; devem ser pavimentadas, sem obstáculos e protegidas do clima;
- Garantir que as rotas de circulação interna não sejam excessivamente longas e retilíneas de forma a tornarem-se monótonas;
- A(s) praça(s) deve(m) receber sol o ano todo, porém com sombras distribuídas por toda área, provendo tanto espaços com sol como espaços com sombra.

Figura 12 Exemplos de praças concebidas como o "coração" do conjunto habitacional



Fonte: da autora

Conformação do espaço:

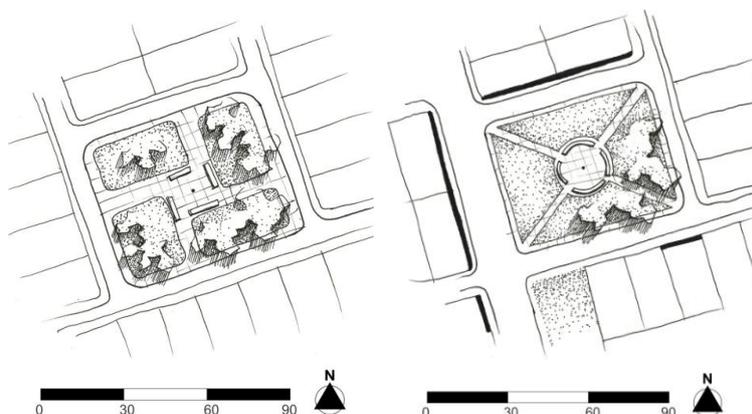


Esta categoria corresponde à fase de projeto de definição da forma e dimensão da praça. Tanto as praças maiores como as menores desempenham funções fundamentais no contexto do conjunto habitacional. As praças maiores tendem a concentrar atividades de lazer relacionadas à recreação ativa, enquanto as menores praças privilegiam a recreação passiva e a interação entre os moradores. Portanto:

- No contexto do conjunto habitacional, a praça deve estar posicionada como um nó, para dar ênfase ao espaço público, porém sem tornar-se um polo aglutinador de tráfego;
- Para conceber praças como espaços íntimos na vizinhança, o lado maior deve ter, no máximo, 25m. Nesses espaços a presença de assentos e vegetação é fundamental, pois a principal atividade desempenhada consiste na recreação passiva;
- Para conceber praças que concentrem atividades de lazer, o lado maior deve ter, no máximo, 150m. É possível ultrapassar essa dimensão desde que a praça seja setorizada e com dimensão reduzida no lado menor, como forma de diminuir a sensação da escala no ambiente interno;
- Praças menores ou maiores realizam diferentes funções no bairro. Deve-se inserir no contexto do conjunto habitacional mais de um tipo, onde a maior centraliza as atividades de lazer do bairro e a menor intensifica as relações de sociabilização entre os moradores do entorno imediato ou próximo;

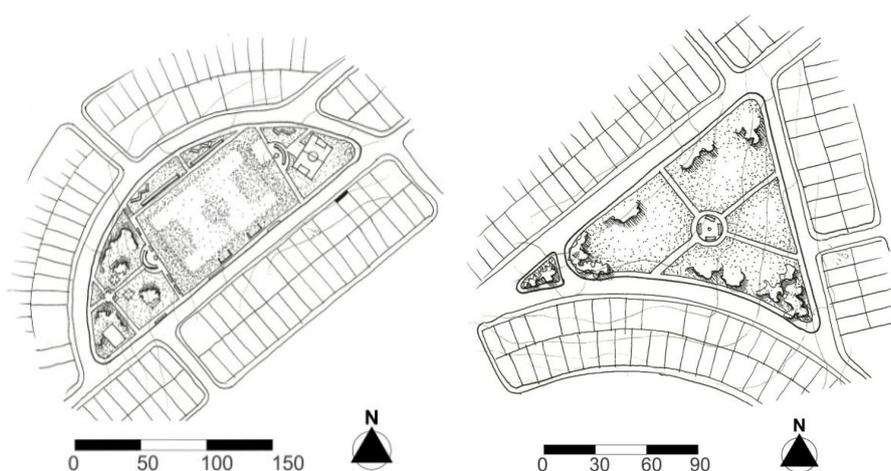
- Os usuários das praças maiores devem ser preferencialmente os moradores do conjunto, com a possibilidade de atender a algum bairro vizinho carente de espaços de lazer;
- Os usuários das praças menores devem ser apenas os moradores do entorno imediato ou próximo à praça;
- Como forma de controlar o número de usuários para que sejam predominantemente moradores do bairro e atendam adequadamente ao conjunto, evitar a locação nas divisas do bairro ou nas adjacências de vias de alto fluxo, pois a circulação de um número elevado de pessoas externas ao bairro inibe o uso pelos moradores.

Figura 13 Exemplos de pequenas praças em conjuntos habitacionais



Fonte: da autora

Figura 14 Exemplos de grandes praças em conjuntos habitacionais



Fonte: da autora

Aspectos visuais:



Esta categoria relaciona-se à concepção do espaço privado que compõe o entorno da praça e às relações visuais entre esses espaços e a área interna da praça propriamente dita. Depende da maturação do conjunto habitacional para a promoção de transformações nas residências de forma a garantir alguma variedade visual para quem permanece na praça. Portanto:

- O espaço privado que delimita o entorno da praça deve conformar um conjunto contínuo de edificações e ser composto apenas por residências de dimensões que respeitem a escala do pedestre;
- Os terrenos privados que cercam a praça devem ter fechamento permeável, ou seja, com grades. Evitar ao máximo o fechamento dos terrenos por muros;
- A permeabilidade visual é uma importante estratégia para garantir a vigilância do espaço pelos moradores e para que eles assistam ao que se passa no espaço público sentindo-se estimulados a adentrá-lo. Por isso, é necessário garantir a permeabilidade visual do espaço privado para o espaço público evitando barreiras visuais e posicionando as principais aberturas das residências para a praça;
- Evitar barreiras visuais dentro do espaço da praça para impedir esconderijos e garantir que os usuários visualizem uns aos outros, as rotas de circulação interna e os limites da praça.

Componentes do espaço:



Esta categoria trata dos equipamentos e vegetação a serem inseridos no ambiente da praça. Os equipamentos viabilizam o desempenho de diferentes atividades, porém espaços livres de barreiras que permitem o desenvolvimento de atividades espontâneas são prioritários aos espaços rígidos projetados que não permitem alterações futuras nas atividades. Portanto, é preciso:

- Dispor iluminação suficiente para manter toda a área da praça iluminada no período noturno e posicionar postes complementares mais baixos na escala do pedestre onde a vegetação tiver porte arbóreo mais denso;
- Dispor a vegetação em quantidade suficiente para que a praça seja um cenário natural em meio às construções, distribuindo-a em toda a área da praça associando com a localização de bancos, rotas e locais de atividades;
- Dispor na praça assentos em quantidade suficiente para permitir posicioná-los próximos às rotas de passagem, próximos aos locais de desenvolvimento de atividades e isolados das práticas de recreação ativa e do trânsito; intercalando-os em espaços com sombra e com sol;
- Criar espaços de estar posicionando os assentos de forma que os moradores possam reunir-se na praça e prover iluminação direcionada para que as reuniões possam acontecer no período noturno.

Oportunidades aos usuários:

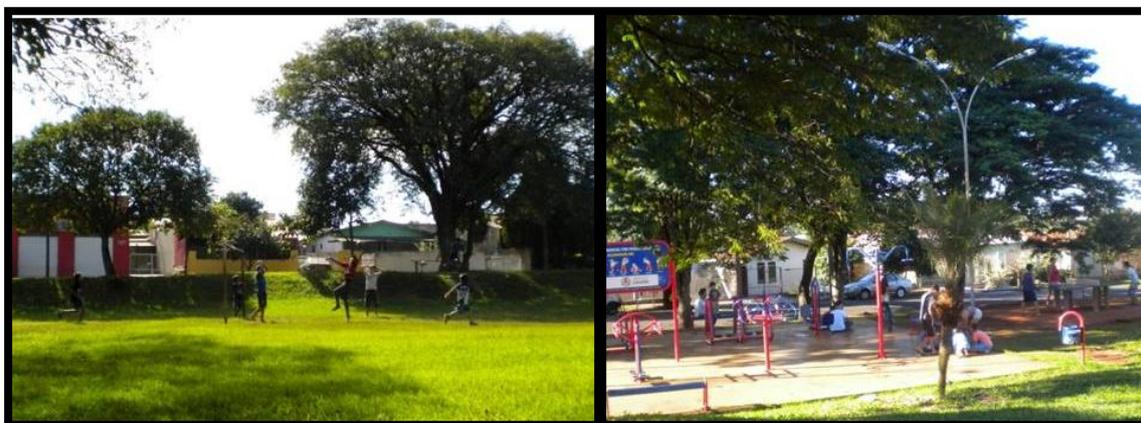


Esta categoria refere-se à criação de oportunidades para os usuários desempenharem a vigilância do espaço e desenvolverem atividades próprias às praças de vizinhança localizadas em conjuntos habitacionais. As principais atividades desenvolvidas em praças de conjuntos habitacionais consistem na caminhada em torno da praça, futebol, brincadeiras aleatórias com ou sem bola, academia ao ar livre e pingue-pongue, como exemplos de recreação ativa. Sentar-se isolado do trânsito e das atividades para relaxamento, sentar-se próximo aos locais de desenvolvimento de atividades e passagem para observação das pessoas, e sentar-se em grupos para interação são os principais exemplos de recreação passiva. Portanto, é necessário:

- Para permitir a vigilância natural do espaço, posicionar as fachadas ativas das residências do entorno contornando todo o limite da praça;
- Manter a praça bem iluminada no período noturno para intensificar o uso por moradores nesse período;
- Setorizar o espaço da praça em ambientes menores, por meio das rotas de circulação, separando as atividades incompatíveis e agrupando as atividades relacionadas;
- Oferecer oportunidade para recreação ativa na praça, por meio de um espaço livre de barreiras com área suficiente para a prática de brincadeiras aleatórias com ou sem bola, dotada de pelo menos uma trave de gol;

- Nas praças com dimensões maiores, disponibilizar ainda pelo menos um setor dotado de equipamentos como academia ao ar livre e mesa para pingue-pongue, por exemplo;
- Que a(s) praça(s) ofereça(m) oportunidade para recreação passiva, garantida pela presença de assentos distribuídos e também aglomerados. Os primeiros para que os usuários tenham oportunidade para relaxar isoladamente, assistir a outras pessoas em atividade e nas rotas de circulação, e os segundos para permitir a reunião dos moradores em grupos;
- Privilegiar os espaços livres de barreiras para a prática da recreação ativa aos espaços projetados para atividades específicas para evitar a concepção de espaços rígidos que não permitam alterações nas atividades.

Figura 15 Exemplos de oportunidade para recreação ativa



Fonte: Acervo da autora

Figura 16 Exemplos de oportunidade para recreação passiva



Fonte: Acervo da autora

8.2 Orientações de projeto para praças de conjuntos habitacionais de interesse social: associação mínima dos aspectos projetuais

Uma primeira reflexão quanto à produção de baixa qualidade recorrente de praças de CHIS permeia o papel da legislação enquanto elemento regulador dessa produção. Os projetos consistem no reflexo espacial dos critérios quantitativos adotados como condicionantes para a concepção dos espaços urbanos. Nascimento e Tostes (2011) reforçam essa afirmação argumentando que a cartilha do programa MCMV não institui critérios de qualidade para aprovação de loteamentos e seus respectivos espaços públicos.

Nesse sentido, dialogando com o padrão da legislação brasileira de instituir parâmetros mínimos que condicionam a aprovação de projetos urbanos, estabelece-se a associação mínima dos aspectos projetuais encontrados para praças localizadas em CHIS, que se mostraram essenciais para que possam cumprir suas respectivas funções na escala do bairro.

Foi constatado que, no caso dos conjuntos habitacionais, a localização central e o fechamento da praça por fachadas ativas mostraram-se os fatores físico-espaciais que hierarquicamente mais influenciam no cumprimento das principais funções identificadas. Portanto:

- As praças devem ser concebidas como elementos de centralidade do bairro, acessíveis a, no máximo, 10 minutos a pé (equivalente a 750m) de todos os pontos do bairro;
- As praças devem compor núcleos de vizinhança em torno de si, contornadas por vias locais que separam a praça dos terrenos privados do entorno que devem estar posicionados continuamente em todo o perímetro;
- Os lotes residenciais devem ter frente voltada para o ambiente da praça e suas unidades habitacionais devem ter suas fachadas ativas (fachadas com aberturas) e acessos voltados para a praça;
- A praça deve ser composta por, no mínimo, um espaço livre de barreiras que permita o desempenho de recreação ativa, arborização distribuída gerando espaços com sombra e com sol e assentos dispostos tanto na sombra como no sol, próximos das atividades, isolados e agrupados, garantindo todas as formas de recreação passiva na praça.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto no panorama que tratou da produção da habitação social no cenário nacional, as praças de conjuntos habitacionais de interesse social têm sido concebidas como consequência do traçado dos loteamentos que priorizam os lotes privados e renegam os espaços livres de uso público às áreas marginalizadas, geralmente em terrenos impróprios para permanência.

Esse processo reflete a inversão de valores que gere a produção do espaço urbano, onde os valores atrelados ao ato de morar e viver em sociedade são substituídos pelo valor de troca das unidades habitacionais. Nesse sentido, a destinação dos espaços ao uso público torna-se sinônimo de redução do lucro. Entretanto, a teoria que fundamentou este trabalho assim como os levantamentos posteriores mostraram que esses espaços são fundamentais no âmbito dos conjuntos habitacionais.

Assim, a presente pesquisa procurou discorrer sobre a produção da habitação social no Brasil para inferir possibilidades de reversão desse processo. Em um primeiro momento, balizou-se no referencial teórico para conceituar e classificar o objeto de pesquisa — praças de conjuntos habitacionais de interesse social. A partir da fundamentação, entende-se que esses espaços são uma complexidade dotada da presença simultânea e complementar de duas dimensões igualmente importantes: a dimensão física e a dimensão social.

Dessa forma, foi proposta a investigação de correlações entre ambas as dimensões a fim de traçar diretrizes físico-espaciais objetivando o cumprimento das funções sociais das praças no contexto dos CHIS. Por conseguinte, foi possível caracterizar a dimensão social inerente a esses espaços, fundamental para adequar as orientações projetuais encontradas na literatura prescritiva para este contexto.

Uma importante conclusão desse processo é a de que, nessa realidade, o acesso aos espaços de lazer constitui uma necessidade. Espaços livres quase ausentes de equipamentos mostram-se intensamente apropriados e as constatações a partir da caracterização sociocultural evidenciaram que os

projetos simplificados que permitem as práticas de atividades espontâneas devem ser prioritários. Nesse sentido, há uma importante reflexão quanto ao papel do arquiteto e urbanista na elaboração de projetos urbanos. O entendimento da realidade e das condições sociais do espaço pode ser mais relevante ao processo de projeto do que a elaboração de projetos complexos e rígidos.

A investigação referente às praças residenciais evidenciou a interdependência espacial entre os espaços urbanos. Parte considerável das orientações projetuais expande os limites da praça e abrange características fundamentais do projeto do loteamento residencial, do sistema viário e do espaço privado. Esta conjuntura institui importante reflexão sobre a compreensão das relações espaciais na elaboração de projetos mostrando que a concepção da praça enquanto elemento isolado não garante o cumprimento de suas funções no contexto do loteamento. Ainda, a hierarquia identificada entre os aspectos projetuais indica que tomadas de decisão referentes ao projeto do loteamento, do sistema viário e do espaço privado são mais relevantes para a concepção das praças do que as etapas que constituem ações de projeto para o espaço da praça em si.

A análise do fator temporal neste processo também revela conclusões importantes. A passagem do tempo infere em transformações categóricas na configuração da vizinhança e, nos espaços analisados, exerceu papel fundamental na conquista das qualidades físicas e sociais identificadas. A vivência nesses espaços por mais de trinta anos foi determinante para o desenvolvimento dos sentidos de pertencimento e comunidade observados que, juntamente com as características físicas, são responsáveis por caracterizar os casos estudados neste trabalho como boas praças de conjuntos habitacionais.

Nesse sentido, espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para a concepção de novos conjuntos habitacionais e que as constatações e reflexões aqui tratadas abram a perspectiva para novas pesquisas que visem o entendimento e a melhoria do espaço urbano.

REFERÊNCIAS

- AELBRECHT, P. S. Rethinking urban design for a changing public life. **Journal of Place Management and Development.**, v. 3, p. 113 - 129, 2010.
- ALEXANDER, C.; ISHIKAWA, S.; SILVERSTEIN, M. **Un lenguaje de padrones.** Barcelona: Gustavo Gili, 1980.
- ANDRADE, L. T. D.; JAYME, J. G.; ALMEIDA, R. D. C. Espaços públicos: novas sociabilidades, novos controles. **Cadernos Metrópole 21**, p. 131-153 , 10 sem. 2009.
- ARENDT, H. **A condi o humana.** Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1991.
- AYOUB, T. A. A.; KANASHIRO, M. Análise Qualitativa dos Espaços Livres de Uso Público da Zona Norte de Londrina. **11  ENEPEA - Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo do Brasil.**, Campo Grande: UFMS, 2012.
- BARNETT, J. **Redesigning Cities: Principles, Practice, Implementation.** Chicago: University of Chicago Press, 2003.
- BARROS, R. R. M. P. Habita o Coletiva: a inclusão de conceitos humanizadores do processo do projeto. **Tese de Doutorado - Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo.**, São Paulo, 2008.
- BENTLEY; ALCOOK; MOURRAIN; GLYNN; SMITH. **Entornos Vitales. Hacia un Dese o Urbano e Arquitectónico m s Humano. Manual Prático.** Barcelona: Gustavo Gili, 1999.
- BONDUKI, N. Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa, Minha Vida. **Teoria e Debate**, maio/junho 2009. ISSN 82.
- CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A. L. **O Programa Minha Casa Minha Vida e Seus Efeitos Territoriais.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 17-66.
- CARDOSO, A. L.; LAGO, L. C. D. O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Efeitos Territoriais. In: CARDOSO, A. L. **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Efeitos Territoriais.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 7-17.
- CARMONA, M. **Housing Design Quality: through policy, guidance and review.** London: Spons Press, 2001.
- CARMONA; TIESDELL; HEATH; OC. **Public Places Urban Spaces. The Dimension of Urban Design.** 2  Ed. ed. Oxford: Elsevier, 2010.

CARR; FRANCIS; RIVLIN; STONE. **Public Space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 4ª. ed. São Paulo: Ática, 1999.

CUSTÓDIO; CAMPOS; MACEDO; QUEIROGA. Espaços Livres Públicos nas Cidades Brasileiras. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, p. 1-31, II Semestre 2011 2011.

DI MASSO, A. Grounding Citizenship: Toward a Political Psychology of Public Space. **Political Psychology**, v. 33, p. 123-143, 2012.

DIEESE, D. I. D. E. Estudo Setorial da Construção. **Estudos e Pesquisas.**, 18 Julho 2011. ISSN 56. Disponível em:
<<http://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2011/estPesq56ConstrucaoCivil.pdf>>. Acesso em: 2013.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva: SESC, 1979.

FARIA, G. M. G. Configuração da esfera pública e a construção da paisagem. **9 ENEPEA - Encontro Nacional sobre o Ensino de Paisagismo nas Escolas de Arquitetura.** , Curitiba, 2008.

FERREIRA, J. S. W. **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos**. São Paulo: LABHAB ; FUPAM, 2012.

FRESCA, T. M. Mudanças recentes na expansão físico-territorial de Londrina. **Geografia: Revista do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina.** , Londrina, v. 11, p. 241 – 264, 2002. ISSN 2.

GEHL, J. **Life betwing buildings. Using Public Space**. Washington: Island Press, 2011.

GIFFORD, R. **Environmental Psychology**. Boston: Allyn & Bacon, 1996.

GOLICNIK, B. How Conducive Are Urban Public Open Spaces To Social Inclusion? **Open space people space**, Edinburgh, 2004.

GRANJA; KOWALTOWSKI; PINA; FONTANINI; BARROS; PAOLI; JACOMIT; MAÇANS. A natureza do valor desejado na habitação social. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. v. 9, n. n. 2, p. 87-103, abr./jun. 2009.

GROAT, L.; WANG, D. **Architectural Research Methods**. [S.l.]: John Wiley & Sons, 2002.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HOLMSTRÖM, J.; KETOKIVI, . Bridging Practice and Theory: A Design Science Approach. **Decision Sciences**, Finland, v. 40, n. Journal compilation, 2009, Decision Sciences Institute, p. 65 - 87, fevereiro 2009.

IPPUL. **Qualificação Urbana. Jd. Leonor, Stª Rita, Santiago e entorno**. Londrina: IPPUL, 1996.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KANASHIRO, M.; AYOUB, T. Princípios de Design de Áreas Residenciais: Análise comparativa de Guias de Design Ingleses e Possibilidades de Aplicabilidade no Brasil. **XIV ENTAC - Encontro Nacional de Tecnologia e Ambiente Construído**, Juiz de Fora, v. 1, p. 3373-3383, 2012.

KANASHIRO, M.; YAMAKI, H.; LAMOUNIER, A. Defensibilidade Urbana: Territorialidade e Senso de Comunidade como Estratégias de Segurança. In: SÁ, A. J. D. **Nas Geografias da Violência. o renascer dos espaços de civilidade?** Recife: CCS, 2009.

KLEINSMANN, M. S. **Understanding Collaborative Design**. Delft: JB&A grafische communicatie, 2006. 309 p. ISBN 90-9020974-3. Disponível em: <http://repository.tudelft.nl/view/ir/uuid%3A0a7a57d4-c846-4458-a59f-24c25acbafa9/>. Acesso em: 17 jun. 2012.

KOSKELA, L. **Which kind of Science is Construction Management?** 16th Annual Conference of the International Group for Lean Construction. Manchester: The University of Salford. Julho 2008. p. 16-18.

KOWALTOWSKI, D. C. C. K. **Análise de parâmetros de implantação de conjuntos habitacionais de interesse social: ênfase nos aspectos de sustentabilidade ambiental e da qualidade de vida**. Programa de Tecnologia de Habitação/HABITARE - UNICAMP. Campinas. 2004.

KROLL, L. Places versus Plazas, 1987. In: MOUDON, A. V. (.). **Public Street for Public Use**. Portland: Morningside, 1991. p. 331-342.

LAVOS, A. P. A. D. **Sociabilidade em conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado: o caso da COHAB Cidade Tiradentes**. São Paulo: Dissertação de Mestrado - Programa de pós graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos., 2009.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 4ª Edição. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LEITE, R. P. Sociabilidades e Gentrification na Experiência Urbana Contemporânea. **28º Encontro Anual da ANPOCS - Memória, Patrimônio e Sociedade: Desafios Contemporâneos**, Caxambu, 2004.

LUKKA, K. The constructive research approach. In: OJALA, L. & H. O.-P. **Case study research in logistics**. Turun: Turku School of Economics and Business Administration, v. B1, 2003. p. 83-101.

LYNCH, K. **A Boa Forma da Cidade**. Lisboa: Edições 70, 1981.

MADANIPOUR, A. **Design of Urban Space: na inquiry into a socio-spatial process**. London: John Wiley & Sons, 1996.

MAGNOLI, M. M. O Parque no Desenho Urbano. **Paisagem Ambiente: ensaios**, São Paulo, 2006. 199 - 214.

MARICATO, E. Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. **Cadernos Metrópole (PUCSP)**, São Paulo, v. 21, p. 33-52, 2009.

MARICATO, E. **Brasil, cidades. Alternativas para a crise urbana**. 4ª Edição. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MARTINS, V. H. T.; FRESCA, T. M. A Correção Monetária e a Produção dos Conjuntos Habitacionais: O caso de Londrina. **X Encontro de Geógrafos da América Latina**, São Paulo, Março 2005. 8686 - 8706.

MASSAM, B.; EVERITT, J. The plaza as a public good: civic spaces in Puerto Vallarta, Mexico. **Prairie Perspectives: Geographical Essays 7.**, p. 96-113, 2004.

MEDEIROS, E. B. Educação para o Lazer. Boletim Intercâmbio. **SESC**, Rio de Janeiro, jul/set 1980. 37-54.

MENEGUETTI, K.; REGO, R. O Território e a Paisagem: A formação da rede de cidades no norte do Paraná e a construção da forma urbana. **Paisagem Ambiente: ensaios**, São Paulo, p. 37-54, 2008.

MONTEIRO; PINA; LABAKI; KOWALTOWSKI; SILVA. Praças-dentro e Praças-fora: Visões prospectivas de Espaços Abertos - privados e públicos em áreas habitacionais de interesse social. Arquitetura e Universidade: Estratégia para ambientes saudáveis e sustentáveis. **ENCAC 2007 IX Encontro Nacional e V Encontro Latino-Americano sobre Conforto no Ambiente Construído.**, Ouro Preto, 2007.

MÜLLER, L. N. Contribuição ao estudo do norte do Paraná (1956). **Geografia: Revista do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina**, Londrina, v. 10, p. 89 – 118, 2001. ISSN 1.

NASCIMENTO, D. M.; TOSTES, S. P. Programa Minha Casa Minha Vida: a (mesma) política habitacional no Brasil. **Arquitextos Vitruvius**, São Paulo, jun 2011.

- PASSOS, V. R. L. A verticalização de Londrina: 1970/2000. A ação dos promotores imobiliários. **Dissertação de Mestrado – Programa de pós-graduação em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Estadual de Londrina**, Londrina, 2007.
- PEDROZO, A. D. N. **Estudo de caso: MORADIAS CABO FRIO – arquitetura e desenho urbano, moradias diversificadas**, Londrina – PR. Rio de Janeiro: IBAM/CAIXA, 2003.
- PINA, S.; KOWALTOWSKI, D. Arquitetura do Morar: Comportamento e Espaço Concreto. **Seminário Internacional de Psicologia e Projeto do Ambiente Construído**, Rio de Janeiro, 2000.
- PLAMBEL. **Orientações para uma política habitacional**. Belo Horizonte: [s.n.], 1974.
- POLIDORO, M.; NETO, O. Análise da evolução da mancha urbana em Londrina-PR através das técnicas de sensoriamento remoto. **Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto.**, Natal, p. 811 – 818, 2009.
- QUEIROGA, E. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros**. Tese (Livre-docência). São Paulo: USP, 2012.
- RAPOPORT, A. **Aspectos humanos de La forma urbana**. Barcelona: Gustavo Gili, 1978.
- REQUIXA, R. **Sugestões e Diretrizes para uma Política Nacional de Lazer**. São Paulo: SESC, 1980.
- SENNETT, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- SERPA, A. Por uma nova paisagem habitacional. **Arquitetura e Urbanismo**, v. 71, p. p. 55-56, abr/mai 1997.
- SILVA, D. **Importância da recreação e do lazer**. Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011.
- SILVA, L. O surgimento da habitação social e a experiência da Viena Vermelha. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. Vol. XV, p. 97-117, jan/jul 2001. ISSN nº1.
- SIMIEMA, J. As transformações do ambiente urbano relativas à implantação de conjuntos habitacionais na cidade de Londrina/PR. **Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo**, São Paulo, 1998.
- SITTE, C. **A Construção das Cidades Segundo Seus Princípios Artísticos (1889)**. São Paulo: Ática, 1992.

SOUZA, J.; CARNEIRO, R. Moradia popular e política pública na Região Metropolitana de Belo Horizonte: revisitando a questão do déficit habitacional. In: FAEHL, M.; NEVES, J. A. B. **Gestão e Avaliação de Políticas Sociais no Brasil**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2007. p. 361-416.

SPREIREGEN, P. **Compendio de Arquitetura Urbana**. Barcelona: Gustavo Gili, 1971.

TÂNGARI; REGO; PARAHYBA; ALMENTEIRO. Espaços Livres de Edificação e Forma Urbana: análise morfológica em dois bairros do Rio de Janeiro/RJ. **ENEPEA - 11º Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil**, Campo Grande, 2012.

TAYLOR; FERNANDO; BAUMAN; WILLIAMSON; CRAIG; REDMAN. Measuring the Quality of Public Open Space Using Google Earth. **American Journal of Preventive Medicine**, 2001. 105–112.

WHYTE, W. **The social life of small urban spaces**. Washington: The Conservation Foundation, 1980.

WILKERSON; CARLSON; YEN; MICHAEL. Neighborhood physical features and relationships with neighbors: does positive physical environment increase neighborliness? **Environment and Behavior**, 2012.

YAMAKI, H. **Praças Históricas. Avaliação de Caráter**. 1ª Ed. ed. Londrina: Edições Humanidades, 2008.

YIN, R. K. **Estudo de Caso, planejamento e métodos**. 2.ed. ed. São Paulo: Bookman, 2001.

ZUCKER, P. **Town and square: from the agora to the village green**. New York: Columbia Press, 1959.

APÊNDICES

AUTOR/OBRA	OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS							
BARNETT (2003) / Redesigning Cities – Principles, Practice, Implementation	Promover as interações que constroem a vizinhança	Acessibilidade	Alimentação	Assentos	Atividades	Iluminação	Legibilidade	Orientação	Pedestres
DIRETRIZES PROJETUAIS	1. Para ser acessível a pé, considerar como distância máxima ao destino 1.200 pés (aprox. 350m), o que equivale a 5 minutos de caminhada.	1. Concessão para a venda de alimentos e bebidas é uma forma econômica de garantir vigilância; 2. Não deve ser permitido ao longo de todo o espaço para não constranger quem não pretende comer.	1. Locais para sentar pelo tempo que for desejado; 2. Além de bancos ou cadeiras, prover muretas ou floreiras de alturas adequadas para sentar; 3. Cadeiras móveis que possam ser agrupadas de diferentes maneiras; 4. Para bancos fixos, posicioná-los próximos, porém sem que estranhos sintam-se desconfortáveis; 5. Os assentos devem estar voltados para as áreas de caminhada.	1. Não colocar prédios altos no entorno – privilegiar a escala do pedestre; 2. O entorno deve ter edifícios com atividades; 3. Nas áreas residenciais, a frente das casas devem se relacionar com o espaço público.	1. As praças devem ser fechadas a noite e reabertas pela manhã; 2. Devem ser bem iluminadas para não oferecer perigo à noite; 3. Garantir iluminação na escala do pedestre.	1. Entrada e saída devem ser claramente identificáveis, assim como todos os demais componentes; 2. Possuir algum marco para referência.	1. A orientação sul deve ser evitada; 2. Verificar se os edifícios do entorno não provocam correntes de ventos; 3. Criar sombras e espaços para brisas, locais onde bate sol e protegidos do vento: para o calor, árvores bem posicionadas e uma fonte. Para o frio, bancos posicionados ao norte próximos às construções que barram o vento.	1. Distração para o pedestre, por exemplo, lojas; 2. Pedestres preferem um caminho direto e no nível da rua; 3. As pessoas evitam as colisões em calçadas muito movimentadas; 4. As pessoas param para conversar nas esquinas.	

AUTOR/OBRA	OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECIFICOS				
CARMONA, TIESDELL, HEATH <i>et al</i> (2010) / Public Places – Urban Spaces	Estimular as relações sociais que fortalecem a comunidade; Reduzir a oportunidade de crimes.	Acessibilidade	Atividades	Centro e limites	Qualidade visual	Vitalidade
DIRETRIZES PROJETUAIS		<ol style="list-style-type: none"> 1. Distinguir as boas e más atividades e controlá-las para que apenas as boas aconteçam no espaço; 2. Separar as atividades de grupos que não se toleram; 3. Prover espaços “marginais” onde comportamento livre pode ocorrer sem danos; 4. Criar espaços sem barreiras: pessoas com deficiências, flexibilidade para preferências distintas, simples e interativo, perceptível, tolerável ao erro (minimizar acidentes), pouco esforço, tamanho e espaço adequados para os usos propostos; 5. Percepção das preferências das minorias étnicas: inserção de referência simbólica (visual), experimental (plantas exóticas) e provisão de facilidades. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os espaços devem estar bem localizados; 2. Conforto: ambiental, físico e psicológico (segurança); 3. Relaxante: separar uma parte do tráfego; 4. Comprometimento passivo: observação; 5. Comprometimento ativo: encontrar pessoas. Criar oportunidades para encontros – jogos, atrações, pontos de transição (escadas, etc.); 6. Descobertas: proporcionar novas experiências; 7. Manter as pessoas visíveis umas as outras. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Projetar um centro livre para o local; 2. Projetar os limites: locais para sentar e assistir a outros e com fachadas ativas voltadas ao local; 3. A permeabilidade visual ou a visibilidade do espaço faz com que as pessoas parem naquele local, portanto, não provocar muito fechamento. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fechamento: o encontro das ruas com a praça deve ser feito de modo que só se enxergue uma rua por vez; 2. Espaço positivo: os prédios do entorno devem ser posicionados juntos; 3. Forma: a proporção altura X largura – prédios X praça – deve ser de no máximo 3:1; 4. Movimento: um marco visual é necessário, porém não deve ser posicionado no centro da praça que deve ser livre. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Variedade de usos; 2. Proporção entre propriedades e negócios independentes (lojas); 3. Horários de abertura padrão que funcionem tarde-noite; 4. Presença de mercados de rua; 5. Presença de locais culturais e de encontro; 6. Presença de locais para assistir as pessoas; 7. Padrões de uso misto que permitam investimentos em pequena escala; 8. Presença de unidades de tamanhos variados; 9. Variedade no estilo e design dos edifícios; 10. Presença de fachadas ativas.

AUTOR/OBRA	OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECIFICOS			
BENTLEY, ALCOOK, <i>et al.</i> , (1999)/ Entornos Vitales	Prover espaços democráticos que enriqueçam as possibilidades de escolhas dos usuários, Espaços com vitalidade.	LEGIBILIDADE	PERMEABILIDADE	QUALIDADES VISUAIS	VERSATILIDADE
DIRETRIZES PROJETUAIS		<ol style="list-style-type: none"> 1. O lugar deve ser facilmente compreensível; 2. As praças podem acontecer como nós, que devem ser reforçados para garantir maior legibilidade; 3. Enfatizar a importância do elemento público, ignorando qualquer homogeneidade do conjunto do bairro; 4. Toda praça proporcionará legibilidade ao bairro, tanto quadradas como redondas, porém os espaços côncavos são mais efetivos para incrementar a legibilidade do nó; 5. A legibilidade é reforçada quando os limites são bem definidos, podem ser muros ou árvores que reduzem a amplitude real; 6. A proporção largura X altura deve ser aproximadamente 1:4; 7. As entradas devem estar bem marcadas nos limites para enfatizar o nó e podem ser organizadas através da disposição da vegetação. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Permeabilidade visual: as alternativas de rotas devem ser visíveis; 2. Permeabilidade física: a permeabilidade do espaço público depende da quantidade de rotas alternativas que oferece para ir de um ponto a outro; 3. Tanto a permeabilidade física quanto a visual dependem de como o espaço público é disposto na quadra; 4. Fachadas ativas devem estar voltadas ao espaço público. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os significados interpretados pelos observadores devem reforçar a vitalidade do local; 2. Deve ser trabalhada nos elementos que delimitam o entorno: fachadas, muros e possíveis marcos que trazem a legibilidade ao espaço; 3. As fachadas devem seguir padrões de altura e proporção entre si (em grande escala) e em suas aberturas (em pequena escala); 4. Devem ser trabalhados os detalhes que impedem a monotonia nas fachadas e muros do entorno. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os espaços públicos devem concentrar várias atividades ao mesmo tempo, sem muita setorização; 2. Devem ser estabelecidos os limites, principalmente ao ar livre; 3. Onde não tem trânsito de automóveis garantir elementos que "animem" o local como fontes, monumentos, cafés, etc.; 4. Ao ar livre deve-se obter um microclima agradável provendo locais com sombra e sol ao mesmo tempo; 5. Fachadas ativas contribuem para a vitalidade do espaço público quando o maior número de acessos está voltado a ele; 6. Os limites podem ser usados como locais para a observação de pessoas e permanência, por exemplo, bases de colunas, escadas e muretas. É interessante colocar comércio nos edifícios que marcam os limites; 7. Nas fontes e monumentos que marcam o centro das praças também devem ser colocados assentos e, se possível, uma cobertura, para que se atraia o maior número de pessoas possível; 8. No centro também podem ser localizadas árvores agrupadas como um bosque, mas

AUTOR/OBRA	OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS				
LYNCH (1981)/ A boa forma da cidade	Atingir a boa forma da cidade (teoria normativa).	Acesso	Adequação	Controle	Sentido	Vitalidade
DIRETRIZES PROJETUAIS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Primeiramente acesso a outras pessoas, em segundo lugar às atividades humanas, recursos naturais, determinados locais e à informação; 2. Os acessos variam de acordo com horário e estação do ano; 3. Diversidade significa acesso a várias coisas ao mesmo tempo, porém sem excessos; 4. Um bom local oferece acesso óbvio e fácil a uma variedade moderada de pessoas, produtos e cenários; 5. O acesso máximo não é interessante, dar preferência ao acesso moderado. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Um local deve ser adequado às atividades e comportamento dos usuários e vice-versa; 2. O programa para um espaço deve ser o conjunto de comportamentos desejados e as qualidades espaciais apropriadas a esses comportamentos; 3. O comportamento previsto pode nunca ocorrer ou se transformar, por isso a flexibilidade comportamental e a adaptabilidade do espaço são importantes; 4. Os horários das atividades podem ser manipulados para compartimentar o comportamento; 5. A adaptabilidade pode ser conseguida através da manipulação e da reversibilidade ou elasticidade, porém se que se perca a estabilidade; 6. Para atingir a adaptabilidade formalmente, projetar estruturas resistentes e facilitar o acesso; 7. Deixar espaços livres no miolo das quadras é uma forma de conquistar adequação: pode vir a ser construído se necessário e os cuidados e a vigilância são feitos pelas próprias pessoas. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tanto o espaço como o comportamento devem ser regulamentados; 2. Todos têm direito de estar em um local público; 3. O controle pode ser feito através da utilização de barreiras físicas ou pela vigilância natural do espaço; 4. O principal controle sobre um espaço é da autoridade vigente. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. O sentido do local diz respeito à identidade do local, ao nível de recordação do local pelas pessoas devido à sua distinção ou caráter próprio; 2. Um bom local é acessível a todos os sentidos do corpo humano, para isso deve prever congruência, transparência e legibilidade; 3. Congruência: as pessoas devem ficar bem orientadas no espaço, principalmente os estrangeiros e os que sofrem de alguma deficiência, e no tempo – relógios, processos naturais, ritmos de atividades, sinais, iluminação, preservação histórica, rituais, celebrações, etc.; 4. Transparência ou proximidade do espaço: compreensão das relações sociais e dos processos que ocorrem naquele local; 5. Legibilidade: grau em que os habitantes conseguem se comunicar através dos símbolos presentes. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Adequação do terreno para com as vidas - humana e para outros ecossistemas - que prevê do ponto de vista ecológico; 2. Espaço sustentável, seguro e consoante. 	

AUTOR/OBRA	OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS				
SPREIREGEN (1971)/ Compendio de arquitetura urbana	Interação adequada do homem com a natureza.	Atividade e circulação	Espaço urbano	Massas urbanas	Novas técnicas	Proporção
DIRETRIZES PROJETUAIS	<p>1. Devem ser trabalhadas e planejadas em todas as escalas;</p> <p>2. Usos múltiplos: na pequena escala (como uma praça urbana), devem ser dispostos diferentes edifícios de tal modo que diferentes pessoas circulem por ali e garantam a vitalidade do espaço;</p> <p>3. Além das funções de passagem e cruzamento, as praças podem abrigar também cerimônias tradicionais (que sozinhas já justificam a existência da praça);</p> <p>4. Em novos bairros tradicionais, os espaços abertos podem ser utilizados para reformar a trama do tráfego local.</p>	<p>1. Classificados de acordo com a escala: até 25m – espaço íntimo, até 140m – espaço urbano;</p> <p>2. Fechamento: em uma praça as pessoas sentem-se “fechadas” o suficiente quando para onde se olha é possível identificar o espaço como uma entidade, dessa forma, o fechamento é a relação da distância visual com a altura construída:</p> <p>1:1 – Fechamento completo</p> <p>1:2 – Fechamento parcial</p> <p>1:3 – Fechamento mínimo</p> <p>1:4 – Sem fechamento;</p> <p>3. Para obter fechamento deve haver continuidade da superfície do entorno, as fachadas devem estar subordinadas ao espaço que se toma.</p>	<p>Formadas pela superfície, edifícios e objetos no espaço.</p> <p>1. A luz interfere na percepção dos objetos pelos usuários, (de preferência a luz solar);</p> <p>2. Em uma praça a superfície pode ser desenhada em partes mais íntimas como forma de reduzir a escala;</p> <p>3. Em uma praça, a forma côncava é bem mais visível que a plana e sentimos mais familiaridade com uma praça que podemos ver mais;</p> <p>4. Objetos: valor estético ou prático: uma escultura pode enaltecer uma praça dando caráter de ponto focal e a disposição das árvores pode equilibrar um espaço ordenado excessivamente;</p> <p>5. O essencial de um espaço urbano são suas proporções, pavimentos, paredes e a atividade que o anima;</p> <p>6. Uma grande praça pode ter um edifício maior nas laterais, um edifício no centro ou edifícios responsáveis pelo fechamento.</p>	<p>Técnica do Espaço Verde:</p> <p>1. Espaço verde reconhecido como classificação essencial do aproveitamento do terreno público;</p> <p>2. Devem ser claramente divididos em espaços verdes para usos ativos e bens passivos;</p> <p>3. Devem estar espalhados nas mais diversas escalas urbanas e conectados por corredores verdes;</p> <p>4. Estética Urbana: No processo de configuração da paisagem, a beleza na arquitetura provém em grande medida da harmonia entre construção e natureza;</p> <p>Zonas residenciais:</p> <p>5. Nos traçados retilíneos das quadras deve-se introduzir uma extensão não geométrica de um espaço verde;</p> <p>6. Onde as curvas do terreno exigem traçado curvilíneo e esse é usado, certas zonas podem organizar-se em traçado geométrico, como um centro comunitário em forma de passeio público;</p> <p>7. Quando as ruas secundárias são dispostas formando interseções “svásticas” o espaço interior serve como parque, espaços para jogos, etc.;</p> <p>8. Existem espaços livres ativos e passivos, primordiais e secundários, de forma idêntica como existem espaços principais e de serviços;</p> <p>9. Todas as finalidades devem estar bem definidas;</p> <p>10. É fundamental projetar a trama de espaços</p>	<p>1. A cidade e suas partes devem estar bem relacionadas entre si e com os indivíduos;</p> <p>2. Os espaços íntimos (praça em área residencial) devem ter no máximo 25m de comprimento;</p> <p>3. Os espaços urbanos não devem ter comprimento maior que 140m;</p> <p>4. A melhor forma de se perceber a cidade é caminhando, para isso as distâncias para serem acessíveis de um lugar a outro devem ser de no máximo 750m.</p>	

livres comunitários. Proposta de Zizman: os promotores construiriam e reconstruiriam tal como permite o mercado e a época. Assim, o desenho pode influenciar fortemente (e até determinar) os usos do entorno. Os espaços abertos incluiriam todos os espaços urbanos que são utilizados em uma comunidade: a rua, o parque ou praça, a praça maior, o jardim, a área de esportes, o parque infantil e o parque grande ou pequeno;

11. As casas voltadas para os espaços abertos são mais valorizadas;

12. O enfoque do espaço livre no desenho coletivo deve andar junto com o planejamento do sistema de serviços da comunidade para estabelecer o traçado geral com maior simplicidade possível.

AUTOR/OBRA	OBJETIVO GERAL	PADRÕES				
ALEXANDER, ISHIKAWA, SILVERSTEIN (1980)/ A Pattern Language	Criar projetos que cumpram com as necessidades dos usuários	Grupos de casas	Monte de habitações	Vegetação acessível	Pequenas praças públicas	Baile na rua
DIRETRIZES PROJETUAIS	<p>1. Os terrenos comuns que um grupo de casas compartilha é um ingrediente essencial. Atuam como foco e juntam fisicamente o grupo. Esses terrenos podem ser desde um pequeno caminho até um parque;</p> <p>2. Disponha as casas de modo que formem, aproximadamente, mas de maneira claramente identificável, grupos de 8-10 unidades em torno de caminhos ou terrenos comuns. Disponha os grupos de forma que qualquer um possa atravessar a pé sem se sentir intruso.</p>	<p>1. Para mais de 75 casas por hectare, construa um "monte de casas". Posicione formando um escalonamento com uma grande escada central e aberta, orientada a norte, que conduza a um jardim comunitário;</p> <p>2. Coloque os terrenos comuns ao fim da escada com campos de jogos, flores e plantas para todos.</p>	<p>1. No coração das vizinhanças deve haver pequenas zonas verdes. O mais aconselhável é localizar essas zonas verdes de maneira que ajudem as fronteiras, as vizinhanças e as "traseiras" das casas;</p> <p>2. A vegetação acessível deve estar localizada a aprox. 3 min. de distância das casas, ou prevalece a necessidade e as visitam caem significativamente;</p> <p>3. Devem ter aproximadamente 5.500m² de superfície e pelo menos 50m de largura do lado menor;</p> <p>4. Criar uma zona verde pública a aproximadamente 225m de cada casa. Isso significa que as zonas verdes estarão uniformemente espalhadas por toda a cidade. Devem ter pelo menos 50m de largura e 5.500m² de superfície;</p> <p>5. Cuide das árvores, configure a vegetação para criar mais espaços positivos ocupáveis e rodeie-os com árvores, muros ou edifícios, mas não com ruas com carros, e reservar parte da zona verde para funções comunitárias.</p>	<p>1. A pequena praça pública pode gerar um nó apenas com sua presença, desde que esteja corretamente situada na interseção dos caminhos usados com mais frequência;</p> <p>2. É essencial que seu tamanho não seja excessivo;</p> <p>3. Os lugares abertos destinados às praças públicas devem ser bem pequenos, com diâmetro de aproximadamente 20m. Dentro dessa medida, é possível reconhecer um rosto ou ouvir uma voz alta, dessa forma as pessoas se sentem unidas semiconscientemente;</p> <p>4. A distância segura para que duas pessoas com visão normal possam se comunicar comodamente é de no máximo 22m;</p> <p>5. A praça pública não deve ter mais de 14-18m de largura e em nenhum caso deve superar 21m (na direção mais curta).</p>	<p>1. Levantar nas praças (e ao longo de passeios e centros noturnos) uma plataforma ligeiramente elevada que faça às vezes de um quiosque de música onde toquem bandas locais;</p> <p>2. Cubra a plataforma e construa no solo pequenos postos de venda de comida e refresco;</p> <p>3. Rodeie o quiosque com uma superfície pavimentada para o baile e deixe-a ao ar livre.</p>	

Terrenos comunitários	Jogos conectados	Locais públicos exteriores	Esportes locais	Locais para aventuras
<p>1. Reserve 25% da superfície de grupos de casas a terrenos comuns, em contato com elas ou muito próximos. É básico cuidar para que automóveis não dominem nunca esses espaços;</p> <p>2. Configure os terrenos comuns de modo que estejam bem ensolarados e parcialmente cercados e de maneira que as partes menores e privadas do solo se abram sempre a eles;</p> <p>3. Habilite funções comunitárias dentro desses terrenos;</p> <p>4. Conecte entre si as diferentes parcelas contínuas de terrenos comuns para formar grupos de espaços de jogos conectados;</p> <p>5. As ruas podem formar parte desses terrenos se receberem tratamento de ruas verdes (sem asfalto e com muito verde).</p>	<p>1. Dentro dos terrenos comuns é necessário identificar um espaço de jogos para as crianças e, sobretudo, assegurar que a relação entre as diferentes partes de terrenos comuns conectadas permita a formação desse espaço;</p> <p>2. Trace terrenos comuns, atalhos, jardins, e pontes para conectar grupos de pelo menos 64 domicílios mediante um grupo de terra que não seja cruzada pelo tráfego. Reserve esse terreno a espaço de jogos conectados para crianças dessas residências;</p> <p>3. Para isso conecte vários grupos de casas por ruas verdes e atalhos seguros. Coloque locais para crianças nesses espaços para jogos. Dentro do mesmo assegure-se de que as crianças podem brincar com barro, ter acesso a plantas, animais e água;</p> <p>4. Reserve uma zona dotada de todo tipo de estrutura antiga que possam usar para fazer coisas.</p>	<p>1. Acredita-se que um pequeno espaço aberto, coberto por um simples teto sustentado por colunas, sem muros (pelo menos em uma parte) proporcionaria o equilíbrio necessário entre abertura e confinamento;</p> <p>2. Em cada vizinhança converta uma parte da terra comum em um local ao ar livre, parcialmente fechado, com alguma cobertura, colunas, sem muros, talvez com uma cerca, situado ao lado de um atalho importante e sob a vista de muitas casas e lojas;</p> <p>3. Coloque o lugar ao ar livre tangente a vários atalhos, como qualquer outra área comum, no alargamento de um caminho ou em torno de uma praça. Use o canto dos edifícios circundantes para defini-lo parcialmente. Construa-o como qualquer local ao ar livre, com colunas e teto meio gradeado. Pode ser locado ao lado um pátio aberto, assento para reuniões espontâneas, etc.</p>	<p>1. Complemento indispensável em todas as áreas que pessoas morem e trabalhem;</p> <p>2. Pequenos campos de esportes, piscinas, ginásio e pistas devem ser itens frequentes;</p> <p>3. Imagina-se essas instalações como centros não lucrativos, sustentados pelas pessoas que os usam e quem sabe associados a um programa de prevenção sanitária;</p> <p>4. Dissemine os lugares para esportes individuais ou em equipe por todas as comunidades de trabalho e vizinhança: tênis, ping-pong, natação, basquete, dança, ginástica, à vista do pedestre;</p> <p>5. Devem ser abertos para que seja fácil penetrá-los;</p> <p>6. Dotá-los de vestiários e duchas;</p> <p>7. Combinar piscinas se houver águas quietas;</p> <p>8. Manter aberto aos transeuntes;</p> <p>9. Habilite locais onde as pessoas possam parar e olhar.</p>	<p>1. Dentro das vizinhanças, localizadas em terrenos comunitários onde as crianças se reúnam, é essencial que haja uma parte diferenciada onde o jogo seja mais espontâneo;</p> <p>2. Um castelo decorado pelas próprias crianças é mais interessante do que um feito por uma indústria;</p> <p>3. Instale um terreno de jogos para crianças em cada vizinhança, mas não um campo perfeitamente terminado, mas sim um lugar com materiais brutos: redes, barris, árvores, cordas, ferramentas, plantas, água, etc., onde as crianças possam criar campos de jogos próprios;</p> <p>4. Assegure que o local esteja ao sol;</p> <p>5. Construa superfície dura para bicicletas e carinhos e superfícies macias para brincar com barro e construir coisas;</p> <p>6. Trace uma fronteira com uma parede de vegetação ou um banco corrido.</p>

AUTOR/OBRA	OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
GEHL (2010) / Life Between Buildings	Atração/presença de pessoas nos espaços exteriores	Concentrar pessoas e eventos	Integração entre atividades e funções	Espaços convidativos	Abertura	Caminhar	Parar
DIRETRIZES PROJETUAIS		<ol style="list-style-type: none"> 1. Posicionar as construções individuais e funções de forma que o sistema de espaços públicos seja o mais compacto possível; 2. As distâncias para o tráfego de pedestres e para as experiências sensoriais devem ser as menores possíveis - As distâncias caminháveis são de até 400-500m mas para enxergar outras pessoas e eventos acontecendo a distância é de 20-100m; 3. Superdimensionar os espaços causa dispersão; 4. Dimensionar realisticamente a praça para em relação ao alcance dos sentidos e o número esperado de usuários; 5. Construir espaços menores dentro dos grandes espaços; 6. Voltar as fachadas com aberturas (ativas) para o espaço público; 7. Evitar diferença de níveis dentro da praça, pois ela 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Permitir que diferentes atividades ocorram ao mesmo tempo em uma praça (futebol, encontros políticos, serviços religiosos, concertos, teatro, performances, café, jogos, dança, etc.); 2. A separação do tráfego de pedestres e automóveis dispersa as pessoas tomando ambos locais monótonos: as pessoas têm que andar na rua; 3. Uma boa política de trânsito pode regular para que a integração entre circulação do tráfego, atividades no entorno das casas e as crianças brincando possam suportar e estimular umas às outras; 4. Diferentes atividades tendem a acontecer ao mesmo tempo quando 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os espaços devem ser acessíveis para encorajar as pessoas e atividades a moverem-se do privado para o público; 2. Fronteiras suaves e flexíveis na forma de zonas de transição entre público e privado podem funcionar como boas conexões; 3. Deve ser possível enxergar das casas o espaço público; 4. Prover rotas curtas (50m) e de qualidade entre o espaço privado e o público; 5. Promover, permitir o contato necessário entre as pessoas para que se conheçam e se estimulem; 6. Destino: promover motivos para as pessoas saírem – banca de revistas, restaurante, lojas, esporte, jardinagem, playground (o parquinho costuma ser o ponto de partida, local de encontro 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acessibilidade visual: é bom ver do espaço privado o que está acontecendo no espaço público, porém o inverso não é verdadeiro; 2. Posicionar os estacionamentos na rua ou no final da rua são oportunidades para os pedestres se encontrarem em direção ao carro (o carro estacionado na entrada da casa inibe o encontro entre vizinhos). 	<ol style="list-style-type: none"> 1. A pavimentação para os espaços de caminhada deve ser adequada. Considerar sempre cadeiras de rodas e carinhos de bebê; 2. As distâncias caminháveis são de, no máximo 400-500m; 3. Não projetar rotas monótonas onde é possível visualizar todo o caminho a percorrer; 4. As pessoas tendem a cortar caminho cruzando as praças na diagonal. O posicionamento de obstáculos que forcem o pedestre para a periferia da praça pode ser ruim; 5. Rotas em praças são bons caminhos alternativos; 6. Rotas para pedestres dentro do espaço livre: quando o espaço for grande, é mais confortável que as rotas sejam posicionadas nos limites para que o pedestre possa experimentar tanto o espaço quanto a rua; 7. As pessoas tendem a desviar dos obstáculos de mudança de nível: evitá-las, mas quando for necessário, 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Para parar as pessoas preferem locais com efeito de limite, onde dê para ver os dois lados; 2. Encostar: as pessoas preferem ficar paradas encostadas em algum lugar como forma de proteger um dos lados e observar com o outro; 3. Os eventos acontecem preferencialmente no sentido dos limites para o centro; 4. Em locais mais isolados, as fachadas que não apresentam detalhes não são escolhidas para parar.

provoca dispersão.	permitidas.	das crianças).		optar pelas rampas.	
Assentos	Enxergar	Escutar	Conversar	Segurança	Limites suaves
<p>1. Só é possível permanecer por algum tempo em algum lugar se tiver oportunidade de sentar;</p> <p>2. Os limites do espaço pode ser oportunidade para sentar, e costumam ser preferidos aos centros por oferecer maior possibilidade de se observar o ambiente;</p> <p>3. A localização dos bancos deve estar vinculada a alguma qualidade do lugar;</p> <p>4. A orientação do assento deve ser escolhida no local de melhor possibilidade para enxergar o espaço e as pessoas e para receber sol e vento;</p> <p>5. O assento deve ser fácil para sentar e levantar e confortável para permanecer;</p> <p>6. Deve-se oferecer diferentes oportunidades para sentar: bancos e cadeiras; escadas, pedestais e muretas; elementos da paisagem como escadarias, fontes e monumentos.</p>	<p>1. Os limites dos espaços devem estar à distância em que as pessoas os enxerguem e também enxerguem umas às outras (70-100m);</p> <p>2. Não criar barreiras que bloqueiem a visão das pessoas;</p> <p>3. Iluminação é essencial, principalmente na escala do pedestre: deve ser aconchegante e direcionada.</p>	<p>1. Só é possível conversar confortavelmente longe do trânsito;</p> <p>2. Em locais mais silenciosos tende a aparecer música espontaneamente.</p>	<p>1. A conversa com uma companhia tem que ser possível durante uma caminhada, parado em algum lugar ou sentado;</p> <p>2. A conversa movida por um encontro acontece quando as pessoas permanecem no espaço público;</p> <p>3. Uma conversa entre estranhos tem início quando estão fazendo a mesma coisa, sentados lado a lado, participando de uma mesma atividade;</p> <p>4. O arranjo dos assentos pode promover oportunidades para conversa quando dispostos em círculo ou em ângulo.</p>	<p>1. Promover a vigilância natural (sentimento de responsabilidade);</p> <p>2. Proteção contra o tráfego de veículos – o melhor é que a área residencial seja exclusiva para pedestres;</p> <p>3. Planejadores devem levar em consideração que é o sentimento de risco e incerteza, mais do que estatísticas reais de risco, que devem servir de regra;</p> <p>4. Proteção contra o tempo desagradável: proporcionar rotas de caminhada e espaços de descanso nas melhores áreas com relação ao clima, provendo barreiras contra o vento (árvores, cercas e áreas cobertas). No entanto, também é necessário criar oportunidades para aproveitar e experimentar o bom clima e assistir às mudanças de estação (árvores e flores).</p>	<p>1. Pequenas áreas externas posicionadas diretamente em frente às casas podem ser bem mais satisfatórias do que grandes áreas recreacionais que são mais difíceis de acessar – “Recreação imediata”;</p> <p>2. As entradas das casas devem estar posicionadas de frente para o espaço público para facilitar o acesso;</p> <p>3. Entrada e saída fáceis – posicioná-los onde é natural tê-los.</p>

AUTOR/OBRA	OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
WHYTE (2001)/ The Social Life of Small Urban Spaces	Prover espaços atrativos para as pessoas	Vitalidade	Assentos	Sol, vento, árvores e água	Alimentação	A rua	Triangulação
DIRETRIZES PROJETUAIS		<p>1. As praças melhor usadas são os espaços de sociabilidade com muitas pessoas: o que atrai pessoas é a presença de pessoas. Tanto pessoas em grupo como sozinhas;</p> <p>2. A qualidade pode ser identificada pela presença de mulheres na praça. Elas são mais sensíveis para sentar e permanecer no local. Se não tiver mulheres é porque tem algo errado;</p> <p>3. Independente do local, algumas atividades se repetem em todas as praças, a única diferença é relacionada ao porte da cidade;</p> <p>4. Algumas áreas de praças são mais utilizadas que outras.</p>	<p>1. Essencial para tomar a praça atraente;</p> <p>2. Quanto mais opções de assentos, mais uso terá a praça;</p> <p>3. Os assentos devem ser confortáveis fisicamente (por exemplo, ter encosto) e socialmente: várias opções de escolha (frente, trás, sol, sombra);</p> <p>4. Utilizando o “design básico”, transformar barreiras e outras superfícies em assentos (altura adequada e encosto) – deixar detalhes para onde for necessário apenas;</p> <p>5. As pessoas sentam em qualquer lugar entre 30 a 90 cm;</p> <p>6. A profundidade deve ser suficiente para duas pessoas sentarem confortavelmente (uma de cada lado): 70-90 cm;</p> <p>7. Circulação e assentos são complementares: quanto mais pessoas circulando, mais pessoas param e sentam;</p> <p>8. Pelo menos 5% dos assentos deve ter encosto;</p> <p>9. Bancos: os mais usados são os convencionais por terem encosto. Considerando que não é possível</p>	<p>1. Sol:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Boa orientação da praça para que receba sol o ano todo e, como forma de ampliar as possibilidades, locais com sombra também são utilizados: manter edifícios baixos no entorno; - Onde houver edifícios altos, colocar espelhos e metais na fachada para que reflitam o sol; - As pessoas gostam de calor (mesmo no calor); <p>2. Vento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O vento é tão necessário quanto o sol; - Edifícios altos no entorno formam barreiras para o vento; <p>3. Árvores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em uma praça de 1.500m, no mínimo 6 árvores; - As árvores embelezam a paisagem, proporcionam conforto térmico e fechamento; - Combinar árvores e 	<p>1. Sinônimo de atividade;</p> <p>2. Comida atrai pessoas que atraem mais pessoas;</p> <p>3. Café ou barraquinhas são ideais.</p>	<p>1. Espaço-chave para a praça (as outras amenidades também são importantes, mas podem ser adicionadas);</p> <p>2. Uma boa praça começa na esquina: a esquina tem uma vida por si própria;</p> <p>3. O local onde a rua e o outro espaço livre se encontram são espaços – chave para o sucesso ou o fracasso: a transição entre esses dois espaços é ideal se for difícil de distinguir onde um começa e o outro termina;</p> <p>4. Degraus são importantes: parar e observar, mover um pé e depois o outro e de repente está dentro do parque;</p> <p>5. A praça deve estar em um nível próximo ao da rua para que os pedestres a vejam: as pessoas não vão a lugares que não enxergam;</p> <p>6. Com raras exceções, não se deve “enterrar” a praça, pois esses tendem a se</p>	<p>1. Estímulos externos na forma de objetos físicos ou características espaciais promovem a conexão entre as pessoas;</p> <p>2. Esculturas, músicos e artistas podem causar esse efeito.</p>

		<p>prever como todas as atividades se comportarão, os bancos e cadeiras podem ser móveis para melhor posicioná-los se necessário – os limites e muretas já serão fixos;</p> <p>10. Cadeiras: Aumentam as possibilidades – cadeiras móveis e com encosto. Assentos fixos individuais não são indicados;</p> <p>11. No mínimo 10% da área em assentos;</p> <p>12. O perímetro da praça corresponde à quantidade de assentos (isso pode e deve aumentar se possível);</p> <p>13. Pra cada 9m de praça, prover 30 cm de assento.</p>	<p>assentos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Plantar as árvores formando bosques; <p>4. Água:</p> <ul style="list-style-type: none"> - As melhores vantagens de ter água na praça é poder olhar e sentar; - Ameniza o som da rua movimentada: o som da água é relaxante; - Problemas: segurança e manutenção. 		<p>tomar espaços sem vida.</p>	
--	--	--	--	--	--------------------------------	--